

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROFHISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 4º ANO –
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Janete Rosa Dutra

RIO GRANDE

2016

Janete Rosa Dutra

Educação Patrimonial Como Instrumento para o Ensino de História nos Anos
Iniciais do Ensino Fundamental 4º Ano – Município do Rio Grande/RS

Trabalho apresentado como requisito parcial/final para aprovação na prova de Qualificação do Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, Mestrado em Rede PROFHISTÓRIA, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sob a orientação da professora Dra. Carmem G. Burgert Schiavon.

RIO GRANDE

2016

DUTRA, Janete Rosa. **Educação Patrimonial Como Instrumento para o Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 4º Ano – Município do Rio Grande/RS.** / Janete Rosa Dutra. 2016. 118 f. Orientadora Professora Dra. Carmem G. Burgert Schiavon. Dissertação: Mestrado Graduação em História, Mestrado Profissional em História, Mestrado em Rede PROFHISTÓRIA, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

FOLHA DE APROVAÇÃO

JANETE ROSA DUTRA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL 4º ANO – MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Tese apresentada à banca examinadora,
como exigência parcial para aprovação
na prova de Qualificação do
Programa de Pós-graduação em
História, Mestrado Profissional em
História, Mestrado em Rede
PROFHISTÓRIA, Universidade
Federal do Rio Grande - FURG.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Carmem G. Burgert Schiavon (FURG) – Orientadora

Dra. Adriana Kivanski de Senna (FURG)

Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (UFSM)

Data de Aprovação: ___/___/___

RIO GRANDE – RS

2016

Eu dedico,

Eu dedico esta Dissertação à minha mãe, Tia Marlene Rosa, uma mulher à frente do seu tempo, uma mulher com o olhar sempre na direção do horizonte. À Marlene, que dizia “minha filha é uma criança que vai conquistar o que ela desejar na vida dela”; muitas vezes, deixei de acreditar mas, ela nunca deixou de reforçar suas palavras, até o último dia desta caminhada.

— Mãe, eu desejei, e conquistei! Obrigada.

Paulo Renato Bigliardi, meu amor, marido, companheiro de muitas vidas, dedico este trabalho à todas as suas palavras e a todos os seus silêncios.

Dedico à minha irmã, Elisangela Rosa Dutra, um sopro angelical de ternura e amor. Seu abraço é a prova da existência de anjos na terra.

In Memoriam

Ao meu Pai, Idemar Dutra, que disse “ela estuda para conquistar a liberdade dela”. Na época eu não entendi, hoje eu entendo.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço, especialmente, à minha orientadora, a Professora Doutora Carmem G. Burgert Schiavon, que jamais permitiu que eu desistisse de mim mesma. Esta pessoa abençoada, que além de ser minha orientadora, foi e é, uma amiga.

Ao Noah, que me emprestou sua mamãe por tanto tempo.

Agradeço ao meu filhotão Renata Bigliardi, que sempre me faz mais forte diante dos desafios.

Agradeço ao meu filho/afilhado Mikel Freitas, por entender minhas ausências e as portas fechadas.

Minha gratidão aos amigos e amigas sempre tão amáveis e companheiros.

Meus agradecimentos às professoras que, diretamente, fizeram parte dessa pesquisa e, corajosamente, expressaram suas angústias e incertezas. A saber: Giliane La Rosa Almeida de Ávila, Carla Mena, Cleusa Pereira, Renata Pires, Stephanie Sieczka Ely, Mari Solange Silveira, Camila Velasques, Ana Silvia Farias (Agradeço por ter colocado o “diabinho” no meu bolso).

À Cátia Carrasco Pizzolato, jogo virado aos 46 do segundo tempo.

Agradeço a todas as diretoras, que permitiram que suas Escolas participassem desta pesquisa de Dissertação.

Em especial, à Amália Luiza, que “segurou”, pessoal e profissionalmente, todas as vezes que precisei. E precisei muitas vezes!

Agradeço aos meus colegas de luta, Aline, Amanda, Júlio e Rogério. Muitas vezes, somente nós entendíamos o que afligia o coração do outro.

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro.

EPÍGRAFE

“Deve ser legal andar pela cidade à noite, a gente vê exatamente como a cidade é, sem as lojas abertas e sem as pessoas atrapalhando”.

(Manu, estudante do 4º ano/2015)

SUMÁRIO

Resumo	09
Resumen	10
Lista de Ilustrações	11
INTRODUÇÃO	12
1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA POSSIBILIDADE DE METODOLOGIA PARA O ENSINO DE ESTUDOS SOCIAIS	19
1.1. Pensar em Patrimônio e em Educação Patrimonial.....	23
1.2. Educação Patrimonial: Uma possível Metodologia de Ensino para a História	26
1.3. Ações em Educação Patrimonial	30
1.4. Estudantes do Quarto Ano: Patrimônio da Escola Altamir de Lacerda	33
1.5. História Oral: uma ferramenta de trabalho	37
1.5.1. A Metodologia da História Oral no Brasil	39
1.5.2. As Entrevistas: Vozes das Professoras	41
2. A ESCOLA E SEUS MATERIAIS DIDÁTICOS	53
2.1. As Cartilhas	53
2.2. A Apostila da Professora Denise de Ávila dos Santos	56
2.3. Apostila das Professoras Margarete Girotti, Maira Fernandes e Rosângela Pereira	60
3. UMA PROPOSTA DE CARTILHA COM BASE NA METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	70
3.1. As Professoras e suas inquietações	70
3.2. Material Proposto por esta Dissertação	92
3.2.1. Sugestão de Plano de Aula	92
3.2.2. Os conteúdos: Suas fontes e Justificativas	95
3.2.2.1. Principais Fontes	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXOS	117

RESUMO

A presente Dissertação consiste no trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional de Ensino de História em Rede Nacional – FURG, e resulta da experiência vivenciada em turmas do 4º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Altamir de Lacerda Nascimento, Bairro Bernadeth, na cidade do Rio Grande/RS. A Dissertação consiste, em um primeiro momento, na análise das fontes utilizadas pelas professoras para a elaboração de suas aulas de Estudos Sociais, bem como de suas narrativas pessoais sobre as experiências em sala de aula. Assim, a pesquisa pretende identificar a forma como o ensino de História acontece, seus limites e possibilidades para, em um segundo momento propor, através da Educação Patrimonial, o desenvolvimento de metodologias e práticas, que sejam capazes, não só de tornar a disciplina de Estudos Sociais mais atrativa como, também, dar conta de conteúdos formais para o estudo da História do Município. Por fim, estes pressupostos servirão de base para a proposição de uma Cartilha relacionada ao ensino com a disciplina de Estudos Sociais, para o 4º ano. Para tanto, a presente Dissertação contará com pressupostos teóricos e metodológicos alicerçados na Educação Patrimonial e na metodologia da História Oral.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Ensino de História, Estudos Sociais, Cartilha.

RESUMEN

Esta tesis es la obra del Maestro Profesional de la enseñanza de la historia en la Red Nacional - FURG, y los resultados de la experiencia vivida en los grupos de cuarto año, el Municipal de Instalaciones Escolares Altamir de Lacerda Nascimento, barrio Bernadeth, en Rio Grande / RS. El Maestro es, en un primer momento, el análisis de las fuentes utilizadas por los maestros para preparar sus lecciones en los estudios sociales, así como sus narrativas personales sobre experiencias en el aula. Por lo tanto, la investigación tiene como objetivo identificar la forma en la enseñanza de la historia se lleva a cabo, sus límites y posibilidades, en un segundo momento de proponer, a través de la educación sobre el patrimonio, el desarrollo de metodologías y prácticas que son capaces no sólo de hacer que la disciplina los estudios sociales más atractivos y también para tener en cuenta el contenido formal para estudiar la historia del municipio. Por último, estos supuestos son la base de la propuesta de un folleto relacionado con la educación con la disciplina de Ciencias Sociales, para el cuarto año. Por lo tanto, este máster contará con los supuestos teóricos y metodológicos fundamentados en la educación del patrimonio y la metodología de la historia oral.

Palabras clave: educación sobre el patrimonio, historia de la educación, Ciencias Sociales, imprimación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Folha com as Praças da cidade do Rio Grande.....	47
Figura 02 – Folha de exercícios sobre as atividades religiosas	55
Figura 03 – Capa da Cartilha de Estudos Sociais (s/d).....	57
Figura 04 – Exercício proposto pela professora Denise Ávila Santos	59
Figura 5 – Capa da Cartilha de Estudos Sociais (2005).....	61
Figura 6 – Cartilha de Estudos Sociais	64
Figura 7 – Cartilha de Estudos Sociais	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Você se sente preparada para trabalhar com os conteúdos de História e planejar atividades referentes a estes?	72
Quadro 2 – Com relação aos conteúdos de História trabalhados no 4º ano, como você avalia a sua formação?	74
Quadro 3 – Para você, em que consistem os conteúdos de História necessários ao 4º ano?	76
Quadro 4 – Qual a relevância que os conteúdos citados, exercem para os estudantes do 4º ano?	77
Quadro 5 – Quais as fontes que você utiliza para produzir o material trabalhado em Estudos Sociais?	79
Quadro 6 – Você acredita que seus alunos compreendem todos os conceitos trabalhados? Quais as suas estratégias?	81
Quadro 7 – Os alunos entendem o que são horas, semanas, meses, anos e séculos, ou seja, são capazes de quantificar o tempo de acordo com a sua duração?	83
Quadro 8 – Qual a compreensão de tempo que os seus alunos possuem?	84
Quadro 9 - Considerando os conteúdos de História, quais as principais dificuldades apresentadas pelos seus alunos?	85
Quadro 10 – Semanalmente, quanto tempo pode ser dedicado aos conteúdos de História?	87
Quadro 11– Como você avalia a contribuição de sua Secretaria Municipal no que diz respeito aos materiais trabalhados em História?	88
Quadro 12– Quais as suas sugestões para a Secretaria de Educação, que poderiam contribuir com sua prática docente?	89
Quadro 13– O que você considera como atividades diferenciadas para trabalhar com História e quais consegue realizar efetivamente?	90

INTRODUÇÃO

Partindo da experiência vivenciada na Escola Altamir de Lacerda Nascimento, como professora de Estudos Sociais do quarto ano do Ensino Fundamental, em 2013, e ter trabalhado como professora substituta nesta mesma seriação em duas turmas diferentes (experiência vivenciada em 2014), foi possível observar a forma como a disciplina de Estudos Sociais estava sendo administrada e ministrada, naquele momento, pelas professoras que atuavam no 4º ano.

As primeiras impressões deram conta de que as professoras desta série não possuíam nenhum tipo de material didático para trabalharem a história do Município do Rio Grande. As referidas docentes utilizam materiais diversos, obtidos normalmente, na *internet* ou, utilizam uma antiga Cartilha que abarca, principalmente, questões ligadas às datas comemorativas, bem como a contribuição das pessoas ditas “ilustres” da cidade.

Nesta mesma oportunidade, foi observado que para a disciplina de Estudos Sociais, são dispensadas duas horas/aula por semana e nestes períodos, são trabalhados conhecimentos que abordam não somente a História mas, também, a disciplina de Geografia e de Ciências.

Ainda, em 2013, do encontro com um projeto de extensão desenvolvido pela professora Carmem Schiavon, com a Educação Patrimonial, foram retomadas algumas ideias sobre esta metodologia de trabalho e realizamos¹, junto com os bolsistas desta professora, algumas atividades na turma de 4º ano da Escola Altamir de Lacerda Nascimento.

¹ O Projeto foi construído em várias etapas, a primeira foi uma conversa informal com os alunos do 4º ano; nesse momento, foram trabalhados os conceitos básicos relativos ao campo do patrimônio cultural. Nos encontros subsequentes, os alunos desenvolveram várias atividades em sala de aula, como exercícios, leituras e desenhos. O Projeto teve como fechamento uma saída de campo e o espaço escolhido foi a comunidade da Capilha, onde os alunos tiveram a oportunidade de visitar os patrimônios – tanto culturais, quanto ambientais – desta localidade, bem como a Reserva Ecológica do Taim. Nesta ocasião, os alunos tiveram contato direto com pelo menos dois bens patrimoniais do Município do Rio Grande – primeiramente estudados em sala de aula e, posteriormente, visitados.

Desse modo, utilizando a metodologia da Educação Patrimonial, trabalhamos durante aproximadamente um semestre, os conteúdos do quarto ano, os quais consistem no estudo da história do Município do Rio Grande.

Naquele momento, foi possível observar o quanto é envolvente e instigante a metodologia da Educação Patrimonial, pois os alunos não só participaram das atividades práticas e da saída de campo como, também, ficavam ansiosos pelas aulas teóricas em sala de aula. Esta informação encontra respaldo no fato de que os discentes ficaram desejosos por novas informações sobre a sua cidade. Ao encontro deste pensamento, abaixo, apresenta-se o trabalho dos professores Schiavon e Santos:

A(s) metodologia(s) da Educação Patrimonial, nos últimos anos, vem/vêm se transformando substancialmente. Isso permite a difusão de outras possibilidades para a construção de práticas pedagógicas que articulem os saberes da comunidade da qual a escola faz parte e os saberes específicos por esta trabalhados. Além disso, em muitas instituições, ocorre a difusão dos conteúdos do currículo escolar em práticas pedagógicas interdisciplinares, as quais ultrapassam os limites da própria sala de aula (SCHIAVON; SANTOS, 2009, p. 63).

A Escola Altamir de Lacerda Nascimento está localizada no Bairro Bernadeth, que neste momento, não está entre os mais violentos, nem se caracteriza por possuir famílias abaixo da linha de pobreza; no entanto, as questões de drogadição, violência familiar, prostituição e prostituição infantil estão ali presentes. Além destes aspectos, também é frequente a realidade de que as famílias sejam constituídas por avós cuidadoras, ou “mães solteiras”, que não contam com o comprometimento dos genitores.

Surpreendentemente, muitas mães não trabalham fora de casa e, junto àquelas que trabalham fora, estão as trabalhadoras domésticas, comerciárias, manicures, trabalhadoras de atividades ligadas à pesca, cabelereiras e, também, as prostitutas que, no contexto escolar, representam sempre motivo para especulações, constrangimentos e até mesmo discriminação.

Desde muito cedo, as crianças já convivem em sua comunidade com a existência das drogas, da violência doméstica, assim como da presença de armas em casa. Assim, os estudantes falam com muita “naturalidade” sobre

estes temas e acreditam que devem possuir armas, pois dessa forma sentem-se protegidos, tendo em vista que dentro da realidade destes alunos, possuir armas é sinônimo de proteção, segurança e poder. Tal pensamento vai ao encontro do que apontam Jesus e Silva, pois:

O ambiente doméstico exerce um importante papel para determinar se qualquer criança aprende bem ou mal. As crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Essas crianças buscam e encontram modos de contornar as dificuldades, mesmo quando são bastante graves (JESUS; SILVA, 2012, p. 39).

Além disso, é perceptível também que a maior parte das famílias acompanha o andamento escolar, muito mais preocupada com a frequência escolar; contudo, este fato encontra-se muito mais associado ao Programa Bolsa Família, do que a aprendizagem ou ao rendimento dos discentes.

Por outro lado, não é possível identificar, claramente, se esta negligência ocorre porque os responsáveis (mães, avós, tias, madrinhas, entre outros graus de parentesco), não conseguem mais exercer uma influência positiva sobre os jovens – pelo descaso gerado pela falta de esperança em um futuro melhor – ou, pelo desconhecimento do que seria uma boa qualidade de vida. Sobre esta questão, os pesquisadores Zippitz e Levering chamam a atenção para o quanto existe a “necessidade da família fortalecer o conhecimento e o significado de escola para a criança e que a escola possa confirmar esses significados e conhecimentos” (ZIPPIZ; LEVERING, 2002, p. 02)².

Mesmo diante da realidade descrita acima, considera-se que a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos é um importante elemento na construção de saberes. Em outras palavras, a “tarefa para casa” precisa ser entendida como o momento de maior participação dos pais (quando ocorre); no entanto, o professor na maioria das vezes esquece esse grande aliado, por acreditar que frente a tantas famílias desestruturadas, atividades integradoras como o tema, a pesquisa, a entrevista, sejam inúteis, como demonstra a fala da professora Andrea, “eu não perco tempo mandando

² Notícia em: Dezembro 2012, *Projeção e Docência*, vol. 3, nº 2.

tema ou trabalho para casa, eles não fazem nada mesmo, as mães não vão nem aí. Aí no outro dia, eu vou corrigir e a maioria não fez e aí eu tenho que ficar dando as respostas. Isso não adianta nada³”.

Diante de relatos como o da professora Andrea, torna-se possível perceber mais alguns fatores que se agregam às dificuldades enfrentadas pelo ensino de História, como a falta de motivação dos professores, o nivelamento de todos os pais tidos como “negligentes” e sem vontade de participarem, efetivamente da educação de seus filhos, sendo que estes fatores acabam desqualificando o trabalho daqueles que realizaram as tarefas.

Com base nestes relatos, a presente Dissertação busca alternativas que venham minimizar alguns destes conflitos, tendo em vista que não são somente os estudantes necessitam de novas ferramentas de aprendizagem mas, também, os próprios professores precisam de novas metodologias motivadoras.

O trabalho que está sendo desenvolvido nesta Dissertação está inserido no campo de reflexão a respeito da Educação Patrimonial, do ensino de História, e do saber discente. Nesta direção, o objetivo principal consiste na prática da Educação Patrimonial como provocadora de situações de aprendizagem, o trabalho com a história do município do Rio Grande a partir desta metodologia de trabalho, bem como a conclusão das atividades por meio da elaboração de uma Cartilha com os principais conteúdos trabalhados durante o projeto.

Para tanto, a presente Dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo contará com uma reflexão teórica, alicerçada nos conceitos de Educação Patrimonial, bem como na apresentação de outros conceitos pertinentes à temática. Além destes aspectos, também serão apresentadas e analisadas algumas entrevistas realizadas com professoras do quarto ano, da Rede Municipal de Ensino do Município do Rio Grande⁴. As professoras contribuirão com suas experiências pessoais acerca do tipo de materiais que costumam utilizar em suas aulas, bem como o alcance que seu

³ Nome fictício; esta conversa foi realizada de maneira informal, na sala dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Altamir de Lacerda, Rio Grande/RS.

⁴ Por uma questão de proximidade da Escola onde a presente Dissertação está sendo realizada, optou-se pela realização de entrevistas com as professoras das EMEF Anna Neri; EMEF Altamir de Lacerda Nascimento; EMEF Marília Rodrigues Santos e EMEF Manoel Martins Mano.

trabalho consegue junto aos estudantes, suas dificuldades e perspectivas quanto ao ensino de História. Desse modo, a análise das entrevistas busca caracterizar a metodologia e a forma como as professoras superam os possíveis problemas no que se refere aos conteúdos formais destinados à seriação em questão.

O segundo capítulo, por sua vez, contemplará a análise dos materiais didáticos utilizados pelas docentes, assim como os seus cadernos de preparação de aula, *sites*, e também duas Cartilhas ou manuais. Assim, a primeira fonte analisada é a Cartilha Município do Rio Grande: Aspectos Históricos e Geográficos⁵, sendo uma cartilha destinada aos professores; o segundo material é o Caderno de Estudos Sociais da 3ª Série⁶, o qual apresenta textos e exercícios para serem realizados pelos alunos – destaca-se que este material é distribuído aos alunos em uma versão semelhante a um livro didático. São estes materiais que, até o momento, esta pesquisa identificou como sendo as fontes mais utilizadas para o ensino de Estudos Sociais no 4º ano⁷. Ainda, dentro do segundo capítulo, o Projeto Político Pedagógico das Escolas será analisado, buscando-se o ponto de encontro entre os objetivos e os conteúdos da disciplina de Estudos Sociais, bem como a transposição oferecida em sala de aula⁸.

Por fim, o terceiro e último capítulo terá como foco a proposta de constituição de uma Cartilha para o quarto ano, que contemple os conteúdos regulares desse adiantamento, mas utilizando-se a Educação Patrimonial como principal metodologia de trabalho. Destaca-se que a Cartilha produzida será anexada à presente Dissertação.

As atividades da Cartilha que serão propostas têm como base e reflexão teórico-metodológica, o livro⁹ da professora Carmem Schiavon e do professor Tiago Santos, que apresenta várias sugestões de atividades lúdicas para se

⁵ Produzida pelas professoras Margarete da Silva Girotti, Maria Elizabeth Franco Fernandes e Rosângela da Silva Pereira.

⁶ Produzido pela professora Denise de Ávila Santos, 43p.

⁷ Com a pesquisa realizada até o momento, constatou-se que diversas professoras utilizam estes materiais como principais fontes para o ensino de Estudos Sociais.

⁸ Com relação a este aspecto, aponta-se que a pesquisa só obteve acesso ao PPP de uma das Escolas; as demais relatam que precisam “procurar”, ou que “a pessoa responsável não está na Escola” naquele momento ou, ainda, “passa aqui um outro dia, que será disponibilizado”.

⁹ *Patrimônio, Ambiente e Ensino em Rio Grande: elementos para interpretação e valorização dos bens culturais*. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

trabalhar a metodologia da Educação Patrimonial. Bem como serão utilizados alguns trabalhos do professor Luiz Henrique Torres¹⁰, o qual há vários anos vem se dedicando à pesquisa acerca da história da cidade do Rio Grande e apresenta um extenso material com imagens antigas da cidade.

A Cartilha contemplará, também, o trabalho da professora Célia Maria Pereira¹¹, cujo acervo fotográfico sobre o bairro Cassino, não só traz a história da formação e desenvolvimento do local, como também reúne mais de quarenta fotografias que mostram as edificações na época de sua construção e como elas se encontram na atualidade, ou seja, patrimônios edificadas e abandonadas ao longo do tempo, prática que traduz muito bem o descaso e o “esquecimento” por parte de diversas administrações e, ainda, da própria comunidade.

¹⁰ *Rio Grande*: cartões postais que contam a História do Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2010; *Câmara Municipal do Rio Grande*: Berço do Parlamento Gaúcho. Porto Alegre: Sales Graf, 2001; *Rio Grande*: imagens que contam história: Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

¹¹ *Memórias de um Balneário*: Patrimônio Edificado do Cassino. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA POSSIBILIDADE DE METODOLOGIA PARA O ENSINO DE ESTUDOS SOCIAIS

Este capítulo busca refletir sobre alguns trabalhos que vem utilizando a Educação Patrimonial como seu principal recurso metodológico. Desse modo, busca-se a relevância, ou melhor, a pertinência dessa metodologia para o ensino de História, assim como a análise dos seus limites e possibilidades de trabalho.

Para esta Dissertação serão considerados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais salientam a responsabilidade da disciplina de História em conduzir seus conteúdos em situações de aprendizagem onde seja possível desenvolver nos alunos um espírito crítico, valores sociais e saberes que ultrapassem um simples arcabouço de informações parciais.

Ainda, este trabalho pretende discorrer sobre o quanto é importante que o professor crie oportunidades e situações de aprendizagem em que o aluno possa experimentar as relações possíveis entre passado e futuro, principalmente, entre conteúdos e a prática cidadã. Para tanto, busca-se na metodologia da Educação Patrimonial, subsídios ao ensino de História, na disciplina de Estudos Sociais nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Nos últimos anos, o professor ao começar a preparar a sua próxima aula, passa a vivenciar um dos momentos mais angustiantes da atividade docente, haja vista a necessidade de exercitar sua criatividade e emoção profissional, assim como a organização de métodos e dispositivos de aprendizagem, atividades relacionadas ao importante papel de despertar o aprender a aprender. Em outras palavras, a escolha recai não somente quanto à forma, mas também, ao modo de como operacionalizar a relevância ao conteúdo apresentado.

Dentro desse quadro, observa-se que o ensino de História precisaria ser sempre seguido da ideia de que o evento Histórico está sempre preso à interpretação dada pelo presente, a forma como esse passado é apresentado irá definir qual passado “existe”. O passado seria, portanto, uma sombra dos eventos reais, esses narrados por aqueles que estão no presente, e mesmo que

o evento seja testemunhado por aquele que conta, ainda assim seria uma parte do que de fato ocorreu. A narrativa elaborada a partir do presente define o passado contado.

Quando o professor entra em contato com seus conteúdos programáticos ele precisa pensá-los como instrumento e não como objetivo final de aprendizagem, precisa projetá-los de forma inserida na sociedade em que vive, isto é, deve colocá-los a serviço das necessidades dos alunos e não ao contrário.

Na atualidade, o que se verifica é que essa realidade tornou-se quase que insustentável e até mesmo torturante. As sensações que os professores estão vivenciando no momento de preparar a sua próxima aula é um terrível sentimento de incapacidade no que diz respeito a alcançar às expectativas de seus alunos, afinal, as crianças e os jovens vivem em um mundo de múltiplas possibilidades e referências sociais, onde suas experiências diárias estão recheadas de informações e estímulos.

Aparentemente, a palavra perdeu poder e a imagem, o áudio e a velocidade de funcionamento de dispositivos eletrônicos, tornaram-se as novas estrelas da aprendizagem. Se esse é o novo ritmo, então, o que fazer se a Escola é fundamentalmente o espaço da palavra?

Muito embora esse quadro quase “desolador”, é necessário ter cuidado para que estas possibilidades tecnológicas não ocupem completamente o espaço que antes pertencia ao pátio da Escola, às rodas de conversas, à biblioteca, às saídas de campo, e outros espaços não virtuais que a Escola oferece. Neste sentido, o texto de Cyntia Simione França e de Cristiano Biazzo Simon¹², aborda esta temática e ressalta que:

O professor precisa desenvolver diversas metodologias, onde passe a despertar o interesse, estimule a criatividade, observação e a problematização do conteúdo a partir do auxílio dessa ferramenta pedagógica. A utilização de novas tecnologias no ensino tem crescido em quantidade e qualidade, embora ainda haja resistência, entre os professores, em dispor de

¹² Cyntia Simioni França Cristiano Biazzo Simon (Mestrado em História Social - Universidade Estadual de Londrina). Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/CyntiaSFranca.pdf>. Acesso em 11/2015

linguagens diferenciadas das convencionais (tais como o livro didático). (FRANÇA E BIAZZO, 2012, p. 3).

Diante do perfil dos estudantes, com base na realidade, é preciso que o professor desenvolva estratégias que transformem os conteúdos em saberes de verdadeiro valor, saberes que possam instrumentalizá-los para que eles próprios busquem tornarem-se protagonistas em suas vidas e nas suas próprias escolhas.

Visando a construção de um projeto de Escola centrado nas relações entre pessoas comprometidas com a transformação da realidade em que estão inseridas e, também, à contínua e indispensável formação de uma comunidade educativa, a mediação constitui uma atividade relacional, ou seja, o professor surge com mediador da relação do aluno com o saber, considerando seus conhecimentos e experiências prévias.

Nesse sentido, toda a aprendizagem requer mediação, e o professor tem um importante papel na mediação da relação epistemológica, assim como na constituição da identidade da criança ao levar em consideração os elementos do universo de vivências do aluno, tendo em vista que:

É necessário ter-se em atenção que cada ser humano cresce em casa com uma história distinta e uma perspectiva própria sobre o significado dos eventos históricos. Assim, as histórias dos pais, da etnia ou do grupo religioso formam a consciência histórica dos jovens (GAGO, 2007, p. 127).

Diante dessa e de outras indagações, o professor tenta integrar-se ao que aparentemente seria a renovação das metodologias de aprendizagem, pois, passou a utilizar não somente as novas tecnologias da informática – como também as redes sociais – e a acompanhar o que há de mais novo e atualizado nas mídias de comunicação. No entanto, é necessário ter o cuidado para que essas possibilidades tecnológicas não ocupem, completamente, o espaço que antes pertencia à Escola.

No entanto, a intenção não é minimizar a importância ou negar as novas tecnologias, nem mesmo resistir aos seus avanços, mas sim, buscar alternativas que possam também fazer a diferença para a aprendizagem; talvez resgatar

algumas possibilidades lúdicas esquecidas, práticas motivadoras que levam novamente os jovens à valorização de pequenos atos, os parques materiais, a reciclagem, a criatividade e, também, ao conhecimento e valorização do próprio bairro, com as caminhadas nas ruas em torno da Escola, os “lanches coletivos” na pracinha, onde eles contam sobre seus vizinhos, sobre as notícias locais e, principalmente, o espaço para a “perguntação”, pois, essa sempre surge em ambientes informais fora dos muros da Escola.

Os estudantes, em sua maioria, são moradores dos arredores da Escola, as atividades nestes espaços possibilitam a oportunidade para os alunos mostrarem suas casas, indicarem quem são seus vizinhos, e tudo aquilo que faz parte das suas vidas. Em outras palavras, os discentes se sentem prestigiados quando os professores conhecem seu maninho mais novo, seu cachorro e todas as coisas que não podem levar para a Escola. Mas, em uma caminhada pelo bairro, esses pedaços de suas vidas podem ser mostrados, isto é, o seu patrimônio pessoal pode ser visitado. Como defende o historiador Iranilson Buriti de Oliveira:

As ruas possuem almas, (...) as ruas encantam com seus códigos, com suas histórias. As ruas tem encantos, memórias para serem revisitadas por intermédio de educadores e de profissionais interessados em compreender no patrimônio histórico-urbano, os signos que educam os sentidos de moradores e transeuntes (OLIVEIRA, 2006, p.144).

A metodologia da Educação Patrimonial diz respeito aos espaços vividos, ela possibilita a integração entre os espaços escolares e os espaços comuns a todos. Desperta um olhar diferenciado para aqueles locais tão conhecidos pelos estudantes, e que, muitas vezes, passam completamente despercebidos por eles – e que podem ser revisitados com base nessa metodologia.

11. PENSAR EM PATRIMÔNIO E EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Nesse momento do texto cabe abordar sobre a trajetória de um pensamento preocupado com as questões relacionadas ao campo do patrimônio no Brasil.

No Brasil, faz-se necessário citar Mario de Andrade e sua visão modernista para patrimônio. A busca por uma identidade nacional era a grande tônica das discussões entre os modernistas, contrários à cultura e valores estrangeiros tão cultuados até então a historiadora Cecília Londres Fonseca, afirma:

Diferentemente da França e da Inglaterra, o Brasil “nasce” como uma colônia, ou seja, um “outro” que gravita em torno de um centro distante, a metrópole, centro esse que exerce sobre seu império um domínio político, econômico e cultural. Nesse sentido, as primeiras representações deste território foram produzidas por um olhar estrangeiro, a partir de padrões estéticos e de valores gerados em outros contextos (FONSECA, 2005, p. 166).

Apropriando-se desse pensamento, o Estado Novo trouxe para a década de 30, uma ideia de nação com a qual as pessoas pudessem se identificar, para com isso consolidar o modelo de Estado, legitimamente “novo” e atestadamente “nacional”. Dessa forma, pessoas com Mario de Andrade são chamadas a integrar o grupo de intelectuais, artistas e poetas que iriam elaborar o projeto que, em última instância, resultou na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Rodrigo Melo Franco de Andrade, e seus colaboradores mais próximos organizaram uma grande equipe de profissionais - pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres de obra - para a realização de inventários, estudos e pesquisas; execução de obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos; organização de arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reunião de valioso acervo fotográfico; e estruturação de biblioteca especializada¹³.

¹³ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%93-1969>. Acessado em 18/08/2015.

Em um primeiro momento, Mário de Andrade chamou à atenção para a grande diversidade de patrimônios encontrados no Brasil, considerando diferentes regiões e o grande número de grupos étnicos. Aqui se pode perceber que Mário de Andrade tinha uma visão para além da “pedra e cal”, pois ele percebia que patrimônio era um conceito mais amplo e que abarcava inúmeras expressões culturais. No entanto, o SPHAN (Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nasce priorizando aspectos da cultura nacional relacionados “a fatos memoráveis da história do Brasil” e ao “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Nesse contexto, são tombadas edificações do período colonial, como o autêntico patrimônio nacional, erigido em pedra e cal (POSSAMAI, 2012, p. 114).

A proposta de Mário de Andrade só será retomada com a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a chegada de Aloísio Magalhães, que entendia que as questões culturais estavam espalhadas por todas as expressões populares e não só naquelas edificadas pelos considerados “grupos dominantes” da sociedade brasileira. Sobre este momento, Possamai destaca que:

Magalhães à frente dessa agência. Passa-se a ser considerada a noção de bens culturais e uma diversidade cultural mais ampla compondo a nacionalidade. A narrativa de Aloísio aproxima-se da proposta de Mário de Andrade no sentido de propor um olhar antropológico para a cultura (POSSAMAI, 2012, p. 116).

Sendo assim, o SPHAN começa a dar forma no que hoje é consagrado na valorização do patrimônio imaterial com a mesma preocupação que o chamado patrimônio de “pedra e cal”.

A cronologia deste órgão é dividida da seguinte maneira: em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já, no ano de 1979, o IPHAN foi dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990,

a SPHAN e a FNPM foram extintos para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

Ao longo dos últimos anos, o IPHAN legitimou-se política e socialmente, mantendo-se sempre funcionando e ampliando sua capacidade de contribuir para o reconhecimento e preservação do patrimônio nacional, investindo em multiplicadores e mantendo uma produção profícua e regular.

Os novos rumos do IPHAN passam por questões políticas buscando legitimar através de uma legislação própria e dirigida aos interesses preservacionistas traçando suas diretrizes contemplando práticas em Educação Patrimonial, que são:

O IPHAN vem concentrando seus esforços na proteção dos bens patrimoniais do País, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos e realizando tombamentos e restaurações que asseguraram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, bem como do acervo documental, etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis. Em sua luta pela proteção do patrimônio cultural, estendeu sua ação à proteção dos acidentes geográficos notáveis e das paisagens agenciadas pelo homem (IPHAN, 1999, p. 24).

O IPHAN promove ações que sejam efetivas para a divulgação da importância do Patrimônio Histórico para a sociedade. Com esse intuito, o IPHAN lançou um Guia Básico de Educação Patrimonial onde se encontra a metodologia para o desenvolvimento de práticas e ações que sejam capazes de promover a “formação” de indivíduos com saberes sobre a Educação Patrimonial o que resultará em uma mentalidade preservacionista.

1.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA POSSÍVEL METODOLOGIA DE ENSINO PARA A HISTÓRIA

Reunindo as considerações dos professores Schiavon e Santos (2009, p. 66), é possível entender melhor a Educação Patrimonial e sua perspectiva conceitual e metodológica. Os autores defendem a ideia de um processo contínuo por meio de uma metodologia, que leva o indivíduo a uma reflexão

sobre o seu entorno, despertando o sentimento de pertença, aguçando o olhar para o meio em que discente vive para então, cuidar e preservar tudo aquilo que faça parte de sua construção cultural, seja esta, patrimônio material ou imaterial.

Ainda, na perspectiva apontada pelos professores, a Educação Patrimonial, apresenta-se como um instrumento de educação no processo de ensino formal e não formal, na medida em que propõe também, uma sensibilização do indivíduo aos bens coletivos, atitude mais que necessária ao reconhecimento e preservação, conforme se observa, a seguir:

De acordo com as diferentes definições de Educação Patrimonial, podemos percebê-la como uma linguagem didático-pedagógica orientada pela reflexão acerca da noção de patrimônio, em um exercício sistemático à leitura do ambiente. Isso se dá a partir da constituição de um olhar investigativo, tendo como escopo a construção da consciência histórica, do pertencimento e das relações afetivas necessárias à preservação, à salvaguarda e, visto sob outra perspectiva, ao fortalecimento dos laços identitários, construídos e intensificados no exercício da cidadania. Desse modo, as atividades de EP procuram construir práticas pedagógicas que orientem os estudantes e os educadores a identificar os 'signos' e os significados atribuídos aos bens materiais e imateriais por uma determinada comunidade (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 65).

Nesta direção, a metodologia da Educação Patrimonial abre novas possibilidades para o Ensino de História, e através desta, torna-se possível suprir algumas lacunas metodológicas verificadas nas turmas de quarto ano do Ensino Fundamental, estudadas nesta Dissertação. Estas lacunas aparecem nas entrevistas feitas com as professoras do 4º ano, no momento em que elas relatam um grande desinteresse e falta de motivação por parte dos alunos: “eles parecem não gostarem de nada, parece que nada interessa, só vídeo game, play, celular e namorar” (Profa. Aline, 4ª Ano).

O ensino de História tem sido duramente criticado, necessitando reavaliar-se e criar novas estratégias pedagógicas que visem práticas e metodologias que associem objetos de estudo e a realidade social dos estudantes.

Com esse intuito, várias estratégias pedagógicas foram pensadas e exploradas para incluir possibilidades de ensino ao que estava fora dos muros da Escola e em seu entorno. A Educação Patrimonial possui em sua metodologia

o que HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO (1999, p.11), chamam de etapas metodológicas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação, que tem como objetivo tornar o estudante sensível a descoberta e valorização de “seu Patrimônio” identificado em seu entorno.

Evelina Grunberg aponta o que entende ser a melhor definição simbólica de patrimônio no momento em que diz ser a VIDA o primeiro patrimônio das pessoas (GRUNBERG, 2007, p. 07). Essa deve ser a base da qual partirá a metodologia da Educação Patrimonial. Nesse momento, cabe novamente destacar aqui o Projeto de Extensão da professora Carmem Schiavon já citado anteriormente, em que a primeira conversa com os estudantes foi no sentido de questioná-los sobre a origem de seus nomes e, esta abordagem trouxe muitas histórias, não só sobre os próprios nomes, mas também, evocou histórias familiares de todas as ordens.

Assim, o “patrimônio familiar” quebrou a primeira barreira para o início do processo de aprendizagem, haja vista que o estudante passa a sentir-se parte de um processo histórico do qual ele até então não se percebia ou percebia-se separado:

(...) a partir do conceito de que a VIDA é nosso primeiro Patrimônio e com ela adquirimos tudo o que somos. Exercícios de descoberta, como por exemplo: o corpo, sua forma, sua cor, cabelos, olhos, proporção (alto/baixo, gordo/magro), timbre de voz e temperamento (GRUNBERG, 2007, p. 5).

A Educação Patrimonial ganhou ênfase nos debates acadêmicos desde os anos de 1980, avançando em experimentos, formação de multiplicadores, seminários, e eventos em que a Educação Patrimonial sai dos muros do Museu Imperial:

As primeiras experiências realizadas aplicando a metodologia da Educação Patrimonial datam de 1983, no Museu Imperial com a realização do I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, quando se detectou a necessidade do trabalho conjunto com professor. Posteriormente, em 1986, na Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Pró-Memória, priorizamos o trabalho dirigido à divulgação da metodologia junto aos professores da rede de ensino formal, para poder ampliar realmente o campo da atuação através do papel multiplicador que o educador desempenha dentro do sistema de ensino estruturado que é a "escola". Isto não significa que a aplicação

da metodologia esteja restrita somente a este campo. A aplicação da metodologia de Educação Patrimonial pode ser feita em qualquer espaço social e com qualquer faixa etária (GRUNBERG, s/d, p. 6).

Nesse processo, destaca-se a publicação do “Guia de Educação Patrimonial, de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que se tornou a referência para a construção dessa noção conceitual. Entre as suas premissas, está a concepção de que a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilitaria ao indivíduo, fazer a leitura do mundo que o cerca, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Além disso, a Educação Patrimonial provocaria situações de aprendizagem e, a partir de suas manifestações, despertaria no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva, além de provocar sentimentos de surpresa e curiosidade. Instigando assim, crianças a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens.

O campo de estudo do patrimônio no Brasil está se reformulando e onde antes ocorria uma preocupação prioritária para o tombamento de bens considerados “de pedra e cal”, como igrejas, fortes, pontes, fontes e prédios com já vimos anteriormente, hoje, já temos outra realidade a partir do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que determinou o inventário e o registro do patrimônio cultural intangível. Nele é possível encontrar saberes desenvolvidos a partir de um novo conceito de patrimônio cultural, o qual abarca também expressões culturais de diferentes aspectos como a língua, as celebrações, os rituais, as danças, as lendas, os mitos, ofícios, saberes e técnicas de fazeres diversos, em consonância com o artigo 216 da Constituição de 1988:

Constitui Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nas quais se incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, de fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art. 216).

A Educação Patrimonial é o grande tema do momento no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades que tenham por base o patrimônio cultural e este aspecto não está somente no âmbito da História, tendo em vista que esta metodologia de trabalho encontra-se vinculada a estudos em várias áreas do conhecimento humano, como na Arquitetura, Arqueologia, Antropologia, Turismo; enfim, em diversas ciências ligadas à memória, identidade, cultura e, em especial, no âmbito escolar.

Nesta direção, o presente trabalho conta com algumas contribuições da obra “Educação Patrimonial: da teoria à prática”, principalmente, no que se refere ao aspecto que guarda relação com o fato de que:

Em uma sociedade como a atual, pautada na globalização e na integração, é importante valorizar o que está próximo, para que assim possamos também valorizar o que é universal (ZANON; MAGALHÃES e BRANCO, 2009, p. 57).

Com esta recomendação, fica clara a relevância de ações junto às Escolas, mais especificamente, ao grupo ao qual este trabalho se propõe, ou seja, uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental. Além disso, esta reflexão vai ao encontro de uma perspectiva de manter viva uma construção cultural existente em toda e qualquer comunidade.

Pensando nesta direção, a professora Carmem Gil e a professora Dóris Bittencourt Almeida destacam a importância dos espaços locais no momento em que referenciam a Feira de Caruaru:

A Feira de Caruaru, registrada como patrimônio cultural brasileiro, é uma possibilidade de destacar a importância dos lugares de troca para o desenvolvimento urbano e, a partir dela, estudar outros lugares semelhantes, mais próximos aos alunos, que são, por excelência, espaços que concentram atividades relacionadas à produção, à comercialização e ao consumo. São também lugares de convivência, com relações de competição e de apoio, feiras e mercados acolhem saberes e fazeres e, assim, muito dizem sobre a cultura do grupo, evidenciando relações de trabalho e convivência. As situações de aprendizagem apresentadas problematizam o tempo e o espaço a partir dos lugares de trocas e convivência, contemplando, assim, o estudo sobre aspectos do

bairro/cidade/município e até mesmo do estado (GIL; BITTENCOURT, 2012, p. 93).

Nesse sentido, o bairro, a escola, a feira semanal, aquele armazém antigo da “vila”, a casa abandonada e cheia de “fantasmas”, os indivíduos estranhos, loucos, também os novos prédios, as casas e comércios que surgem modificando a paisagem e o modo de vida das pessoas, tudo isto faz parte do cotidiano da comunidade. Isto é, tudo e todos que fazem parte das comunidades contribuem para que sejam exatamente como são, e isto é exatamente, o que os distinguem das demais.

1.3 AÇÕES EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Pensar em Educação Patrimonial é pensar em preservação. Mas, como nossos jovens podem preservar algo que não conhecem? Com essa reflexão é possível concluir que conhecer é o primeiro passo à preservação. Assim, o conhecimento passa pelo processo educacional e é comum pensar que a educação ocorre em diversos espaços e condições; porém, a Escola é a instituição reconhecida pela sociedade como um espaço adequado à produção de conhecimentos significativos e válidos universalmente.

Segundo Schwengber (2005, p. 179), “isto permite que a educação escolar, sistemática, tenha resultados mais consistentes e duradouros do que atividades educativas esporádicas”. Estes saberes podem (e devem) começar o mais cedo possível, ainda na Educação Infantil. A criança de nove anos que estuda no 4º ano do Ensino Fundamental, que tem suas primeiras noções sobre patrimonialidade, ela aprende a desvelar tudo aquilo pode ser “seu” patrimônio e, também, passa a reconhecer em sua vida e comunidade, o que é Patrimônio em suas diferentes possibilidades, nesse momento Grunberg reforça que é

(...) a partir do conceito de que a VIDA, é o nosso primeiro Patrimônio e com ela adquirimos tudo o que somos. Exercícios de descoberta, como por exemplo: o corpo, sua forma, sua cor, cabelos, olhos, proporção (alto/baixo, gordo/magro), timbre de voz e temperamento. Podemos trabalhar, a partir da observação em espelho e/ou utilizando fotografias de familiares, a

semelhança ou diferença com os pais, irmãos, tios avós, etc. (GRUNBERG, 2007, p. 7).

É fundamental educar para o Patrimônio. Educar para conhecer. Preserva-se aquilo que se conhece. Desta forma, surge a ideia de que o caminho para uma Educação Patrimonial é o da valorização patrimonial legitimando uma educação de cunho preservacionista. Tal qual apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais:

É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (MEC/PCNS, 1998, p. 44).

A educadora Allana Pessanha de Moraes, em artigo¹⁴ sobre seu trabalho de Conclusão do Curso em Ciência da Educação, apresenta a discussão sobre a importância da Educação Patrimonial para o desenvolvimento de práticas preservacionistas, bem como para o desenvolvimento de metodologias para o trabalho em sala de aula sem perder a perspectiva dos conteúdos formais, conforme se observa, a seguir:

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (MORAES, 2005, p. 2).

No artigo mencionado, a autora ainda destaca que a metodologia da Educação Patrimonial pode ser aplicada em diversas circunstâncias. Sendo assim, esta Dissertação vai ao encontro desta metodologia aplicada no ambiente escolar, buscando uma forma tida como “mais prazerosa” para o ensino de História na disciplina de Estudos Sociais.

¹⁴ Educação Patrimonial nas Escolas: Aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.lages.sc.gov.br/suacidadesuacasa/material/artigo1.pdf>. Acesso em: 10/05/2015.

Dentro deste contexto, a pesquisadora Claudia Rocha Teixeira, nos traz uma reflexão acerca da relevância da Educação Patrimonial em virtude da rapidez com que as cidades e as sociedades se desenvolvem e se modernizam, ao ponto de ignorarem a importância dos bens culturais presentes em toda e qualquer localidade:

Diante do processo de modernização das cidades, percebe-se a constante desvalorização e desconhecimento com relação ao patrimônio cultural. Desse modo, (...) nos fez refletir sobre a necessidade de investimento na área de Educação para a valorização desses bens culturais (TEIXEIRA, 2003, pp.199-211).

Ainda, sobre a temática da Educação Patrimonial, Lucivani Gazzóla, fez um estudo sobre a percepção dos professores com relação ao patrimônio cultural do Município de Joaçaba/SC. Em sua Dissertação, ela trabalha além das questões ligadas ao conhecimento dos professores, a forma como estes percebem a Educação Patrimonial e a importância deles conhecerem o que é Patrimônio e desenvolverem a ideia de que o caminho para a preservação patrimonial passa, necessariamente, pela valorização do patrimônio e, esta só acontece pelo sentimento de pertencimento e identidade, haja vista que “o termo valorização cria uma relação de identidade entre o sujeito (coletivo ou não) e o objeto, relação que garante a legitimidade de uma educação de cunho preservacionista” (GAZZOLA, 2007, p. 55).

Desse modo, para a proposta desta Dissertação se faz necessário à análise do trabalho da professora e pesquisadora Andréa Ferreira Delgado sobre a formação docente. Delgado traz a experiência de formação de professores como multiplicadores do saber relacionado à Educação Patrimonial, ou seja, a autora associa práticas da pesquisa ao ofício do professor, por meio da investigação acerca do patrimônio cultural integrado à produção de materiais didáticos para uso no Ensino Fundamental. Delgado substancia-se, ainda, no autor Ivo Mattozzi para quem:

A educação para o patrimônio deve, a partir da ligação entre a história e os bens culturais, incluir no currículo estratégias de pesquisa que façam uso dos bens culturais, com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem

respeito ao território e a escala local, possibilitando aos alunos melhor compreender o cenário da sua vida (MATTOZZI, 2008, p. 137).

Diante do exposto, a metodologia da Educação Patrimonial, vem ao longo do tempo, enquanto uma possibilidade pedagógica, obtendo resultados muito satisfatórios, abarcando diversas áreas, não só no que diz respeito ao ensino de História, como também, formando multiplicadores para ações preservacionistas.

Nesta perspectiva, a Educação Patrimonial pode provocar situações de aprendizagem e concretizar projetos que visem educar, informar, promover, divulgar e preservar o patrimônio nacional, bem como o trabalho com a memória e a identidade locais.

1.4 ESTUDANTES DO QUARTO ANO: PATRIMÔNIO DA ESCOLA ALTAMIR DE LACERDA

O trabalho, no quarto ano nas escolas públicas do Rio Grande, traz uma nova perspectiva profissional a qualquer professor de História que sempre só esteve com alunos de área¹⁵, pois é no quarto ano, que os estudantes têm seu primeiro contato com a disciplina de História, mesmo que esta venha equivocadamente associada a disciplina de Geografia e Ciências.

Partindo dos estudos da professora Antonia Osima Lopes (2008), de que o primeiro contato dos alunos com qualquer conteúdo constrói imediatamente uma visão daquela disciplina e, é muito importante que seja um momento de prazer, e que deixe nos estudantes a sensação de que os futuros estudos de História serão igualmente prazerosos e que se sintam ansiosos por estas aulas.

A identificação de temas e questões que se mostrem mais interessantes ao estudante constituem um fator relevante na construção do material que será estudado no decorrer do processo de ensino (LOPES, 2008, p. 60).

¹⁵ Entende-se como “área” os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental de 9 anos (do 6º ao 9ºano). Lei nº 11274, de 6 de Fevereiro de 2006.

Nesse momento se impõe a pergunta, como tornar a disciplina de História atraente e que traga momentos felizes e significativos aos alunos? A resposta é complexa e vem associada diretamente em saber o que traz satisfação e alegria aos estudantes do quarto ano. Entendendo essas necessidades, é possível tornar as aulas de Estudos Sociais (História), mais interessantes, sobre isso a professora Lopes, aponta que:

[...] desde o início os objetivos educacionais propostos nos currículos apresentam-se confusos e desvinculados da realidade social dos alunos, (...) tendem a mostrar-se sem elos significativos com as experiências de vida dos alunos, seus interesses e necessidades (LOPES, 2008, p. 55).

O levantamento quantitativo da faixa etária dos estudantes, feitos para essa pesquisa, demonstra que cerca de 53% dos alunos do quarto ano nas escolas estudadas, estão no que seria a idade ideal para a série, entre 9 e 10 anos de idade, os demais 47% oscilam na faixa descrita como distorção entre idade e série¹⁶.

Tabela 1 – Relação idade/série no 4º Ano

Nascidos em	ANANERI	MANOEL MANO	Manoel mano	ALTAMIR DE LACERDA TURMA 41	ALTAMIR DE LACERDA	MARILIA 41	MARILIA 42	Total de alunos
2005	12	10	9	12	10	9	11	74
2004	4	5	4	5	8	3	6	36
2003	3	1	-	1	5	-	1	11

¹⁶ Pela legislação que organiza a oferta de ensino no país (Lei 9.394/1996), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. Informação disponível em: <http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>. Acesso em Set. de 2015.

2002	2	1	-	2	2	-	2	9
2001	1	-	2	-	3	1	-	7
TOTAL	23	20	15	22	18	19	19	137

Fonte: Elaboração própria (2016).

- ★ Ano do levantamento 2015
- ★ Considerando como idade padrão para a relação idade/série os nascidos em 2005

Partindo de uma situação real, uma turma de 4º ano, com 22 alunos, que aqui será chamada de turma A, e que tem por característica crianças e jovens, com idades entre 9 e 15 anos, o que significa dizer uma distorção da relação idade/série, esta turma é considerada normalmente como “diferenciada” (um eufemismo para “turma problema”), e a que apresenta os maiores problemas de aprendizagem, e negligência familiar. A turma A, na verdade é um exemplo onde a metodologia da EP, fará a diferença na construção de estudantes mais interessados e participativos em seu processo de aprendizagem.

A maioria das turmas consideradas diferenciadas são aquelas que recebem os alunos repetentes da própria escola e/ou alunos transferidos de outras escolas. Estes jovens possuem baixa autoestima e carregam uma sucessão de “fracassos”, sejam eles: afetivos, escolares ou de inclusão social. Estes alunos estão, normalmente associados à indisciplina e ao mau comportamento, e a maioria deles necessita refazer vínculos afetivos com os colegas, pois estes foram rompidos com a repetência e/ou com a transferência de Escola.

Desse modo, o trabalho da professora de uma turma como esta, precisa ser um trabalho diferenciado e dar conta não só dos conteúdos, mas, como já foi dito antes, precisa dar significado à vida de estudantes que tão jovens já vivem inúmeras situações de perdas.

Assim, em turmas tão heterogêneas, as dificuldades se acentuam, os professores sentem-se mais desgastados, desanimados e indiferentes aos alunos. É um círculo vicioso, onde os alunos são desinteressados, desmotivados

– em razão de todas suas questões pessoais – por um lado e, do outro, estão os professores cansados levando, cada dia como sendo apenas um dia a menos para chegar ao final de semana/mês/ano, conforme aponta a fala da professora Tania Zagury:

Com professores exaustos, estressados, dando aulas cansativas e antiquadas, com alunos desmotivados, desinteressados e indisciplinados tendem a se tornar mais desmotivados e desinteressados ainda (ZAGURY, 2006, p. 28).

Ainda, refletindo sobre o perfil desses alunos, é impossível projetar como chegarão aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º), onde o número de disciplinas dobra e eles passam de uma só professora, para nove ou dez professores cobrando não só conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa, mas ainda, é exigido que ele desenvolva um “pensamento crítico”, na disciplina de História”. Ora, este é um estudante que traz em si, não só seus problemas familiares, como também a ausência de metodologias que o incluam, que o coloquem em situação de perceber-se parte daquele nicho social que é a Escola.

Cabe nesse momento perguntar, será que os conteúdos de História sem o sentimento de pertença social, têm algum sentido para estes estudantes? A sua realidade social, em momento algum está inserida nos conteúdos que foram apresentados a ele até sua chegada ao sexto ano.

Para responder a estes questionamentos apresenta-se a metodologia da Educação Patrimonial, ela oferece a ludicidade, indica subsídios para se trabalhar não só os conteúdos formais em qualquer dos adiantamentos da Educação Básica como, ainda, trabalha com o sentimento de pertencimento.

A participação ativa dos sujeitos no processo de preservação do patrimônio gera o sentimento de pertença ao espaço. À medida que tornam-se mais partícipes e presentes na perpetuação do passado coletivo e à medida que o grau de envolvimento para com o espaço e com o Patrimônio se eleva, o sujeito recria em ambos os elementos uma compreensão contemplativa destes na construção de novos significados à realidade ao redor de si. (LEÃO, 2009, p.13)

É com esse sentimento que as atitudes mudam, quando o jovem estudante, percebe-se parte daquela história, daquele bairro, daquela escola, ele respeita, ama, cuida e preserva.

1.5 HISTÓRIA ORAL: UMA FERRAMENTA DE TRABALHO

Como este trabalho contará como uma de suas fontes a fala das professoras que trabalham no Quarto Ano, se entende que a metodologia da História Oral é capaz de trazer uma melhor compreensão dos sentimentos vividos por essas professoras como salienta Phelippe Joutard, “estou convencido de que a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos” (JOUTARD, 2000, p. 24).

A escolha pelo uso da História Oral neste trabalho acontece por acreditar-se que as professoras precisam colocar a sua “voz” nesta Dissertação. Nesta direção, não é possível escrever sobre o fazer diário das professoras do quarto ano, sem dar-lhes voz, sem entender suas angústias e desafios, suas dificuldades e perspectivas. Este pensamento vai ao encontro do que aponta Joutard, no momento em que destaca que “a força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos” (JOUTARD, 2000, p. 33) ou, ainda, o que defende Santos; Barreto; Silva¹⁷

Deve-se sempre eleger o indivíduo como valor central, pois o indivíduo é o lócus das vivências, é nele que está impresso os acontecimentos, dos quais ele retém a memória. Somente ele é possuidor de suas reminiscências. A natureza do fascínio está na vivacidade da história oral onde o entrevistador tem a impressão de estar vendo o passado se concretizando em palavras, gestos e sentimentos (SANTOS, BARRETO, SILVA, s/d, p. 9).

¹⁷ SANTOS, Laísa Dias; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Por uma História da Profissão Docente Vista de Baixo: Modos de Educar, Práticas Escolares E Cultura Escolar No Território Sul Sergipano (1930-1950)**. s/d. p. 9.

Esta pesquisa ao elencar o uso da metodologia da História Oral busca, através da análise das falas (e silêncios) das professoras, caracterizar as razões do seu fazer pedagógico; enfim, tenta-se explicar seus sucessos e limites.

A professora Selva Guimarães (2006), salienta que a disciplina de Estudos Sociais já foi largamente utilizada no Brasil como uma atividade ideológica, tendo em vista que:

Nos primeiros anos de escolaridade, dever-se-ia desenvolver nos alunos determinadas noções e atitudes visando “ajustá-los”, “integrá-los” à realidade social e histórica, tendo em vista que grande parte da população estudantil brasileira não ultrapassava os limites da 5ª série do ensino fundamental (então denominados ensino primário e depois ensino de 1º grau). A disciplina “Estudos Sociais” cumpriu esta função em grande parte da história da educação brasileira, na segunda metade do século XX. Além disso, os argumentos locais e regionais eram e são, muitas vezes, usados como forma de mascarar os conflitos e contradições presentes na sociedade (GUIMARÃES, 2006 p. 125).

Entretanto, não existe mais esta perspectiva para o ensino de História e o que está acontecendo é uma renovação nos conteúdos e metodologias aplicadas nas Escolas, isto é, o ensino de História vem se reestruturando e oportunizando espaço para diversas estratégias pedagógicas, inclusive, permitindo outras intervenções nos espaços escolares.

Sobre este aspecto, uma das colaboradoras desta Dissertação, a professora Giliane de Ávila¹⁸, comenta que os estudos estão direcionados para a História do Município, e do Estado, e ligados aos fatos históricos, mas acredita que conceitos como pertencimento, criticidade precisam ser trabalhados, defende o uso de metodologias diversificadas como o uso vídeos, passeios música, jogos, imagens e diversos gêneros textuais.

Esta Dissertação pretende por meio dos relatos de professoras como Giliane, diagnosticar metodologias implícitas ao fazer diário, à forma como o

¹⁸ A professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila atua na Escola Municipal de Ensino Fundamental Altamir da Lacerda Nascimento e é Pedagoga e Bacharel em Filosofia, sendo Especialista em Educação Especial e Inclusiva, formada em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

ensino de História é internalizado pelas professoras e a forma como ele é transposto aos alunos,

Como o ensino de História na educação básica tem tratado esta problemática? O objetivo é identificar e analisar dificuldades, problemas relacionados ao ensino de história local nas séries iniciais; caracterizar experiências pedagógicas, e analisar possibilidades, propostas de ensino que abordam a história local e fontes orais (GUIMARÃES, 2006, p. 126).

A fala da professora Ana Beatriz¹⁹, quando diz “me sinto responsável, em parte pelo futuro de meus alunos e tento fazer o melhor que sei fazer, por eles”, traz a certeza de que embora algumas professoras não se sintam preparadas para grandes transformações metodológicas, os seus discursos são otimistas e engajados.

1.5.1 A Metodologia da História Oral no Brasil

Para entendermos um pouco sobre a Metodologia da História Oral, faz-se necessário recorrer ao CPDOC, que é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, pertencente à Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas; local onde, a partir da década de 70, são realizadas pesquisas utilizando como fontes históricas relatos e narrativas orais. Esta metodologia é muito utilizada por historiadores, pedagogos, antropólogos, cientistas políticos, entre outros. Sobre o programa de História Oral do CPDOC, destaca-se que:

O programa de História Oral do CPDOC, foi criado em 1975, no momento que a metodologia da história oral, se firmava como novidade em instituições de pesquisa e arquivos da América do Norte e da Europa. O objetivo era realizar entrevistas sobre o passado e tratá-las seguindo técnicas que permitissem guardar e divulgar o testemunho vivo dos entrevistados. A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições,

¹⁹ A professora Ana Beatriz é formada em Pedagogia.

modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea (CPDOC)²⁰.

A metodologia de História Oral, em 1970, recebeu no Brasil o Programa de História Oral do CPDOC, mas foi nos anos 90, que esta metodologia deu um salto em reconhecimento de seu valor como metodologia de pesquisa. No ano de 1994, nasce a Associação Brasileira de História Oral, que busca reunir pesquisadores de todo país. Nessa mesma época encontros de diferentes níveis (nacional, regional) começam a acontecer em todo Brasil e, concomitante, aos eventos, é editada uma revista e um boletim.

No ano de 1996, a metodologia de História Oral, passou a ser coordenada pela Associação Internacional de História Oral, que organizou eventos a cada dois anos e que também repercutiu em uma revista e um boletim. A História Oral gera no mundo inteiro inúmeros programas que utilizam essa metodologia para a pesquisa nas mais variadas áreas.

Nesta Dissertação, as entrevistas realizadas constituem uma parte muito importante da pesquisa, pois conjuntamente com os Planos de Ensino, as cartilhas, e os cadernos das professoras, compõem uma parte considerável, do quadro do Ensino de História no 4º ano do Ensino Fundamental. Mais ainda, permite compreender como os indivíduos ligados diretamente à docência no 4º ano, experienciam e interpretam o seu fazer pedagógico e profissional.

O trabalho com a História Oral exige uma série de procedimentos que extrapolam o momento da entrevista propriamente dita, engloba um conjunto de prática, como o levantamento dos dados sobre a atividade, o roteiro de entrevistas, o cuidado com equipamentos e ambiente onde a entrevista vai acontecer.

Os historiadores que trabalham com História Oral (HO), já expressam que não existe uma só maneira ou, um modo único de se trabalhar com a HO. Entretanto, existe uma metodologia e esta precisa ser respeitada.

Neste sentido, ainda persistem novos dilemas acerca da interpretação dos testemunhos orais e também algumas indagações ou desconfianças sobre a HO.

²⁰ Informação disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 21/08/2015.

Mas, a professora Marieta Ferreira nos explica que é uma espécie de “ranço”, algo preso a antigos preceitos historiográficos que ainda insistem em desqualificar toda metodologia que não esteja calcada na historiografia escrita e documental.

O uso de novas tecnologias permite novas formas de leitura de uma entrevista, onde antes um silêncio era transcrito somente com parênteses – e se registrava “silêncio” – hoje, são descritas inúmeras expressões e olhares para o mesmo silêncio.

1.5.2 As Entrevistas: Vozes das Professoras

As entrevistas realizadas com as colaboradoras desta Dissertação seguem a metodologia da História Oral (HO), tendo em vista que registrar os depoimentos das professoras significa entrar na seara de seus sentimentos e emoções, falar sobre seu ofício diário significa expor-se ao julgamento daqueles que realizam a pesquisa e/ou leem os resultados. Portanto, o rigor no uso desta metodologia é fundamental para que os resultados sejam satisfatórios e que não haja nenhum tipo de desconforto para os entrevistados.

A metodologia da HO inova, pois ultrapassa as barreiras das pesquisas feitas somente com a bibliografia escrita, haja vista a possibilidade dos indivíduos envolvidos diretamente serem, de certo modo, protagonistas na escolha e na seleção das informações oferecidas na pesquisa. Estudar um determinado grupo social através de suas próprias palavras, por intermédio da HO, oportuniza a esses sujeitos certo reconhecimento e importância, por sua contribuição na atividade que eles desenvolvem.

Dito isto, destaca-se que, para esta pesquisa foi utilizada a metodologia da entrevista semiestruturada, momento em que as perguntas são elaboradas com antecedência e com um roteiro pré-definido. Esta metodologia tem como uma de suas características a presença do tema a ser abordado, mas, com a característica da flexibilidade, e esta oportuniza ao entrevistado certa liberdade ele para expor suas impressões e opiniões além do que lhe foi perguntado, sem no entanto, fugir ao tema central como demonstra o professor e filósofo Augusto Nibalto Silva Triviños:

(...) as perguntas de natureza descritiva semi-estruturadas terão a máxima importância. Por exemplo, o investigador pode pedir a uma mãe de uma vila popular que descreva um dia típico de suas atividades como dona do lar, ou a um professor que relate pormenorizadamente seu trabalho de um dia qualquer desde o momento que chega à escola. Ambas as histórias, ou outras semelhantes surgidas da índole indicada, ajudarão o pesquisador a descobrir os significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais (TRIVIÑOS, 1987, p.150).

O professor Triviños defende ainda que esse método permite novos questionamentos a partir das respostas dadas, além de possibilitar o surgimento de novas hipóteses de trabalho. O autor afirma, ainda, que a entrevista semiestruturada "(...) favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade" (TRIVIÑOS, 1987, p. 153).

Dar voz aos professores, nesse contexto histórico atual, é oportunizar voz a um grupo social que no momento sente-se excluído e encontra-se em situação de abandono pelo poder público. As professoras entrevistadas têm em comum o cansaço, assim como certo desânimo diante de seus desafios diários. Percebem-se abandonadas (sempre apontando para os governos e os pais que não colaboram) e sem alternativas para a resolução de seus problemas.

É recorrente, na fala das professoras, reclamações como "a gente ganha pouco pra se incomodar tanto" (professora Maria, 2015)²¹; ou "eu já tenho que cuidar do meu filho, e não vou ficar cuidando do filho dos outros" (professora Tereza, 2015)²², ou ainda, a professora Angela²³ aponta que "tenho pavor dessas crianças mal educadas e sujinhas, mas são uns coitadinhos, eles nem tem culpa". Em linhas gerais, salvo pequenas exceções, são falas muito duras e dirigidas às crianças tão pequenas.

Além disso, os depoimentos estão carregados de preconceito, discriminação e intolerância; chegam a ser muito chocantes e, em alguns momentos, algumas afirmações soam como desumanas. No entanto, pelo

²¹ A professora não quis se identificar, pois acredita que suas opiniões são muito críticas e contundentes; daí o nome apresentado é fictício.

²² A professora não quis identificar-se pela mesma razão da docente anterior.

²³ A professora perguntou se poderia falar exatamente o que pensava e que se fosse desse modo, ela pediu para que fosse utilizado um outro nome (fictício).

observado, os depoimentos refletem um estado emocional desgastado, com indicação de poucas alegrias no cotidiano da sala de aula.

O horário de intervalo (café das professoras) está dividido do seguinte modo: algumas professoras reclamam dos alunos, do governo, dos pais e da Escola (durante todo tempo do intervalo, ou seja, os 15 min.), outras silenciam e observam as que reclamam e, em alguns momentos, balançam a cabeça concordando. Contudo, têm aquelas que mesmo em meio a tantas reclamações, sentem-se diferentes das demais, acreditam que mesmo diante de tantas dificuldades, os alunos merecem boas aulas e precisam permanecer na Escola e terminar pelo menos, o Ensino Fundamental, e buscam realizar atividades que mesmo sem uma metodologia específica oportunizem momentos prazerosos para seus alunos. É o caso da professora Cleusa Pereira²⁴, uma profissional que se mostra extremamente dedicada aos seus estudantes, ou seja, ela é uma entusiasta de novas metodologias e, acima de tudo, tem um apreço muito grande pelos seus alunos.

Esta professora tem enfrentado os desafios – citados anteriormente – de forma muito confiante, criativa e entusiasmada, embora em sua fala diga que ainda não se sinta preparada, pois ela diz: “não tenho formação na área e se tivesse de me qualificar em uma escala de zero(0) à dez(10), me daria seis(6)”. Contudo, ela ainda investe em pequenas saídas pelo entorno da Escola, promove atividades integradas entre as disciplinas de História, Ciências (Meio Ambiente) Geografia e Matemática²⁵, ou seja, uma professora que tem uma motivação muito diferenciada das demais descritas anteriormente.

A professora Renata Pires, com sua calma que lhe é peculiar, fala em um tom tranquilo e doce: “tenho recebido alunos cada vez menos preparados, chegam muito sem base do terceiro ano, eu preciso rever muita coisa, passo quase dois meses no início do ano só fazendo sondagem”. Nessa fala é possível perceber algumas situações que chegam ao quarto ano e que são trazidas das

²⁴ A Professora Cleusa Regina de Moura Pereira é Pedagoga e trabalha há um ano na Escola Altamir de Lacerda. O ano de 2015 constitui a sua primeira experiência com o 4º ano.

²⁵ A professora fez uma saída de campo com os alunos no entorno da Escola e, na ocasião, os alunos identificaram e registraram os aterros feitos na área que caracterizam a ocupação e formação daquele bairro, bem como localizaram em um mapa das ruas, feito pelos alunos, a presença do lixo. Depois elaborou alguns gráficos matemáticos, identificando todas estas informações.

séries anteriores, ou das estruturas da própria Escola, aqui se faz necessário, identificar quais eventos colaboram para esse quadro.

Para tanto as perguntas elaboradas seguem um roteiro buscando identificar algumas hipóteses levantadas acerca da realidade apresentada nas Escolas que constituem foco de análise nesta Dissertação.

1. Há quanto tempo você trabalha na Rede Pública?²⁶
2. Qual a sua formação?
3. Quanto tempo leciona (ou lecionou) no 4º ano?
4. Você se sente preparada para trabalhar os conteúdos de História e planejar atividades referentes a estes?
5. Com relação aos conteúdos de História trabalhados no 4º ano, como você avalia a sua formação?

A partir das respostas apresentadas às questões 2, 3, 4 e 5 pode-se responder a algumas hipóteses, a saber:

- * Algumas das dificuldades apontadas estão relacionadas à formação das professoras;
- * Alguns problemas verificados estão relacionados ao desgaste pela repetição dos conteúdos (materiais) por muitos anos ou, ainda, pelo uso de materiais “herdados” das professoras anteriores;
- * Falta experiência para se trabalhar no quarto ano;

Ainda, no estudo realizado aparecem 4 professoras em desvio de função, pois sua formação está direcionada para o trabalho com a Educação Infantil (Pré-Escola) e, sendo assim, elas não dominam as práticas e metodologias dos demais anos. Sobre o desvio de função, aponta-se que:

O ato de exercer função distinta da qual foi nomeado caracteriza o chamado desvio de função. O professor efetivo, seja por meio de concurso ou por tempo de serviço, é um alvo do desvio de função quando se enquadra nesta situação. Ao ingressar no serviço público, o servidor recebe atribuições que deve cumprir

²⁶ Este questionamento tenta identificar alguma relação entre o tempo trabalhado e as dificuldades enfrentadas, ou seja, se estas são mais acentuadas pelo tempo – ou não.

no cargo que está ocupando, no entanto, em muitos casos a prática diverge do funcionalismo em si (MENEZES; MOURÃO; SANTOS; XAVIER, 2013, p. 5028)²⁷.

Todas as professoras que participaram dessa pesquisa responderam que não se sentem preparadas para trabalhar com Estudos Sociais, especialmente História, pois, os conteúdos que lembram foram estudados ainda na Educação Básica, como a graduação não ofereceu essa formação, precisam utilizar os materiais prontos como as Cartilhas, os *sites* da *internet* e as demais fontes que serão trabalhadas no próximo capítulo. Dizem também que pesquisam na medida em que os alunos trazem suas dúvidas.

As próximas questões estão diretamente ligadas às fontes e materiais utilizados pelas professoras.

6. Para você, em que consistem os conteúdos de História necessários ao 4º ano?
7. Qual a relevância que os conteúdos citados, exercem para os estudantes do 4º ano?
8. Quais as fontes que você utiliza para produzir o material trabalhado em Estudos Sociais?

Neste momento, é possível perceber que as professoras estão ligadas, diretamente, aos Planos de Ensino oferecidos pelas Escolas, cuja base curricular apresenta o estudo da história do município, assim como pontos turísticos, produção industrial, agropecuária e pesqueira. Também são estudados: o hino e os três poderes (informação presente na maior parte das falas)

As professoras utilizam de forma recorrente o *site* da Prefeitura, e de lá coletam a maior parte das informações, sendo que estas, em linhas gerais, se caracterizam por apresentar um caráter turístico. Em outras palavras, o *site* representa a fonte mais pesquisada para obter informações sobre as praças mais conhecidas da cidade, como é o caso da Praça Xavier Ferreira²⁸ e da Praça

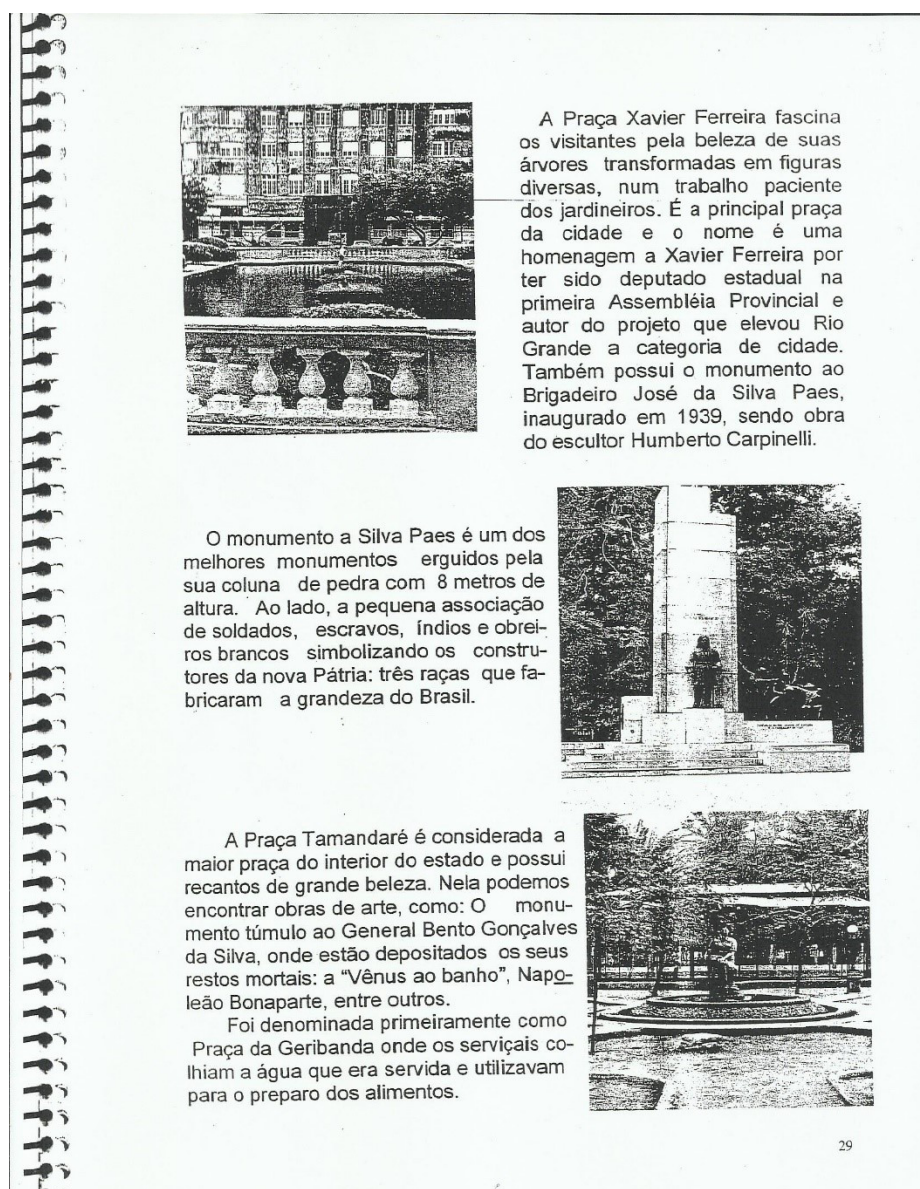
²⁷ Atas do CIBEM, Montevideu, Uruguai, 2013.

²⁸ <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+1810b,,praca-xavier-ferreira.html>. Acesso em 29 de outubro de 2015.

Tamandaré²⁹, que também a apostila da professora Denise Ávila dos Santos traz essas informações, como destaque turístico:

²⁹ <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+180ee,,praca-tamandare.html>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

Figura 01: Folha com as Praças da cidade do Rio Grande



A Praça Xavier Ferreira fascina os visitantes pela beleza de suas árvores transformadas em figuras diversas, num trabalho paciente dos jardineiros. É a principal praça da cidade e o nome é uma homenagem a Xavier Ferreira por ter sido deputado estadual na primeira Assembléia Provincial e autor do projeto que elevou Rio Grande a categoria de cidade. Também possui o monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, inaugurado em 1939, sendo obra do escultor Humberto Carpinelli.

O monumento a Silva Paes é um dos melhores monumentos erguidos pela sua coluna de pedra com 8 metros de altura. Ao lado, a pequena associação de soldados, escravos, índios e obreiros brancos simbolizando os construtores da nova Pátria: três raças que fabricaram a grandeza do Brasil.

A Praça Tamandaré é considerada a maior praça do interior do estado e possui recantos de grande beleza. Nela podemos encontrar obras de arte, como: O monumento túmulo ao General Bento Gonçalves da Silva, onde estão depositados os seus restos mortais: a "Vênus ao banho", Napoleão Bonaparte, entre outros.

Foi denominada primeiramente como Praça da Geribanda onde os serviçais colhiam a água que era servida e utilizavam para o preparo dos alimentos.

29

Fonte: Material fotocopiado a partir do empréstimo feito pela Professora Renata Pires.

Como é possível observar na figura acima, são informações preocupadas com questões basicamente informativas, sem criticidade, ou seja, o professor aparece não como um mediador entre as informações e as elaborações feitas pelos estudantes, ele é apenas um multiplicador de informações prontas. Desse modo, o educador mantém um modelo tradicional de ensino.

Tomando o tema citado acima "As praças da cidade do Rio Grande", é possível exemplificar como a metodológica proposta pela Educação Patrimonial,

pode trazer ludicidade e ao mesmo tempo participação e reflexão dos estudantes; para tanto se apresenta a sugestão de Evelina:

Uma caminhada usando fotos antigas

A partir de cópias de fotografias antigas de um centro histórico ou de qualquer outro lugar escolhido, faça uma caminhada tentando descobrir o mesmo local em que foi tirada a fotografia, ou ponto de vista dela. Limite o local para facilitar a atividade (por exemplo, um trecho de uma rua, uma praça, um largo, uma paisagem, etc).

Peça aos participantes para registrarem as mudanças observadas através das comparações entre o ontem e o hoje e refletir sobre o que essas mudanças significaram para as pessoas que moram atualmente no local (GRUNBERG, 2007, p.19).

Pensando na sugestão apontada pela professora Evelina Grunberg, o município do Rio Grande conta com o trabalho do professor Luiz Henrique Torres, que traz na obra “Rio Grande: Cartões-Postais Contam a História”, um rico acervo de imagens de cartões da cidade que podem ser largamente utilizados para as comparações propostas pela professora Evelina.

O professor Luiz Henrique traz em sua obra a imagem de cartões datados da na segunda metade do século XIX, até o ano de 1935; ou seja, uma contribuição que pode ser utilizada não só para a análise e comparação de prédios e ruas mas, também, permitem a análise de aspectos do cotidiano rio-grandino, como é o caso da mobilidade urbana em épocas anteriores a partir do uso de carruagens, barcos, bondes, etc., assim como algumas peculiaridades ligadas ao vestuário.

Da mesma forma, o trabalho da professora Célia Maria Pereira, traz um minucioso inventario das antigas construções do Balneário Cassino. A professora Célia, mapeou as residências desde o período da fundação do Balneário, no final do século XIX, até uma época mais recente (no acaso, o ano de 2004, data de publicação da obra).

Além disso, este trabalho abarca uma área do Município ainda não explorada nos materiais didáticos até o momento analisados por esta pesquisa, o balneário/bairro Cassino.

O balneário/bairro Cassino não é mais somente um local para férias e veraneio, é sim um movimentado bairro, que abriga uma numerosa população o ano inteiro e que oferece vários serviços permanentes como: agências bancárias, supermercados, bares, restaurantes, e até mesmo uma escola estadual que oferece Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, a Escola Estadual Silva Gama.

Até o momento, os materiais analisados apresentam o Balneário Cassino, apenas como um balneário turístico, com o emblema “a maior praia do mundo” em destaque. Entretanto, não são mencionados o seu espetacular acervo patrimonial, erigido a céu aberto, que são os seus casarões (não) vistos na avenida principal e demais ruas; além de aspectos ligados ao patrimônio natural como é o caso das dunas e o exemplar bioma ali estabelecido.

A utilização deste acervo possibilita que as aulas de Estudos Sociais sejam enriquecidas pelas falas dos estudantes que percebem “*in loco*”, as mudanças e permanências, em uma aula-didática. Ainda, é possível que os estudantes percebam a importância da preservação e compreendam, inclusive, seu papel no que diz respeito ao futuro de tais acervos. Retomando as sugestões da professora Evelina, todo este acervo visual também pode constituir um suporte para a proposta de quebra-cabeças, como ela propõe, a seguir:

Um quebra-cabeça

Aproveite algumas fotos ampliadas, tiradas pelos participantes em atividades de caminhadas ou das expressões artísticas que foram estudadas ou de algum outro bem cultural imaterial, cole-as sobre cartolina e, posteriormente, corte-as de forma irregular para fazer um quebra-cabeça. Misture as diversas partes e peça para armá-las.

Também poderão ser utilizadas, cópias de fotografias antigas de monumentos, edifícios ou locais como: praças, mercados, cais, ruas, manifestações religiosas, expressões artísticas, pratos típicos da culinária local, esculturas, artesanato, arte popular, etc., que os participantes conheçam, por estarem em contato no seu cotidiano, na sua casa, na sua rua ou no seu bairro (GRUNBERG, 2007, p.19).

Dito isto, é possível compreender a diferença entre um material pronto e uma elaboração realizada com base na Educação Patrimonial, tendo o professor como mediador.

No entanto, também é preciso observar o que diz a professora Carla Mena: “eu sei que tem muito material bacana por aí, mas eu trabalho em duas Escolas e quando chego em casa tenho filha, marido e casa pra atender, como vou ter tempo para elaborar outras coisas?”. Com esta fala observa-se que nem sempre é a ausência de vontade que impede um trabalho mais criativo, mas sim a falta de tempo. A sobrecarga de trabalho é um fator importante nos resultados metodológicos das professoras.

As próximas questões buscam avaliar os resultados obtidos pelas professoras:

9. Você acredita que seus alunos compreendem todos os conceitos trabalhados? Justifica a tua resposta.

10. Se eles não compreendem, você atribui a que razões? Quais as suas estratégias para obter melhores resultados na aprendizagem?

11. Os alunos entendem o que são horas, semanas, meses, anos e séculos, ou seja, são capazes de quantificar o tempo de acordo com a sua duração?

12. Qual a compreensão de tempo que os seus alunos possuem?

13. Considerando os conteúdos de História, quais as principais dificuldades apresentadas pelos seus alunos?

As questões de número 9, 10, 11, 12 e 13 buscam analisar a apreensão que os alunos apresentam em relação aos conceitos básicos para a idade/série, como os níveis de compreensão e amadurecimento cognitivo, noções temporais, e localização espacial. Esta proposta de espaço/tempo vai ao encontro dos preceitos estabelecidos por Schäuffer e Boneti:

A estruturação espacial corresponde à tomada de consciência da situação do próprio corpo com relação ao ambiente. É a consciência do lugar e de orientação que pode ter relação com as pessoas e objetos, e com relação ao lugar e os movimentos(...)

A estruturação temporal diz respeito à percepção que a criança tem dos acontecimentos à sua volta, em termos de duração, ordem ou sucessão simultaneidade (SCHÄUFFER; BONETI, 2002, p. 22).

As próximas questões dizem respeito ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação e o quanto ele pode facilitar ou dificultar as propostas elaboradas

pelas professoras, bem como as questões relacionadas a carga-horária dispensada à disciplina de Estudos Sociais.

14. Semanalmente, quanto tempo pode ser dedicado aos conteúdos de História?

15. Como você avalia a contribuição de sua Secretaria Municipal no que diz respeito aos materiais trabalhados em História?

16. Quais as suas sugestões para a Secretaria de Educação, que poderiam contribuir com sua prática docente?

17. O que você considera como atividades diferenciadas para trabalhar com História e quais consegue realizar efetivamente?

Nas entrevistas, surgiram várias falas sugerindo que a Secretaria Municipal oferecesse cursos de formação continuada, mas que fossem diferentes dos que atualmente são realizados, pois para ficarem bons e atenderem as suas necessidades precisariam consultar as professoras e buscar sanar as suas dúvidas e não “aquilo que a Prefeitura pode pagar” (professora Teresa, 2015).

As professoras reclamam, também, da burocracia para a utilização dos ônibus da Prefeitura, pois estes precisam de um agendamento bastante antecipado o que necessitaria de um projeto elaborado meses antes do evento, fato que é inviável, pois a Escola tem um cronograma e uma dinâmica de organização que é alterado várias vezes ao ano, por diversas eventualidades (chuvas, paralizações, feiras escolares, eventos comemorativos, etc.).

Com estas cinco últimas questões, é possível identificar os problemas estruturais da Escola enfrentados pelas professoras, bem como mensurar o quanto estas dificuldades são determinantes à elaboração de aulas mais atrativas e dinâmicas.

Segundo as professoras Cleusa Pereira, Giliane de Ávila e as docentes aqui identificadas como Maria e Tereza, elas não se sentem preparadas para ministrar as aulas de Estudos Sociais, pois entendem a sua formação como “fraca” e as oportunidades para formação continuada, oferecidas pela Secretaria de Educação, não atendem às reais necessidades metodológicas das educadoras.

As demais professoras relatam que o tempo de experiência ajuda a “ir levando” as aulas e, também, verifica-se o relato em que a professora afirma: “a História não muda, é fácil a gente saber o que tem que dar para os alunos. É sempre a mesma coisa” (Angela, 2015).

Com estas amostragens é possível observar que o tempo atuando na mesma série gera certa “monotonia” e um pouco de acomodação por parte das professoras, e isto faz com que elas não aprofundem o tema, isto é, faz parte desta perspectiva, as questões ligadas à insatisfação dos professores com o magistério, conforme demonstra o estudo feito em São Paulo, pelas professoras Flávia Inês Rebolo e Belmira Oliveira Bueno:

A questão da evasão docente, tal como proposta e formulada neste trabalho, indicou desde o início da investigação que um estudo com histórias de vida seria uma forma de apreender melhor os processos que levam determinados indivíduos a deixarem o magistério ou a rede pública de ensino. (...) quando o indivíduo pensa em uma profissão, ele pensa em “algo que se relaciona com a realização pessoal, a felicidade, a alegria de viver, etc., como quer que isto seja entendido”, e quando o envolvimento com esse “algo” deixa de resultar na realização pessoal, a tendência será, certamente, diminuir o envolvimento, diminuir os esforços. Assim, pode-se afirmar, com base nos depoimentos obtidos, que o processo de abandono ocorreu, principalmente para os professores em estudo, por meio do enfraquecimento ou relaxamento dos vínculos existentes. Esse enfraquecimento ou relaxamento dos vínculos é consequência da combinação de vários fatores geradores de dificuldades e insatisfações que se foram. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 77 acumulando durante o percurso profissional. (BUENO; REBOLO, 2003, p. 73-74).

Desse modo, como se pode verificar, até esse momento a pesquisa apresentou alguns dilemas pessoais dos estudantes, assim como as insatisfações mais recorrentes das professoras e algumas das dificuldades nas estruturas escolares. Logo, na medida em que tantas questões, sobre o fazer metodológico, apareceram se tem reforçada a necessidade de analisar os materiais utilizados, objeto que constituirá o tema central de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO II – A ESCOLA E SEUS MATERIAIS DIDÁTICOS

Neste segundo capítulo serão analisados os materiais didáticos utilizados pelas professoras colaboradoras com esta Dissertação, como seus cadernos de preparação de aula, *sites*, e a Cartilha Município do Rio Grande: Aspectos Históricos e Geográficos³⁰, Cartilha esta que tem sido utilizada largamente, por diversas professoras, como sendo o principal “Manual” para o ensino de Estudos Sociais no quarto ano. Além desta, a Cartilha “Caderno de Estudos Sociais”, da professora Denise de Ávila Santos³¹ também será analisada.

Ainda, dentro do segundo capítulo desta Dissertação, será analisado o Projeto Político Pedagógico das Escolas estudadas, buscando-se o ponto de encontro entre os objetivos e os conteúdos da disciplina de Estudos Sociais, bem como a transposição didática³² realizada em sala de aula.

2.1 AS CARTILHAS

De um modo geral, todas as Escolas estudadas utilizam os mesmos materiais didáticos com fonte de trabalho, ou seja, ora as cartilhas, ora os textos obtidos na *internet* ou, ainda, os cadernos “herdados” de antigas professoras da mesma Escola ou emprestados de outras.

As cartilhas são utilizadas no Brasil desde o final do século XIX e, eram o principal instrumento para a alfabetização das crianças; em linhas gerais, elas continham textos preocupados não só com a Língua Portuguesa e a alfabetização mas, também, um enorme arcabouço ideológico, como se pode constatar na citação, a seguir:

A ideologia que informa os aspectos ligados à cidadania nos textos das cartilhas geralmente se refere à família, à escola e à

³⁰ Material produzido pelas professoras Margarete da Silva Girotti, Maria Elizabeth Franco Fernandes e Rosângela da Silva Pereira.

³¹ Professora Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora Medianeira.

³² O conceito proposto por Chevallard (1991), expressa a necessidade de, no ambiente escolar, transformar o conhecimento científico em conhecimento a ser ensinado.

pátria. A família é apresentada nas cartilhas como um mundo à parte em si e para si, desvinculada da realidade social e econômica. Os textos moldam uma personalidade de indivíduo subordinado às autoridades públicas e desprovido de visão do mundo de tipo participativo (Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_c_artilhas.htm. Acessado em 01/06/2016).

Este trabalho propõe uma análise dos materiais hoje chamados de Cartilhas; no entanto, ressalta-se que estas têm um caráter totalmente diferente daquelas propostas apresentadas pelas cartilhas utilizadas até o final da década de 1980.

Entre as Cartilhas mais expressivas encontram-se a Cartilha de Davi e Vera, a Cartilha da Ana e do Zé (década de 60), e a Cartilha Caminho Suave, que começou a ser utilizada na década de 40 e somente foi retirada do catálogo do Ministério da Educação, em 1996; no entanto, ainda são vendidos cerca de dez mil exemplares por ano.

Ao que chamamos de Cartilha, na verdade é uma apostila³³, em que a autoras selecionam e reúnem uma série de informações compiladas de diversas fontes e que são fotocopiadas e entregues aos alunos para que eles possam acompanhar as aulas.

Em linhas gerais, estas Cartilhas apresentam textos bastante focados em informações que não apresentam um caráter crítico e reflexivo. Em outras palavras, são dados “prontos” e que inclinam o estudante à memorização. Como exemplo apresenta-se a figura 1, abaixo, onde aparecem exercícios de memorização, inclusive, com as respostas sublinhadas, de modo a “facilitar” a compreensão dos alunos.

³³ Apostila segundo o dicionário online Houaiss é uma coletânea de aulas ou preleções, para distribuição, em cópias, entre os alunos; polígrafo. Informação disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=apostila>. Acessado em 10/06/2016.

Figura 02: Folha de exercícios sobre as atividades religiosas

Município do Rio Grande: aspectos históricos e geográficos

_ / _ / _


ATIVIDADES RELIGIOSAS

As pessoas religiosas encontram em Rio Grande vários **templos e festas religiosas**.

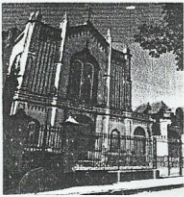
Rio Grande possui a **Catedral de São Pedro**, o templo mais antigo do Estado; as igrejas do **Carmo**, **Nossa Senhora da Conceição**, **Nossa Senhora Auxiliadora**, **Bom Fim**, **Sagrada Família** e outras.

De acordo com sua convicção religiosa, as pessoas participam das manifestações de fé e de religiosidade.


Entre as festas religiosas, temos a **Romaria de Nossa Senhora de Fátima**, a **Procissão de São Jorge**, a **Festa de Nossa Senhora dos Navegantes**, a **Festa de Iemanjá**, na praia do Cassino, etc.




Igreja de N. S.ª do Carmo



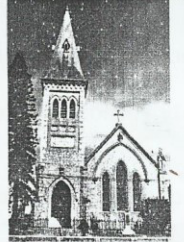
Igreja de N.S.ª da Conceição




Igreja do N. Sr. do Bom Fim



Igreja de N.S.ª de Fátima



Igreja do Salvador



Capela S. Francisco de Assis

EXERCÍCIOS

1. COMPLETE:

a) As pessoas religiosas encontram em Rio Grande vários _____ e festas _____.

b) A Catedral de _____ é o templo mais antigo do Estado.

2. CITA:

a) – o nome de duas igrejas de nossa cidade:
_____ e _____

b) – o nome de duas festas religiosas que acontecem em Rio Grande:
_____ e _____

- 48 -

Margarete da Silva Girotti; Maria Elizabeth Franco Fernandes; Rosângela da Silva Pereira

Fonte: Material fotocopiado da Apostila³⁴ emprestada pela professora Giliane.

³⁴ GIROTTI, Margarete da Silva; FERNANDES, Maria Elizabeth Franco; PEREIRA, Rosângela da Silva. Município do Rio Grande: Aspectos Históricos e Geográficos, 2005.

Em contraposição ao proposto anteriormente, para este assunto, especificamente, a metodologia da Educação Patrimonial, indica um “Roteiro Religioso”, que pode ser feito, na própria sala de aula utilizando os recursos das *web sites*. O professor propõe o assunto como sendo uma atividade de curta duração (uma semana no máximo), em que os alunos estudarão somente o tema religião e religiosidade. Para este período serão organizados *slides* com fotografias das igrejas, templos, entidade, centros, também são selecionadas músicas de cada segmento religioso. Outra possibilidade de trabalho pode consistir no convite a pessoas ligadas às entidades religiosas para conversar na sala de aula, e durante esta semana, os estudantes podem comparar, analisar, associar e desenvolver seus próprios saberes.

A bibliografia de ambas as professoras tem por base de consulta *sites*, pontos turísticos da cidade, a Agenda do Município, Jornais, Roteiros Turísticos e o que as autoras chamam de “apontamentos diversos”³⁵.

Não obstante, nesse ponto é importante salientar que o trabalho das professoras/autoras, não pode ser totalmente desqualificado, embora esse trabalho apresente certa fragilidade metodológica e ausência de um rigor científico e acadêmico, os materiais produzidos representam uma iniciativa muito valorosa de professoras, as quais sem apoio acadêmico e científico estão preocupadas em produzir um material, que em sua perspectiva, auxilia os estudantes. Sem dúvida, naquele momento, a elaboração destes materiais foi bem mais do que a própria Secretaria de Educação ofereceu e isto merece reconhecimento.

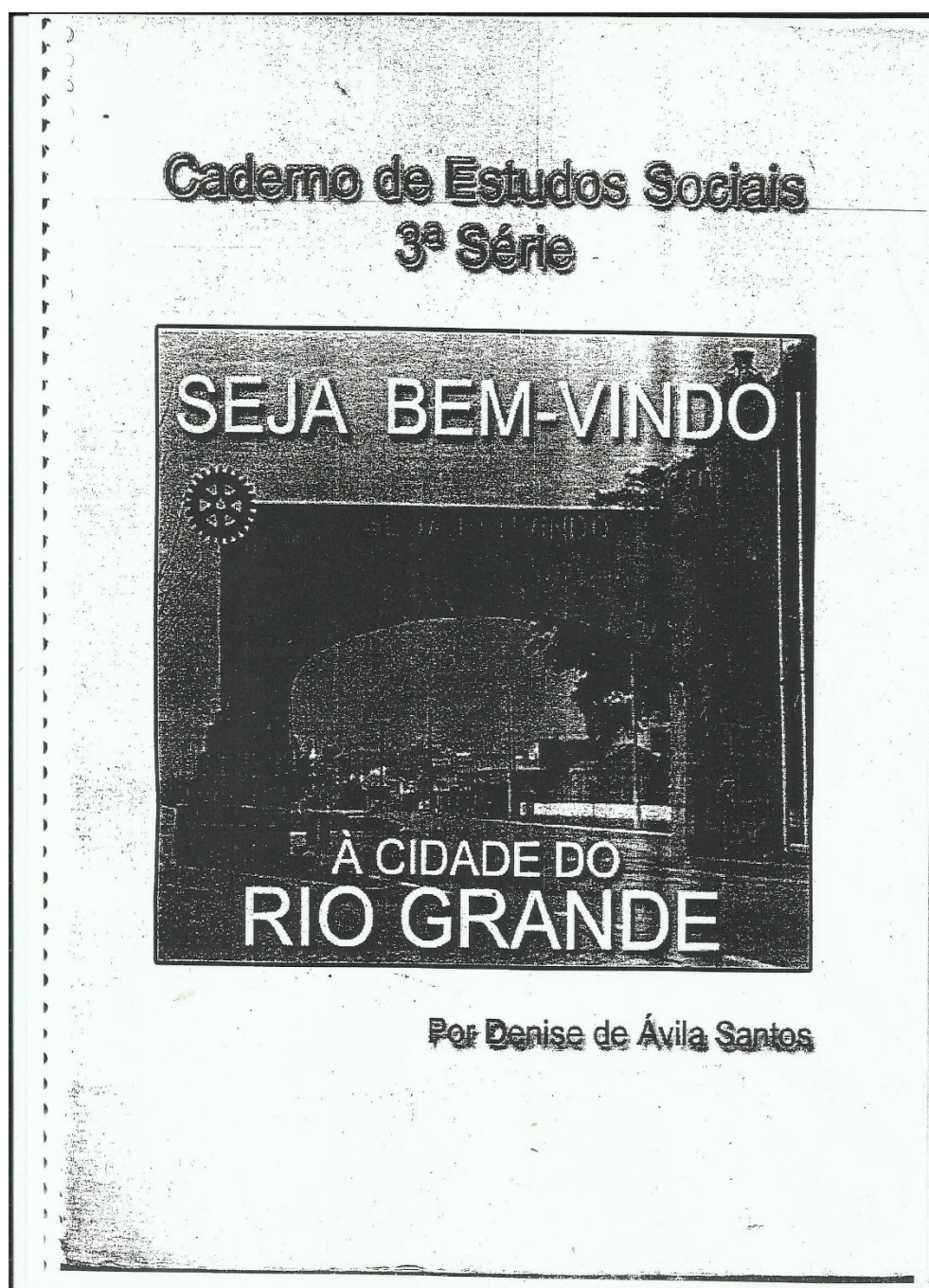
2.2 A CARTILHA DA PROFESSORA DENISE DE ÁVILA DOS SANTOS

A primeira Cartilha estudada foi elaborada pela professora Denise de Ávila dos Santos, coordenadora pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora Medianeira. Segundo as informações contidas na

³⁵ No final da Cartilha *Município do Rio Grande: aspectos históricos e geográficos*, aparece o que a autora chamou de “Fontes de Consulta” e, neste, um item indicado como “Apontamentos Diversos”. Não há nenhuma explicação ou referência ao que seriam estes apontamentos.

própria apostila, a mesma foi elaborada para a antiga 3ª série, o que significa dizer que o material é anterior ao ano de 2006, tendo em vista que foi neste ano que a divisão serial foi abandonada e substituída pela inserção do ensino de 9 anos.

Figura 03 – Capa da Cartilha de Estudos Sociais (s/d)



Fonte: Material fotocópia da Apostila emprestada pela professora Renata Pires.

Já, na apresentação da Cartilha, a professora traz a poetisa rio-grandina, Teodolinda Batezat de Souza,³⁶ que ilustra com sua poesia “Canto da Minha Terra”, uma clara valorização da vocação pesqueira e portuária da cidade e, também, menciona a arquitetura, a natureza, entre outros aspectos rio-grandinos, como se pode observar abaixo:

Rio Grande do porto velho, de velhos barcos pesqueiros, de ilhas verdes brilhantes e de prédios altaneiros.
Rio Grande dos regatinhos sinuosos, caprichosos caminhado em desalinho.
Rio Grande da Barra, das gaivotas faceiras que sobrevoam o mar bonitas, claras, ligeiras.
Rio Grande do peixe fresco apregoado nas ruas pelo mestre pescador que anuncia contente, o fruto do seu labor.
Rio Grande dos monumentos, das casas velhas e do bairro encantador, das praças cheias de sombras, de telhados onde as pombas se aninham com amor.
Rio Grande do pôr-do-sol vermelho, quase dourado que ainda não foi cantado por gente de nossa terra, mas fica muito orgulhoso, quando um filho carinhoso proclama que ela é bela.
(SOUZA, s/d).

Esta poesia foi muito bem escolhida e bem colocada na Cartilha da professora Denise, pois faz uma perfeita introdução aos estudos que serão desenvolvidos ao longo do ano; isto é, essa poesia ilustra vários pontos importantes dos conteúdos de Estudos Sociais, como as questões econômicas (pesca, porto), traz também questões sobre urbanismo, a arquitetura, ecologia, história e, também, um olhar preservacionista.


Nesta apostila – que é fotocopiada, um exemplar por estudante – a professora Denise apresenta textos, gravuras, exercícios, curiosidades e mapas relativos à cidade do Rio Grande. O material está dividido em nove capítulos e na parte final da apostila consta um glossário, bem como as referências utilizadas para a sua elaboração.

Esta Cartilha traz uma proposta pedagógica onde os conteúdos de História e de Geografia caminham juntos. A autora, embora não utilize a expressão Educação Patrimonial, apresenta propostas textuais, exercícios e

³⁶ Teodolinda Batezat de Souza é poetisa rio-grandina e membro da Academia Rio-Grandina de Letras, Cadeira nº 19. Ex presidente da Associação de Ex-alunas do Colégio Bom Jesus Joana d'Arc. No ano de 2016, foi convidada pela Feira do Livro da FURG, para a sessão de autógrafos na abertura da Feira.

saídas do espaço da sala de aula, que valorizam uma aprendizagem desenvolvida a partir da observação dos espaços públicos.

Figura 04 – Exercício proposto pela professora Denise Ávila Santos



Rua General Neto com os trilhos de bonde.

Nomes de Praças antigamente

Praça Dr. Pio.....	Praça da Matriz, Praça João Pessoa, Estádio Gen. Sampaio e Praça Marquês do Herval
Praça Tamandaré.....	Praça dos Quartéis, Geribanda e Praça do Hospital
Praça Xavier Ferreira.....	Praça da Alfândega, Praça Municipal, Praça Dona Isabel e Praça Gen. João Telles

Atividades

1) Entrevista uma pessoa que tenha vivido nesta época em que Rio Grande usava bondes para o transporte. Aproveite e pergunte sobre como era a vida na cidade quanto à educação nas escolas, os passeios pelo centro, as idas aos cinemas e teatros, as compras no comércio, o movimento nas ruas durante o dia e a noite e as festas nos clubes.
Não esquece de colocar o nome do entrevistado e a data aproximada dos fatos relatados.

10

Além dos aspectos mencionados anteriormente, a autora propõe a realização de atividades como, por exemplo, a indicação de entrevistas com antigos moradores que possam testemunhar sobre a presença e utilização de bondes na cidade do Rio Grande. Em seu texto, a autora ainda traz informações atuais e históricas sobre a cidade, indica o número de habitantes e o crescimento populacional relacionado com os desdobramentos dessa ocupação dos espaços urbanos e rurais.

Em linhas gerais, um dos destaques desta Cartilha consiste na preocupação da professora em trabalhar com conceitos, tendo em vista que já nas primeiras páginas são trabalhados os significados de palavras como colonização, núcleo e fortificações. Ao trabalhar com a economia do município, a autora também traz conceitos como importação, exportação, comércio e, ainda, a sigla MERCOSUL³⁷.

Outra característica desta Cartilha é a presença, permanente, de relações entre passado e presente utilizando, por exemplo, os nomes antigos das ruas e praças da cidade, para que os estudantes observem a influência da diversidade natural com os nomes dados as ruas, como rua dos Pescadores, rua do Mercado, rua dos Cômoros, ou rua da Praia.

O trabalho da professora Denise também contempla um capítulo com os prédios históricos, praças e monumentos da cidade, os quais são considerados pontos turísticos. Ainda, traz uma lista com as datas das festas e eventos municipais, como procissões, festa de Iemanjá, Feira do Livro, Festa do Mar, entre outras.

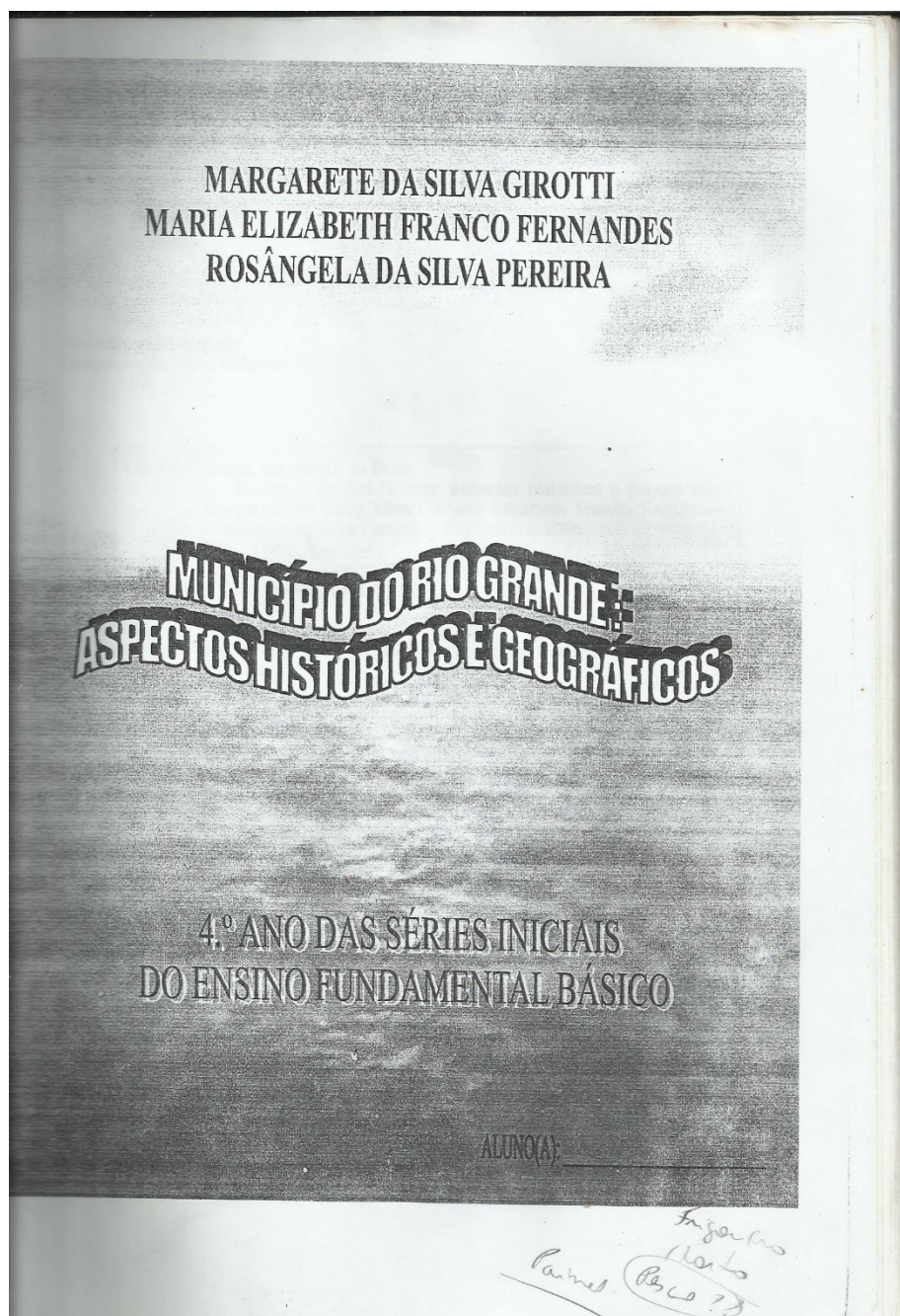
A Cartilha é finalizada com uma lista do que a autora chama de “Destaques Históricos do Município”, que são todos aqueles eventos que, de alguma maneira, marcam ou fazem parte da história do município.

2.3 CADERNO DAS PROFESSORAS MARGARETE DA SILVA GIROTTI, MAIRA ELIZABETH FRANCO FERNANDES, ROSÂNGELA DA SILVA PEREIRA

Após a análise da Cartilha da Profa. Denise, agora, passa-se ao trabalho com o Caderno de Estudos Sociais, elaborada por Margarete Girotti, Maria Elizabeth Fernandes e Rosângela Pereira.

³⁷ Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Figura 5 – Capa da Cartilha de Estudos Sociais (2005)



Fonte: Material fotocopiado da Apostila da professora Giliane.

O Caderno,³⁸ “Município de Rio Grande: Aspectos Históricos e Geográficos” constitui o resultado do trabalho elaborado pelas professoras do 3º ano (Hoje 4º ano), da EMEF Helena Small, e é uma Cartilha que pretende

³⁸ Expressão utilizada pelas autoras.

abarcam os conteúdos referentes ao ensino de História e Geografia do Município de Rio Grande, com a finalidade de uso na disciplina de Estudos Sociais.

Já, em sua apresentação, o caderno demonstra não pretender ser um produto acadêmico ou atender ao cientificismo de uma produção didático pedagógica, conforme atesta a citação, abaixo:

As informações aqui apresentadas foram adquiridas em leituras esparsas e na vivência profissional cotidiana, por isso não foi possível elaborarmos uma lista bibliográfica da forma normalmente apresentadas em livros e trabalhos acadêmicos, bem como os créditos das fotografias (GIROTTI, FERNANDES & PEREIRA, 2005, p. 3).

Em linhas gerais, o Caderno apresenta como principais destaques do município do Rio Grande, instituições, clubes e pessoas ditas ilustres, sem mencionar a origem social ou econômica dos citados, a intencionalidade das instituições, ou a relevância daquelas informações. É de se destacar aqui, também, que todos os eventos são seguidos de suas datas de inauguração ou criação; contudo, sem mencionar o contexto nacional ou mesmo regional em que os mesmos ocorreram.

São perpassados duzentos anos de história do município, três contextos políticos diferentes (Brasil Colonial, Imperial e Republicano); no entanto, nenhuma referência a estas transformações é citada, como é o caso do texto que aparece na página 7 (melhor identificado na figura 5) e transcrito, abaixo:

No dia 19 de fevereiro de 1737, a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul foi fundada. (...) Em 1835 a vila recebia a ascendência à categoria de cidade. (...). A cidade do Rio Grande, patrimônio histórico do Rio Grande do Sul (...).

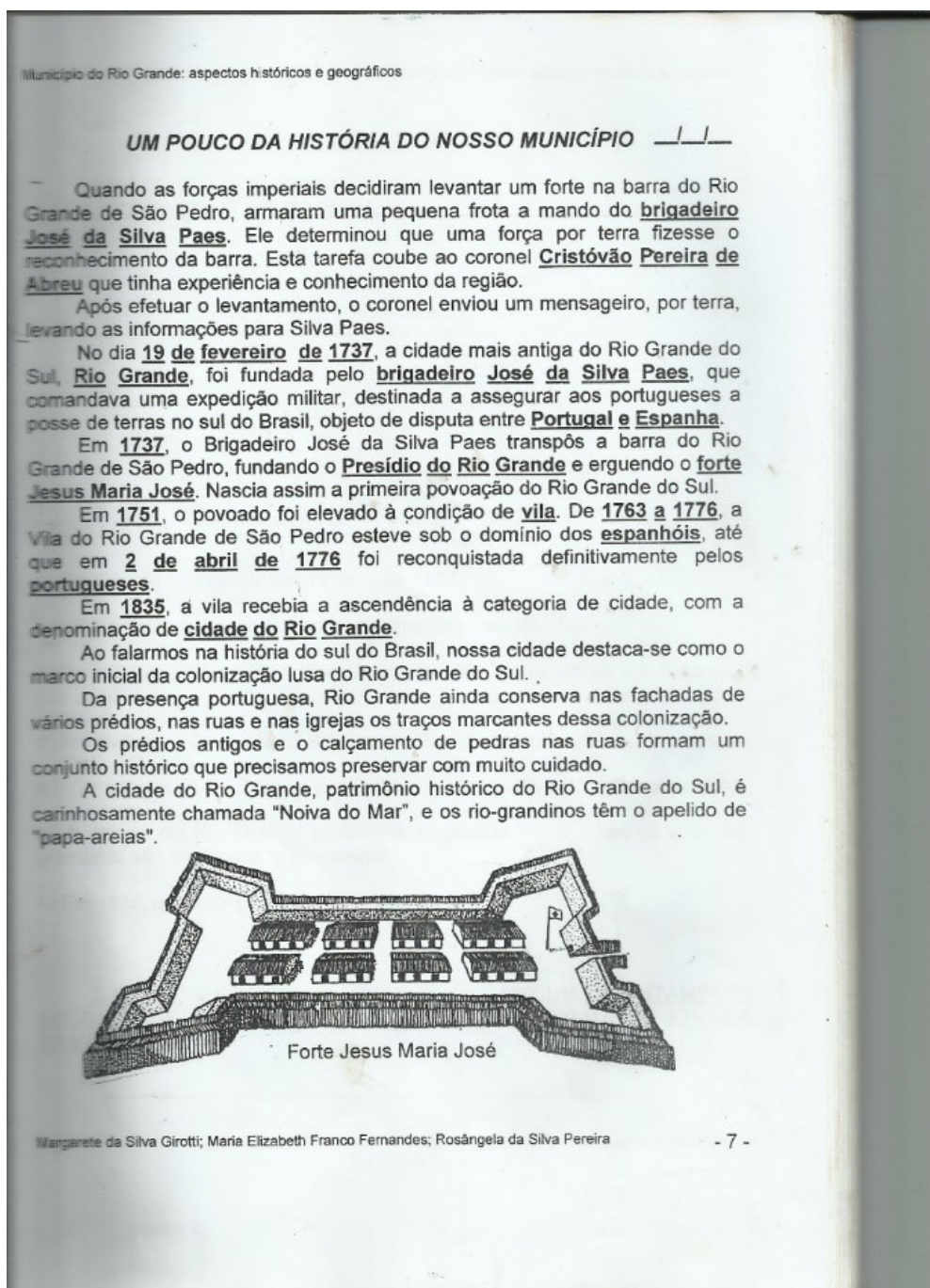
As informações são apresentadas com várias palavras em negrito, destacando datas e nomes de pessoas, cujo intuito consiste em facilitar a busca de respostas para os exercícios propostos. Esta metodologia, embora dê ao aluno o conforto de não precisar procurar por respostas, impede qualquer tipo de reflexão, impossibilita que o aluno leia de forma detida o texto, pois as palavras em negrito chamam a atenção para partes pontuais do texto; além disso, induz à memorização e reforça uma prática bastante antiga de ensino de Estudos Sociais, a “decoreba”.

Sobre estas questões, Paulo Freire defende que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011, p. 24). Os estudantes têm uma capacidade criativa muito grande, mas também uma tendência a aceitar o pronto, quando o professor oferece o pronto, ele dificilmente irá contestar. Então, é de responsabilidade do professor instigar, provocar, oferecer dúvidas e questionamentos de modo a estimular a curiosidade do estudante.

Ainda, segundo Freire, “quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando de curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2011, p. 27). Nesta citação, Freire traz o que talvez seja a “coluna vertebral” para a formação do cidadão consciente e presente em todos os vieses da vida cotidiana, isto é, o aprender de forma autônoma na Escola consiste em desenvolver habilidades para o protagonismo social.

Na página seguinte, indica-se um texto onde tais informações são apresentadas, na íntegra, sem a brecha para a reflexão crítica sobre os conteúdos estudados:

Figura 6 – Cartilha de Estudos Sociais



Fonte: Material fotocopiado da Apostila da professora Giliane.

Além disso, no que diz respeito à chegada e à presença de negros na cidade do Rio Grande, a Cartilha aborda somente o período escravista, mantendo o estigma do negro escravizado e totalmente passivo a esta condição. Em outras palavras, o texto apresentado liga-o à produção de charque e nada mais. Destaca-se que estes pressupostos reforçam o estigma do homem talhado exclusivamente para o trabalho mais pesado, braçal e de baixa remuneração,

em uma condição social de subordinação; tais considerações também reforçam a imagem do negro sem condições de trabalhabilidade³⁹.

Neste ponto, faz-se necessário um cuidado muito grande com as questões referentes a situação historicamente construída sobre os negros. Embora o Brasil seja um país multirracial, e com uma imensa população de negros e pardos, o racismo ainda é uma das grandes doenças sociais, e um de seus piores aspectos consiste no fato de que ele está escondido nas pequenas ações ou nas ausências de negros nas esferas mais abastadas da sociedade brasileira.

O racismo na Escola está presente, embora haja omissão ou silenciamento sobre estas questões, e ele precisa ser combatido. As marcas de uma herança racista estão implícitas na sociedade, aparecem em expressões, piadas, músicas, etc., e também podem ser observadas nos padrões de beleza, tendo em vista que:

Vemos a falta de preparo das escolas para receber o aluno negro e no dia-a-dia só é ressaltado que não sabemos lidar com essa questão. Mesmo assegurados pelas leis como a 9.459, de 13 de maio de 1997 e a 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que fala que é um crime excluir e discriminar qualquer afro descendente, na prática podemos constatar o não cumprimento dessa legislação porque o racismo continua a se manifestar através de xingamentos, chacotas, piadas e ditos populares, tornando clara a discriminação racial em todos os lugares, principalmente na escola (PIMENTEL; SILVA e SANTOS, s/d, p. 03).

Embora o IBGE aponte para o crescimento do número de negros e pardos nos últimos quinze anos, não é possível perceber nesse mesmo período, um crescimento nas condições sociais destes, pois:

Em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de pretos também subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7% (91 milhões de brasileiros).

³⁹ Trabalhabilidade, ou seja, adquirir e desenvolver competências e habilidades que apresentam um real valor no momento, aprofundar o autoconhecimento, aperfeiçoar a capacidade de atuar em parceria, de assumir posições de liderança, de maximizar o aproveitamento do potencial dos indivíduos e dos grupos, de trabalhar sob pressão ou em situações de ambiguidade, contudo, sem perder de vista os resultados a serem alcançados. In: http://www.scortecci.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=8354. Acesso em: 07/07/2016.

O analista socioeconômico do IBGE, Jefferson Mariano, afirma que essa mudança de cenário faz parte de uma mudança cultural que vem sendo observada desde o Censo de 1991. “O Brasil ainda é racista e discriminatório. Não é que da noite para o dia o País tenha deixado de ser racista, mas existem políticas. As demandas (da população negra), a questão da exclusão, tudo isso começou a fazer parte da agenda política”, afirma Mariano.

O Censo Demográfico de 2010 apontou a grande diferença que existe no acesso a níveis de ensino pela população negra. No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos.

Para o presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP), Eloi Ferreira de Araujo, a política das cotas nas universidades brasileiras é um dos caminhos mais importantes para que esses números não se repitam no próximo Censo.

A nova publicação também traz um dado conhecido: os brancos continuam recebendo salários mais altos e estudando mais que os negros (pretos e pardos). (IBGE, Censo 2010).

As questões levantadas anteriormente passam longe da composição da Cartilha em análise. Ademais, as formas como os materiais apresentam as ideias estereotipadas sobre os negros no Brasil, impactam os comportamentos dos estudantes, pois são disseminadas ideias generalistas de superioridade e inferioridade. Essa é uma abordagem, recorrente há muito tempo; no entanto, livros e materiais didáticos necessitam acabar de vez com a difusão destes estereótipos.

Por outro lado, a alusão ao advento da independência do Brasil, o Caderno apresenta uma visão ufanista, atentando para a alegria e entusiasmo dos rio-grandinos com o fato: “No ano de 1822, em que os movimentos de libertação ocuparam as atenções do povo brasileiro, e após a proclamação de 7 de setembro, todos se sentiram com entusiasmo para o trabalho. Em outras palavras, não há nenhuma reflexão sobre qualquer outro ponto deste processo.

A mudança da categoria de Vila do Rio Grande para cidade do Rio Grande, também tem destaque no sentido de ter sido uma das “benesses” da Revolução Farroupilha, em uma alusão clara à situação de quando a cidade se tornou, temporariamente, a capital da Província Rio-Grandense.

Além destes aspectos, o Caderno, ao apresentar a presença indígena na região da cidade do Rio Grande, traz uma visão de um indígena atrasado,

acomodado, com características gentis, e que por sua incapacidade de adaptação ao local, não se prestaram ao trabalho nas fazendas gaúchas e por esta razão deixaram de existir, conforme indica a citação, abaixo:

Pouco desenvolvidos, viviam da caça, pesca e de pequenas plantações, fabricavam utensílios de barro e de pedra, usavam roupas de couro, boleadeiras e laços. Alimentavam-se de carne assada e tomavam chimarrão. Devido aos seus costumes, os charruas foram pouco absorvidos pelos colonizadores (GIROTTI, FERANDES & PEREIRA, 2005, p. 10).

Ainda, sobre a presença indígena, as autoras defendem a ideia de que o contato com a Companhia de Jesus foi benéfico para estas populações, pois “também vieram dois missionários da Companhia de Jesus, para educar e instruir os índios”. Em linhas gerais, a presença indígena não é valorizada como contribuinte à formação rio-grandina.

Além destes aspectos, os exercícios apresentados são bastante simples e não trazem nenhum tipo de estímulo reflexivo com relação aos conteúdos estudados, haja vista que apresentam respostas diretas e simples, isto é, objetivam medir a capacidade de memorização dos estudantes.

Figura 7 – Cartilha de Estudos Sociais

Município do Rio Grande: aspectos históricos e geográficos

EXERCÍCIOS

1. COMPLETE A CRUZADINHA:

a) _____ R _____
b) _____ I _____
c) _____ O _____

d) _____ G _____
e) _____ R _____
f) _____ A _____
g) _____ N _____ DO _____
h) _____ D _____
i) _____ E _____

a) Rio Grande foi fundada em 19 de ... de 1737.
b.f) O fundador da nossa cidade foi o Brigadeiro José da
c) De 1763 a 1776, a Vila do Rio Grande de São Pedro esteve sob o domínio dos
d) Em abril de 1776, a Vila do Rio Grande foi reconquistada pelos
e.i) O Forte Jesus deu origem à primeira povoação do Rio Grande do Sul.
g) A cidade do Rio Grande também é conhecida como ... do ... e os rio-grandinos são chamados "papa-areias".
h) Em 1835, a Vila foi elevada à categoria de

2. ESCREVA O NOME DO CORONEL QUE FEZ UM LEVANTAMENTO SOBRE A BARRA DO RIO GRANDE E ENVIOU AO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES:

- 8 -
Margarete da Silva Girotti; Maria Elizabeth Franco Fernandes; Rosângela da Silva Pereira

Fonte: Material fotocopiado da Apostila da professora Giliane.

Considerando estas observações, a Educação Patrimonial oportuniza estratégias metodológicas que possibilitam uma nova abordagem dos conteúdos, pois atende às seguintes etapas: Observação, Registro, Exploração e Apropriação que, segundo Grunberg (2007, p.19) “leva os participantes à

reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso patrimônio”.

Ainda, dentro do segundo capítulo desta Dissertação, será analisado o Projeto Político Pedagógico das Escolas estudadas, buscando-se o ponto de encontro entre os objetivos e os conteúdos da disciplina de Estudos Sociais, bem como a transposição didática⁴⁰ realizada em sala de aula.

⁴⁰ O conceito proposto por Chevallard(1991), expressa a necessidade de, no ambiente escolar, transformar o conhecimento científico em conhecimento a ser ensinado. Informação disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_cartilhas.htm. Acessado 01/06/2016.

CAPITULO III – UMA PROPOSTA DE CARTILHA COM BASE NA METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Neste terceiro capítulo, será apresentado a proposta de uma Cartilha para o 4º ano. Para tanto, faz-se necessário uma análise das contribuições das professoras que participaram desta pesquisa e, deste modo, suas falas foram analisadas em consonância com os questionamentos propostos pela pesquisa, buscando compreender as metodologias e as estratégias pedagógicas utilizadas por cada professora, assim como a relação com os conteúdos sugeridos pela SMED e com as aproximações e distanciamentos dos objetivos e hipóteses desta Dissertação.

3.1 AS PROFESSORAS E SUAS INQUIETAÇÕES

Nesta perspectiva, as perguntas elaboradas seguiram um roteiro buscando identificar algumas hipóteses levantadas acerca da realidade vivenciada nas Escolas que constituem o foco de análise desta Dissertação.

Nesse momento do texto, as respostas dos docentes serão analisadas em blocos; contudo, destaca-se que estas se complementam ou, em outros casos, estão ligadas diretamente ou indiretamente.

1. Há quanto tempo você trabalha na Rede Pública do Município do Rio Grande?
2. Qual a sua formação?
3. Quanto tempo leciona (ou lecionou) no 4º ano?
4. Você se sente preparada para trabalhar os conteúdos de História e planejar atividades referentes a estes?
5. Com relação aos conteúdos de História trabalhados no 4º ano, como você avalia a sua formação?
6. Para você, em que consistem os conteúdos de História necessários ao 4º ano?
7. Qual a relevância que os conteúdos citados exercem para os estudantes do 4º ano?

8. Quais as fontes que você utiliza para produzir o material trabalhado na disciplina de Estudos Sociais?

Com relação ao primeiro questionamento – **Há quanto tempo você trabalha na Rede Pública do Município do Rio Grande** – aponta-se que o mesmo visa identificar alguma relação entre o tempo trabalhado e as dificuldades enfrentadas, ou seja, se estas são mais acentuadas pelo tempo (ou não).

Em linhas gerais, o tempo de trabalho das professoras é muito diverso. Algumas já estão trabalhando com o quarto ano há dez anos, como é o caso da professora Renata Pires, ela é a profissional com mais tempo de atuação nessa série; esta também foi a professora mais sucinta em suas respostas e, embora não tenha sido possível identificar algum tipo de amargura, a professora apresenta suas observações, tidas como mais negativas, de forma muito semelhante às demais entrevistadas e estas dizem respeito à falta de material pedagógico que facilite o seu trabalho.

As demais entrevistadas figuram em uma faixa localizada entre um e três anos, trabalhando no quarto ano. Aparentemente, são tranquilas quanto ao desafio de trabalharem nesta seriação. Não obstante, o desconforto aparece na quarta pergunta, pois sentem-se mais despreparadas para a elaboração e produção de materiais para uso didático. Sendo assim, torna-se possível concluir que o tempo trabalhado no quarto ano traz maior experiência no que diz respeito ao trabalho com as adversidades da atividade docente.

Por outro lado, com referência à pergunta: **Qual a sua formação?** A mesma buscava confirmar (ou não) a hipótese de que a formação poderia, de algum modo, impactar o trabalho das professoras. Das respostas obtidas, verificou-se que somente uma das entrevistadas não possui o Curso de Pedagogia (cursou somente Magistério).

Sobre as demais entrevistadas, duas apresentam Magistério e o Curso de Pedagogia; outras, além do Curso de Pedagogia, possuem também Cursos de Especialização em diversas áreas; entretanto, nenhum deles está ligado ao ensino de Estudos Sociais.

A ausência de uma formação mínima, nas áreas de Estudos Sociais (História e Geografia), constitui um fator para que as docentes tenham grandes

dificuldades na elaboração de materiais referentes a esta disciplina, especialmente, para as professoras que têm poucos anos de trabalho com o 4º ano.

O quarto questionamento, **Você se sente preparada para trabalhar com os conteúdos de História e planejar atividades referentes a estes?**, revelou que a maioria das professoras que participaram desta pesquisa a responderam que não se sentem preparadas para o trabalho com a disciplina de Estudos Sociais, especialmente, a disciplina de História, pois os conteúdos que lembram foram estudados, ainda, na Educação Básica e como a graduação não ofereceu esta formação, as docentes entrevistadas precisam utilizar os materiais prontos como, as Cartilhas, os *sites* da *internet* e/ou cadernos herdados ou obtidos de colegas. Nas entrevistas realizadas, também destacam que pesquisam, na medida em que os alunos trazem suas dúvidas, conforme indica o quadro, a seguir:

Quadro 1 – Você se sente preparada para trabalhar com os conteúdos de História e planejar atividades referentes a estes

Professora e sua formação	Resposta(s)
A professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila possui Licenciatura e Bacharelado em Filosofia; Licenciatura em Pedagogia, com foco em Educação Infantil e Anos Iniciais; Especialização em Educação Especial e Inclusiva; Psicopedagogia Clínica e Institucional; Especialização em Educação Ambiental, também, em Produção de Materiais Didáticos. É Especialista em Alfabetização e Letramento; e Especialização em EJA, Orientação e Supervisão Escolar. Atua no 4º ano há 2 anos	“Confesso que não, muitas vezes preciso estudar e pesquisar sobre os conteúdos para sanar a curiosidades dos alunos e não ficar presa ao livro didático que por sua vez se preocupa mais com nomenclaturas e datas, ou foge do contexto devido ao não regionalismo de alguns”.
A professora Carla R. Rodrigues Mena é formada em Magistério; também tem o Curso de Pedagogia Anos Iniciais do Ensino Fundamental e é Especialista em Orientação Educacional. Está formada há 11 anos e atua no 4º ano há 5 anos.	“De maneira nenhuma! Gostaria muito de um estudo orientado, pois tudo que trabalho tenho buscado e pesquisado e não garante que estou encontrando afirmações verdadeiras a respeito dos fatos históricos do município”.
A professora Cleusa Regina de Moura Pereira é formada em Pedagogia. Está formada há 2 anos.	“Eu tento trabalhar os conteúdos de História de uma forma que haja interesse pelos fatos, que eles passam a se sentir produto dos acontecimentos passados

	usando filmes, vídeos, entrevista com pessoas da comunidade, etc.”.
A professora Renata Pires possui Magistério e fez o Curso de Pedagogia, Séries Iniciais e Ensino Médio. Está formada há 10 anos e, desde então, sempre trabalhou com o 4º ano.	“Antigamente sim, preparava material. Mas, hoje, procuro trabalhar especificamente os conteúdos de Português e Matemática, pois os nossos alunos não estão vindo preparados para o 4º ano”.
A professora Stephany Sieczka Ely , tem Graduação em Pedagogia Licenciatura; é Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional; e Especialista em Liderança e Coaching e Gestão de Pessoas. Trabalha há um ano na Rede Pública Municipal e esse mesmo tempo com o 4º ano.	“Acredito não estar preparada, são vários detalhes da cidade que eram até esquecidos por mim antes de começar a trabalhar no quarto ano”.
A professora Camila Velasques é formada em Magistério e está trabalhando na Rede Pública Municipal há sete anos. Atua no 4º ano há cinco anos.	“Não. Penso que eu poderia ter procurado mais Cursos de formação na área”.
A professora Mari Solange da Silveira é Graduada em Pedagogia Educação Infantil – Anos Iniciais e as Matérias Pedagógicas. Trabalha há 6 anos na Rede Municipal de Ensino e há um ano, trabalha com o 4º ano.	“Eu me preparo e busco informações e atividades”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Diante dos relatos das professoras – acima – é possível observar que o sentimento de despreparo é praticamente unânime. Além disso, também chama a atenção a ausência de materiais e o quanto isto pode gerar insegurança na prática diária, conforme apontou a professora Carla Mena, no momento em que destaca que “(...) buscando e pesquisando, não se garante que estou encontrando afirmações verdadeiras” (MENA, 2015). Ou, de outra forma, a disciplina de Estudos Sociais pode acabar por ser abandonada, tendo em vista o fato de que as professoras demonstram uma maior preocupação com o Letramento e a Matemática e que já não conseguem mais produzir materiais para se trabalhar com a disciplina de Estudos Sociais, como é o caso da professora Renata Pires, citado anteriormente.

O depoimento da professora Camila é inquietante, pois demonstra que a professora sente uma certa “culpa”, por não ter procurado formação adequada; quando, na verdade, talvez essa formação poderia/deveria ter sido trabalhada na Graduação! Ou, ainda, que na graduação, deveria ocorrer a

instrumentalização do acadêmico para a pesquisa nestas áreas para a quais estão sendo licenciados!

Enfim, os relatos (trechos das entrevistas) confirmam a necessidade de acesso a um material didático específico e com metodologia apropriada para o 4º ano. Neste sentido, identifica-se a urgência de um material bem elaborado e direcionado à supressão das dificuldades apresentadas pelas professoras, o qual possa imprimir não só qualidade ao ensino como, também, ofereça tranquilidade aos profissionais em seu trabalho realizado em sala de aula.

Por outro lado, o questionamento “**Com relação aos conteúdos de História trabalhados no 4º ano, como você avalia a sua formação?**” busca confirmar se durante a Graduação ou as Especializações, houve alguma disciplina que contemplasse os conteúdos de Estudos Sociais. Ademais, este questionamento também pretende que as professoras façam uma avaliação pessoal de sua formação e o quanto esta foi relevante e pode auxiliar na resolução dos problemas que estão sendo apresentados por elas nesta Dissertação. Com base nestas considerações, apresenta-se o quadro dois, abaixo:

Quadro 2 – Com relação aos conteúdos de História trabalhados no 4º ano, como você avalia a sua formação?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Fraco, pois nos cursos que fiz muito pouco se fala em História, menos ainda no conteúdo do 4º ano”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Nula. Adquiri certo conhecimento tateando e buscando aqui e ali, sem saber ao certo, que caminho tomar”.
Professora Cleuza Regina de Moura Pereira	“Não tenho formação na área e se tivesse de me qualificar, em uma escala de 0 a 10, me daria 6, pelo interesse em me atualizar em relação a métodos e conteúdos mas, sei que me falta qualificação profissional para atuar nesta área”.
Professora Renata Pires	“Somos preparados para trabalhar globalizada com o todo, mas sem sempre conseguimos. “

Professora Stephany Sieczka Ely	“Avalio como fraca e sem preparação para a atuação na sala de aula”.
Professora Camila Velasques	“Lembro que ainda estudei sobre alguns conteúdos que trabalho com os alunos, como pontos turísticos, por exemplo mas, não lembro de métodos para trabalhar os conteúdos. Foi fraca”.
Professora Mari Solange da Silveira	“Eu avalio como boa a minha formação, embora esteja desatualizada”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Analisando as respostas identificadas acima, constata-se que somente a professora Mari Silveira avalia a sua formação de forma positiva; as demais docentes sentem-se totalmente despreparadas e sem conhecimento específico para prepararem o material que precisam trabalhar/utilizar no cotidiano da prática docente.

Por outro lado, o depoimento da professora Cleusa Pereira é muito preocupante; ela chega a atribuir-se uma nota – em termos de saberes – e ao mesmo tempo, explica que não tem cursos de formação para que ela possa se qualificar. Este depoimento demonstra o quanto é auto depreciativa a sensação vivida por esta profissional que, na verdade, não tem culpa pelas lacunas deixadas por sua Graduação. Ainda, as professoras entendem que sua Graduação e/ou Pós-graduação, foram falhas no sentido de prepará-las para a sala de aula a qual se destinavam. Os depoimentos demonstram que as professoras acreditavam estar recebendo a formação necessária; no entanto, foi na sala de aula, que as lacunas em sua formação apareceram e tornaram-se latentes.

Com base nestas considerações, neste momento do texto, confirma-se uma das hipóteses desta Dissertação, aquela que indicava que uma das grandes dificuldades do trabalho docente está diretamente ligado à formação – ou falta desta – das professoras.

As próximas questões estão, diretamente, ligadas aos conteúdos, às fontes e aos materiais utilizados pelas professoras. A seguir (Quadro 3), estas questões serão indicadas, em separado, de modo que seja possível comparar as opiniões das docentes.

Quadro 3 – Para você, em que consistem os conteúdos de História necessários ao 4º ano?

Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Conteúdos relacionados à localização dos alunos – bairros, município, estado e país. Conteúdos pertinentes ao Rio Grande também vejo que são necessários”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“No 4º ano deveriam conhecer sim o Município, a história do bairro (como surgiu e outros dados significativos), mas não com estes detalhes que nada significam para eles enquanto crianças, e sem maturidade para tal conteúdo como: data da chegada do Silva Paes, elevação à condição de Vila, etc. Não possuem validade”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“De acordo com o currículo, e eu concordo, os conteúdos do 4º ano são sobre a cidade do aluno, sua história, pontos turísticos, produção agrícola, pecuária, indústrias, comércio, símbolos, hino, e os Três Poderes, História integrada com Geografia caracterizando a disciplina de Estudos Sociais”.
Professora Renata Pires	“Os conteúdos de História do 4º ano estão relacionados ao nosso Município”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“Conhecer nossa cidade como tudo começou, poder evidenciar seu crescimento a partir do estudo das mudanças históricas”.
Professora Camila Velasques	“Conteúdos relacionados à localização dos alunos – bairros, município- estado-país). Conteúdos pertinentes ao Rio Grande também vejo que são necessários”.
Professora Mari Solange Silveira	“O conteúdo que desenvolvemos é sobre a cidade e seus vultos históricos, mas eu acredito que deveria ser bem mais abrangente”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Neste momento do texto, é possível perceber que as professoras estão ligadas, diretamente, aos Planos de Ensino oferecidos pelas Escolas, cuja base curricular apresenta o estudo da história do Município, ou seja, com uma ênfase aos pontos turísticos, produção industrial, agropecuária e pesca. Além disso, são estudados o hino e os três poderes (informação presente na maior parte das falas das entrevistas).

Ademais, quando questionadas, as professoras foram unânimes ao elencar a História do Município; entretanto, as falas apresentaram alguns equívocos, ou desencontros de informações à respeito dos conteúdos a serem trabalhados, pois algumas mencionam a História do Rio Grande do Sul, outras não. Uma hipótese para essa ocorrência é a liberdade que as Escolas possibilitam no que se refere à escolha dos conteúdos que serão ministrados. Outra possibilidade de explicação para isto ocorrer, é que as professoras escolham o que trabalhar em um ano letivo, a partir dos materiais que possuem. Podem repetir por vários anos, ou modificam de acordo com novos materiais que venham a conseguir, e isso se repete em diferentes Escolas.

Por fim, cabe destacar a evidência de que uma Cartilha, como propõe esta Dissertação, deve seguir uma padronização sobre os conteúdos trabalhados. Não obstante, este é um assunto que ainda necessita de uma análise mais aprofundada – muito embora tal aspecto não seja a proposta desta pesquisa –, os benefícios (ou não) de um material padrão para o 4º ano, necessita ser avaliado no futuro.

O próximo questionamento, **“Qual a relevância que os conteúdos citados, exercem para os estudantes do 4º ano?”** busca saber se as professoras compreendem a importância do que está sendo trabalhado com os estudantes, pois para que a aula seja de fato significativa, faz-se necessário entender a relevância dos conteúdos, para que, desse modo, sejam oferecidas metodologias específicas que atendam aos objetivos desejados. No quadro, abaixo, é possível observar o entendimento das professoras sobre este tema.

Quadro 4 - Qual a relevância que os conteúdos citados, exercem para os estudantes do 4º ano?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Acho que respondi na anterior”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Alguns conteúdos mencionados nada significam para os estudantes, até porque, muitos alunos da rede, hoje são oriundos de outros municípios e até mesmo de outros Estados”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“É extremamente relevante para situar o aluno no tempo e no espaço, começando do núcleo família/bairro/cidade/estado/país e

	continentes, isso do 2º ano das séries iniciais ao 9º ano”.
Professora Renata Pires	“Para que eles conheçam sobre a nossa história; a história das pessoas com quem vivem e convivem, sobre o modo de viver e de ver o mundo do lugar onde moramos”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“São fundamentais para o sentimento de pertencimento do aluno na cidade onde vive, para sua localização no espaço/tempo e aprendizagens a partir das mudanças históricas”.
Professora Camila Velasques	“Acredito que são muito relevantes, pois os alunos precisam saber onde moram, assim como a história da cidade”.
Professora Mari Solange da Silveira	“É de extrema relevância pra os nativos dessa região mas, parece desinteressante para quem não é daqui”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Esta questão suscitou algumas dúvidas. A primeira delas e talvez a mais significativa, é que existe um consenso no sentido de que os estudantes necessitam conhecer a história do município; no entanto, as razões para estes estudos não estejam bem explicitadas no Projeto Político Pedagógico de suas Escolas ou, talvez, não tenham sido bem explicados às professoras (no momento em que estas assumem as turmas). As docentes parecem entender a relevância do estudo de História, contudo, elas não têm muita clareza nessa questão. E saber a relevância de uma disciplina é o que vai auxiliar na execução de escolhas mais acertadas de materiais e fontes, assim como a forma de se abordar tais conteúdos.

Outra ponto nesta questão é que surgiram dois depoimentos que mencionam os estudantes de outras cidades, e que os conhecimentos sobre o município do Rio Grande não seriam relevantes para estes. Sobre este último aspecto, cabe aqui destacar a metodologia da Educação Patrimonial, a qual é capaz de abarcar a história de qualquer lugar, sem que seja necessário para isso que o indivíduo tenha nascido neste ou naquele lugar. Ela é atemporal e não delimita espaços geográficos. Dessa forma, destaca-se que entender as

questões de patrimonialidade, faz com que os indivíduos e as comunidades, desenvolvam um olhar para todos os espaços de cultura.

Assim, a Educação Patrimonial não se restringe ao estudo das questões locais de forma isolada, ela é capaz de promover ações educativas voltadas para qualquer comunidade, afinal, ela propicia às crianças um processo ativo de conhecimento e (re) valorização de todos os bens culturais, sejam eles de sua cidade de nascimento ou de qualquer lugar onde viva o educando.

Na sequência do trabalho, o questionamento seguinte: **“Quais as fontes que você utiliza para produzir o material trabalhado em Estudos Sociais?”** permite avaliar a qualidade do que está sendo produzido e oferecido ao estudantes como principal recurso em sala de aula. Este talvez seja um dos pontos cruciais deste bloco de perguntas, pois o que de fato vai pautar os saberes dos estudantes é produzido de acordo com o que as professoras apresentam no quadro, abaixo:

Quadro 5 – Quais as fontes que você utiliza para produzir o material trabalhado em Estudos Sociais?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Livros didáticos, coletâneas construídas por outros professores, <i>sites</i> (Prefeitura, por exemplo), <i>internet</i> ”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Polígrafo organizado pela Escola Tellechea; material organizado por Margarete Girotti, Maria Elizabeth Franco e Rosangela Pereira, ‘Município do Rio Grande Aspectos Históricos e Geográficos’”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“Livros, vídeos e o currículo da Escola, além do <i>site</i> da Prefeitura”.
Professora Renata Pires	“ <i>Internet</i> , apostila da cidade do Rio Grande”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“Livros, internet, materiais de colegas, reportagens com acontecimentos atuais”.
Professora Camila Velasques	“O material que estou utilizando este ano foi emprestado por uma colega professora, é uma pesquisa que ela fez em 2010”.

Professora Mari Solange da Silveira	“Eu consegui emprestado um caderno confeccionado pela Escola EEEM Dr. Augusto Duprat, que uso como suporte para trabalhar o plano, e recorro às colegas e a <i>internet</i> ”.
--	--

Fonte: elaboração própria (2016).

As professoras utilizam de forma recorrente diversos *sites*, tanto da Prefeitura, como outros não explicitados, e de lá coletam a maior parte das informações utilizadas em sala de aula, sendo que estas, em linhas gerais, se caracterizam por apresentar um caráter turístico. Em outras palavras, os *sites* representam a fonte mais pesquisada para obterem informações sobre o Município. Nesta questão, não foi observado nenhum critério na escolha destes *sites*, nem a confiabilidade dos mesmos.

Sobre este aspecto, cabe mencionar que esta utilização da *internet*, de forma pouco criteriosa, pode incorrer em grandes equívocos, como consultar *sites* pouco confiáveis ou enciclopédias *online*, que podem ser editadas por qualquer internauta e gerarem informações incorretas.

As professoras já afirmaram, anteriormente, que não possuem formação para o estudo de História; portanto, podem tornar-se vítimas de *sites* mal-intencionados, ou divulgarem informações já obsoletas aos estudantes.

No entanto, também é preciso observar que as professoras mesmo que saibam sobre a necessidade de uma pesquisa mais criteriosa, são impedidas por um fator muito simples: a falta de tempo para pesquisar. Um trabalho mais criativo requer tempo e a sobrecarga de trabalho é um fator determinante nos resultados metodológicos das professoras.

As próximas questões buscam avaliar os resultados obtidos pelas professoras, no que diz respeito à metodologia que conhecem. Para tanto, os questionamentos estavam voltados para os seguintes aspectos:

9. Você acredita que seus alunos compreendem todos os conceitos trabalhados? Quais as suas estratégias?

10. Os alunos entendem o que são horas, semanas, meses, anos e séculos, ou seja, são capazes de quantificar o tempo de acordo com a sua duração?

11. Qual a compreensão de tempo que os seus alunos possuem?

12. Considerando os conteúdos de História, quais as principais dificuldades apresentadas pelos seus alunos?

As questões de número 9, 10, 11, e 12, também pretendem analisar a apreensão que os alunos apresentam em relação aos conceitos básicos para a idade/série, como os níveis de compreensão e amadurecimento cognitivo, noções temporais, e localização espacial.

Diante do que já foi exposto, o questionamento **“Você acredita que seus alunos compreendem todos os conceitos trabalhados? Quais as suas estratégias?”**, pretende averiguar se as professoras entendem a necessidade de se trabalhar conceitos e como estes são trabalhados e se os estudantes conseguem acompanhar estas dinâmicas. O quadro 6, abaixo, abarca estes aspectos:

Quadro 6 – Você acredita que seus alunos compreendem todos os conceitos trabalhados? Quais as suas estratégias?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Alguns conceitos, aqueles que fazem sentido a eles, no cotidiano deles, que promovem a curiosidade... Passeios, vídeos, músicas, jogos, imagens, reportagens – diversos gêneros textuais, mapas, teatro, maquetes”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Muito pouco compreendem, possuem dificuldade em assimilar a ordem cronológica dos acontecimentos, que por sua vez, nada significa para eles”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“Considero que haja compreensão, embora eles não consigam se apropriar totalmente dos conceitos por falta de vivência em relação aos conteúdos trabalhados”.
Professora Renata Pires	“Espera-se que sim, mas acredito que não, pois a grande maioria ainda não está alfabetizada para a leitura e interpretação crítica, estão vindo cada vez mais imaturos. As minhas estratégias são: mapas, quadro, filmes e fotos”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“Evidencio dificuldades na turma em algumas partes dos conteúdos que são relacionadas as partes da cidade que eles

	não conhecem. Gosto de passar vídeos que contam a história, que mostrem as mudanças e através de atividades artísticas e livros de História, pensem sobre a história”.
A professora Camila Velasques	“Sempre têm alguns alunos com mais dificuldades. Eu procuro conversar bastante”.
A professora Mari Solange da Silveira	“Muitas vezes, não compreendem! Sendo necessário uma linguagem mais informal com exemplos do dia-a-dia, dependendo do que for trabalhado”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Neste questionamento, os resultados foram bastante interessantes, inclusive, foi possível perceber que algumas professoras não compreenderam o que foi perguntado, divergiram completamente como, por exemplo, “muito pouco compreendem, possuem dificuldade em assimilar a ordem cronológica dos acontecimentos que por sua vez nada significam para eles” (MENA, 2015) ou, ainda, “evidencio dificuldades na turma em algumas partes dos conteúdos que são relacionadas as partes da cidade que eles não conhecem” (ELY, 2015). Neste ponto, uma dúvida surge sobre a elaboração da pergunta, talvez não tenha ficado bem claro o que o questionamento pretendia saber. No entanto, algumas respostas deixam claro que as professoras, compreenderam o que foi perguntado e como resultado, explicaram que empreendem algum esforço para que os estudantes consigam entender os assuntos propostos, sendo que para isto, utilizam várias estratégias.

Isso deixa claro que a proposta da Cartilha, deve ter uma preocupação com a clareza das informações oferecidas, ou seja, deve usar uma linguagem adequada e um glossário, tanto de conceitos, como de expressões antigas, ou, até mesmo, em desuso.

O questionamento, a seguir, **“Os alunos entendem o que são horas, semanas, meses, anos e séculos, ou seja, são capazes de quantificar o tempo de acordo com a sua duração?”**, pretende observar se os estudantes já conseguem acompanhar o andamento da aula, considerando que vários eventos históricos estão muito distantes deles, temporalmente falando. A seguir, indicam-se as respostas das professoras:

Quadro – 7- Os alunos entendem o que são horas, semanas, meses, anos e séculos, ou seja, são capazes de quantificar o tempo de acordo com a sua duração?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Creio que até anos, mas séculos sabem apenas matematicamente, mas não tem uma noção espacial, temporal desse período”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Não! Eles conseguem atribuir significados pontuais, ou seja, o passar da manhã e a hora do recreio, após este momentos é a saída, dias, semanas e meses; além disso, não atribuem significado”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“Não trabalhei essa parte, como tempo cronológico, mas na vivência diária, eles qualificam o tempo em anos, horas, semanas e meses”.
Professora Renata Pires	“É bem como eu disse na questão anterior, eles estão chegando ao 4º ano com muita dificuldade na leitura, interpretação, escrita, noção de tempo e espaço, cálculos, produção escrita. Muitos não entendem essas questões e temos que trabalhar tudo da melhor forma possível no 4º ano”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“A maioria sim, mas existem alguns com muitas dificuldades, até nas contas básicas”.
Professora Camila Velasques	“Acredito que sim, mas estes conceitos são trabalhados em Matemática”.
Professora Mari Solange da Silveira	“Nem todos, os de mais idade compreendem até anos, os menores não são capazes de quantificar o tempo”.

Fonte: elaboração própria (2016).

O questionamento seguinte: **“Qual a compreensão de tempo que os seus alunos possuem?”** visa complementar a questão anterior de modo que as estratégias de aprimoramento para esta dificuldade dos estudantes, sejam mais qualificadas e efetivas.

Quadro 8 – Qual a compreensão de tempo que os seus alunos possuem?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“O tempo é relativo para grande parte dos alunos. Possuem dificuldade em compreender o que é século, uma questão matemática também não dá (...), constituição (...) e compreensão do número-tempo-espaço”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Já mencionado na questão anterior”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“Eles qualificam o tempo levando em conta o relógio, os dias e noites e as estações muito pouco”.
Professora Renata Pires	“A compreensão do agora”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“Eles diferenciam o antigo do novo de forma muito rápida. O que para a história é algo novo em termos de evolução, para eles, é algo antigo e ultrapassado”.
Professora Camila Velasques	“Os alunos entendem o tempo como os anos que passam – aniversários, passar de ano na escola...”.
Professora Mari Solange da Silveira	“A maioria, acredito eu, compreenda o que são dias e talvez meses”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Considerando as observações das professoras, fica claro a necessidade de retomar as noções básicas a respeito do tempo. Algumas propostas precisam ser elaboradas e pensadas como estratégias para a complementação dos conteúdos já sugeridos. No entanto, seria imprescindível que um estudo apontasse a qual série pertencem as noções de temporalidade, nos conteúdos sugeridos pelo Projeto Político Pedagógico das Escolas, e que fazem parte dos Conteúdos Programáticos sugeridos pela SMED, pois estes conteúdos não são contemplados para o 4º ano.

O próximo questionamento, “**Considerando os conteúdos de História, quais as principais dificuldades apresentadas pelos seus alunos?**”, procura entender uma das principais inquietações quando o objetivo consiste em elaborar uma Cartilha, que pretenda servir como auxílio pedagógico aos professores. Tal afirmativa reside no fato de que somente compreendendo as

dificuldades, é possível traçar estratégias que não incorram em erros que, comumente, atrapalham os processos de aprendizagem.

Quadro 9 – Considerando os conteúdos de História, quais as principais dificuldades apresentadas pelos seus alunos?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Compreensão do tempo, a busca por memorizar e não compreender, chamar a atenção, tornar o conteúdo com sentido par os alunos”.
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Falta de contato, ou seja, os alunos não visualizam, o que é conversado em sala de aula”.
Professora Cleusa Regina de Moura Pereira	“É reter o conhecimento aprendido. Muitas vezes, trabalhamos na semana anterior o conteúdo, e na próxima, eles já esqueceram”.
Professora Renata Pires	“Os alunos de hoje estão acostumados com tudo pronto, facilidade em tudo, não estão acostumados a se posicionarem, criticamente, sobre os assuntos trabalhados”.
Professora Stephany Sieczka Ely	“Noção de tempo e localização no espaço devido ao fato de que muitas das crianças nunca terem ido ao centro, aos pontos turísticos e andado pela cidade. Ficam restritas ao seu bairro”.
Professora Camila Velasques	“Eles têm dificuldade em localizar-se e perceberem as mudanças no tempo e no espaço”.
Professora Mari Solange da Silveira	“Compreensão de datas (tempo). Normalmente, é um mero número que eles memorizam. Às vezes, memorizam nomes de vultos históricos e associar aos seus fatos”.

Fonte: elaboração própria (2016).

Este grupo de perguntas e respostas, foi extremamente impactante, tendo em vista que trouxe à tona alguns problemas. Para facilitar a compreensão, faz-se necessário separá-los para uma melhor análise.

O primeiro ponto diz respeito ao questionamento do quanto as professoras sabem sobre o aprendizado dos estudantes. Pelas respostas, é

possível perceber que existe uma visão muito pessimista sobre os saberes dos estudantes; na maioria das vezes, lhes são atribuídos adjetivos como incapazes e frase como: “os menores não são capazes de quantificar o tempo” ou, avaliações que podem colocar os estudantes em uma posição de desesperança sobre a sua condição de aprendizagem, com uso de argumentos como, “muito pouco compreendem, possuem dificuldade em assimilar” ou, ainda, uma avaliação de que os estudantes estão acomodados e que não se empenham em aprenderem, ou seja, de que “os alunos de hoje estão acostumados com tudo pronto”.

Outro ponto que trouxe, também, uma inquietação muito grande, foi perceber que as professoras entendem que ministrar conteúdos sobre temporalidade não faz parte de seus conteúdos, como é possível perceber nestes depoimentos: “espera-se que sim, mas acredito que não (...)” ou, também, “acredito que sim, mas estes conceitos são trabalhados em Matemática”. Em outras palavras, as professoras acreditam que é possível conduzir os conteúdos de História sem antes trabalharem com as noções de tempo, ou que estas noções já deveriam ter sido trabalhadas ou que seriam saberes já vindos de casa.

E, talvez a questão mais conflitante, diga respeito às contradições que surgiram quanto à forma que os estudantes aprendem. Algumas professoras estão preocupadas que eles não “assimilam” os conteúdos; outras falam em “memorização” dos conteúdos, e uma outra professora comenta sobre “reter” o conhecimento. Assim, percebe-se que as falas das professoras vêm carregadas de um sentido que transfere para o estudante toda a responsabilidade pela ausência da aprendizagem. O estudante ora não aprende, pois não assimila, ora não aprende pois deseja só memorizar e não compreender ou, então, ele não aprende, pois esquece o que foi dado.

Este último ponto é fundamental para se compreender a importância de uma metodologia significativa para os estudantes. A metodologia da Educação Patrimonial, pode oferecer este significado, tanto para os estudantes como, também, para os professores, pois preocupa-se em tornar o indivíduo – o estudante – protagonista na construção do seu conhecimento, quando as

pessoas entendem que são parte do todo, e esse todo é parte sua, elas aprendem, isso é estar vivenciando uma prática patrimonialista.

Partindo do pressuposto de que existe uma tendência que diz que as pessoas interessam-se somente por suas coisas e, portanto, cuidam como suas, ao oferecerem os conteúdos que incluem o estudante, ele passa a querer saber, a querer compreender, pois tudo aquilo também é seu.

As próximas questões dizem respeito ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação e o quanto ele pode facilitar ou dificultar as propostas elaboradas pelas professoras, bem como as questões relacionadas à carga-horária dispensada à disciplina de Estudos Sociais.

13. Semanalmente, quanto tempo pode ser dedicado aos conteúdos de História?

14. Como você avalia a contribuição de sua Secretaria Municipal no que diz respeito aos materiais trabalhados em História?

15. Quais as suas sugestões para a Secretaria de Educação, que poderiam contribuir com sua prática docente?

16. O que você considera como atividades diferenciadas para trabalhar com História e quais consegue realizar efetivamente?

Nesse questionamento, “**Semanalmente, quanto tempo pode ser dedicado aos conteúdos de História?**”, é tensionado o debate sobre a necessidade de rever a carga horária dedicada à disciplina de Estudos Sociais

Quadro 10– Semanalmente, quanto tempo pode ser dedicado aos conteúdos de História?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Atualmente, em minha escola, temos quatro aulas de 45 minutos semanais
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Duas vezes por semana”
Professora Cleuza Regina de Moura Pereira	“Gostaria de dar um tempo maior aos meus alunos, mas trabalho especificamente como o conteúdo, apenas 60 minutos por semana, embora não perca a oportunidade de incluir em outras atividades, conceitos de História”

Professora Renata Pires	“Uma vez por semana”
Professora Stephany Sieczka Ely	“Infelizmente apenas duas horas semanais”
Professora Camila Velasques	“Pouco tempo, em torno de 90 minutos”
Professora Mari Solange da Silveira	“História especificamente, não trabalhamos na escola. Trabalhamos com Estudos Sociais, que abrange História e Geografia e dedico um dia por semana para desenvolver os conteúdos relativos à História”

Fonte: elaboração própria (2016).

É possível identificar que o tempo dispensado à disciplina de História (Estudos Sociais) é definido exclusivamente pelas professoras, não havendo padronização, nem do tempo, nem do número de dias da semana que a disciplina será ministrada.

O questionamento, **“Como você avalia a contribuição de sua Secretaria Municipal no que diz respeito aos materiais trabalhados em História?”**, pretende identificar a preocupação da Secretaria de Educação, com os conteúdos e materiais utilizados nas Escolas.

Nas entrevistas, surgiram várias falas sugerindo que a Secretaria Municipal ofereça cursos de formação continuada, mas que se estes fossem diferentes dos que, atualmente são realizados, a situação seria outra; pois, para estes ficarem bons e atenderem as suas necessidades, precisariam consultar as professoras e buscarem sanar as suas dúvidas e não “aquilo que a Prefeitura pode pagar” (professora Teresa, 2015).

Quadro 11– Como você avalia a contribuição de sua Secretaria Municipal no que diz respeito aos materiais trabalhados em História?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Nunca participei de nenhuma formação, curso ou ouvi falar de um material específico, que auxiliasse o professor. Conheço materiais organizados por professores e disponibilizados por professores.”
Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Nenhuma contribuição! Muito pelo contrário, quando ingressei na rede solicitaram o meu material e que hoje o considero precário.”

Professora Cleuza Regina de Moura Pereira	“Se distribuem materiais para a escola, eu não tenho conhecimento, ao trabalhar no município uso o site da Prefeitura e ali tem algumas coisas.”
Professora Renata Pires	“Tivemos algumas reuniões para montar um apostila, mas não saiu da reunião, ficou esquecida.”
Professora Stephany Sieczka Ely	“Não vejo contribuição”
Professora Camila Velasques	“O material que eu tenho é as sugestões curriculares da SMED e a escola nos passa algumas formações na área. Per ser disponibilizado mais materiais.”
Professora Mari Solange da Silveira	“Não tenho como avaliar, pois nunca recorri à Secretaria.”

Fonte: elaboração própria (2016).

Diante do exposto, fica bastante clara a não interferência ou contribuição da SMED, com os materiais utilizados pelas professoras. Tudo que é utilizado é resultado do esforço pessoal das professoras, e de um possível apoio da própria Escola ou de outros professores.

As professoras reclamam, também, da burocracia para a utilização dos ônibus da Prefeitura, pois estes precisam de um agendamento bastante antecipado, o que necessitaria de um projeto elaborado meses antes do evento, fato que é inviável, pois a Escola tem um cronograma e uma dinâmica de organização, que é alterado várias vezes ao ano, por diversas eventualidades (chuvas, paralizações, feiras escolares, eventos comemorativos, etc.).

Diante do exposto pelas professoras anteriormente, o questionamento, **“Quais as suas sugestões para a Secretaria de Educação, que poderiam contribuir com sua prática docente?”**, pretende que as professoras tenham a oportunidade de expressar suas necessidades diante de tantos desafios enfrentados no quarto ano.

Quadro 12– Quais as suas sugestões para a Secretaria de Educação, que poderiam contribuir com sua prática docente?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Ofertar mais cursos de formação almejando uma formação continuada aos professores e um ensino de mais qualidade aos docentes. Elaboração de um material de qualidade com conteúdos a serem trabalhados para servir de norte aos professores.”

Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Organização de uma coletânea de dados sobre o município para os professores que apresente significativa validade para as crianças.”
Professora Cleuza Regina de Moura Pereira	“Lançar uma cartilha com a história da cidade e todas as informações que os professores de 4º ano precisam e também disponibilizar projetos onde se tivesse a oportunidade de sair da sala de aula com os alunos e se aproximar mais do município em todas as suas nuances.”
Professora Renata Pires	“ O que realmente fosse discutida nas reuniões pedagógicas fosse colocado em prática.”
Professora Stephany Sieczka Ely	“Facilitar visitas na cidade, em pontos turísticos, por exemplo. Isso ajudaria as crianças entenderem melhor os conteúdos e se sentirem mais próximos deles”
Professora Camila Velasques	“Fornecer mais materiais e mais cursos.”
Professora Mari Solange da Silveira	A professora preferiu não responder

Fonte: elaboração própria (2016).

O resultado desse questionamento trouxe fortemente a solicitação de um material didático que abarque os conteúdos necessários ao 4º ano. A formação também foi tema recorrente nas entrevistas. Fica clara, a insatisfação das professoras com a postura da Secretaria de Educação, pois embora exista uma predisposição por parte das professoras, quanto a realização de formação continuada, ela não é oferecida.

O questionamento, **“O que você considera como atividades diferenciadas para trabalhar com História e quais consegue realizar efetivamente?”**, pretende avaliar se mesmo diante de tantos obstáculos, as professoras ainda conseguem oferecer dinâmicas que motivem os seus estudantes, e que enriqueçam suas aulas.

Quadro 13– O que você considera como atividades diferenciadas para trabalhar com História e quais consegue realizar efetivamente?

Professoras	Resposta(s)
Professora Giliane La Rosa Almeida de Ávila	“Teatro, maquetes, passeios, vídeos. Todas muito por procura própria e busca e interesse pessoal.”

Professora Carla R. Rodrigues Mena	“Não consigo realizar nenhuma. Gostaria de aulas-passeio, entrevistas, visitas a prédios históricos, etc.”
Professora Cleuza Regina de Moura Pereira	“Atividades diferenciadas seriam as saídas de campo e só pude realizar dentro do bairro.”
Professora Renata Pires	“.Fotos, maquete, mapas, internet, filmes. Eu consigo realizar maquetes, mapas, filmes e o uso da internet na Escola”
Professora Stephany Sieczka Ely	“Penso que a pesquisa de campo é fundamental, mas essa atividade diferenciada ainda não consegui realizar”
Professora Camila Velasques	“.Considero atividades diferenciadas as saídas de campo, a construção de maquetes, os trabalhos com material concreto. Consigo realizar atividades com material concreto”
Professora Mari Solange da Silveira	“Eu considero saídas de campo, visitas a lugares históricos, filmes antigos sobre o assunto, documentários. Este ano ainda não consegui realizar nenhum.”

Fonte: elaboração própria (2016).

Com a última questão, foi possível identificar que as professoras se sentem motivadas para novas experiências pedagógicas com seus estudantes, no entanto, as Escolas não estariam oferecendo condições para a realização dessas atividades. Sejam elas saídas de campo, visitas aos museus e prédios históricos da cidade, e mesmo atividades simples que podem ser realizadas dentro da própria Escola, as vezes não é possível executar.

Com estas quatro últimas questões, é possível identificar os problemas estruturais da Escola enfrentados pelas professoras, bem como mensurar o quanto estas dificuldades são determinantes à elaboração de aulas mais atrativas e dinâmicas.

A proposta de Cartilha, oferecida nessa dissertação, vem ao encontro de algumas das necessidades apresentadas ao longo deste trabalho.

3.2 MATERIAL PROPOSTO: UMA CARTILHA

Nesta terceira e última parte da Dissertação apresentam-se atividades ministradas no formato de aulas, que contemplam os conteúdos regulares, utilizando-se a Educação Patrimonial como principal metodologia de trabalho. Destaca-se que a Cartilha produzida nesta parte do texto, encontra-se anexada à presente Dissertação.

Como primeira sugestão sobre a forma como estruturar um plano de aula com vistas à utilização da metodologia da Educação Patrimonial, faz-se necessário a estruturação do passo-a-passo para utilização desta metodologia em sala de aula.

3.2.1 SUGESTÃO DE UM PLANO DE AULA

Este planejamento que tem por base a metodologia da Educação Patrimonial, busca sensibilizar os estudantes do 4º ano, turma 42, para um processo de reconhecimento, apropriação e valorização e permanente preservação do seu patrimônio arquitetônico e histórico, representado por duas das mais simbólicas Praças do Rio Grande: Praça Almirante Tamandaré e Praça Xavier Ferreira. A seguir, apresenta-se o plano de aula trabalhado:

I – Dados de Identificação:

Professora: Janete Rosa Dutra

Disciplina: Estudos Sociais

Tema: (Re)conhecendo o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade do Rio Grande.

Série/Ano: 4º ano.

Duração: 2 aulas

II – Objetivos:

* Geral: reconhecer as Praças Xavier Ferreira e Almirante Tamandaré como ícones patrimoniais da cidade do Rio Grande e marcos da passagem do tempo histórico e cronológico local.

* Específicos:

- Expressar ideias e sentimentos ao interagir com os textos e imagens das Praças;
- Desenvolver a capacidade criativa, ampliando o seu conhecimento sobre a sua cidade;
- Realizar um jogo associativo comparando imagens antigas e atuais das praças.

III – Metodologia:

1º Momento:

A aula terá início com uma roda de conversa para verificar os conhecimentos prévios dos alunos sobre as praças estudadas. Em seguida, serão apresentadas imagens atuais das praças e seus monumentos. Nesse momento, serão feitos questionamentos como: quem já conhecia estes espaços? Se já passaram pelas praças? Quais os monumentos que os alunos já conheciam?

Os alunos serão instigados, ainda, a dizerem o que as estátuas conhecidas por eles, representam. Logo após estas informações e ampliação das ideias que forem surgindo, os alunos escolherão três monumentos e irão reproduzi-los na forma de desenhos.

2º Momento:

Após os desenhos ficarem prontos, os estudantes irão fazer o cartão de identificação dos monumentos, assim como a identificação a qual praça eles pertencem. Depois, os estudantes receberão uma folha elaborada pela professora; nesta aparecem imagens antigas e atuais das praças e seus

monumentos, distribuídas em duas colunas, e os estudantes terão que ligar as imagens que representam os dois momentos das praças estudadas.

3º momento:

Os estudantes irão expor seus desenhos e uns tentarão identificar os monumentos desenhados pelos outros. As respostas serão corrigidas a partir dos cartões de identificação.

RECURSOS: imagens das praças e monumentos a serem estudados, cartões feitos de cartona colorida, canetas.

AVALIAÇÃO: acontecerá de forma contínua, durante o período de organização e realização das atividades, objetivando atender às necessidades que surgirão no decorrer do processo. Serão observados o desempenho, compromisso e produção de todos no que se refere aos conhecimentos, interesse, expressividade, entusiasmo e harmonia com os objetivos propostos.

REFERENCIAS:

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et. al. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande**: cartões postais que contam a História do Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2010;

_____. **Câmara Municipal do Rio Grande**: berço do Parlamento Gaúcho. Porto Alegre: Sales Graf, 2001.

_____. **Rio Grande**: imagens que contam história: Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. **Educação Patrimonial na Escola**: uma experiência entre o ensino de História e o patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS). Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

3.2.2 OS CONTEÚDOS: SUAS FONTES E JUSTIFICATIVAS

3.2.2.1 PRINCIPAIS FONTES

As atividades da Cartilha proposta têm como base e reflexão teórico-metodológica, o livro⁴¹ da professora Carmem Schiavon e do professor Tiago Santos, que apresenta várias sugestões de atividades lúdicas para se trabalhar a metodologia da Educação Patrimonial, bem como são utilizados os alguns trabalhos do professor Luiz Henrique Torres⁴², o qual há vários anos vem se dedicando à pesquisa acerca da história da cidade do Rio Grande e apresenta um extenso material com imagens antigas do local. A Cartilha contempla, também, o trabalho da professora Célia Maria Pereira⁴³, cujo acervo fotográfico sobre o bairro Cassino, não só traz a história da formação e desenvolvimento do local, como também reúne mais de quarenta fotografias que mostram as edificações na época de sua construção e como elas se encontram na atualidade, ou seja, patrimônios edificados e abandonados ao longo do tempo, prática que traduz muito bem o descaso e o “esquecimento” por parte de diversas administrações e, também, da própria comunidade.

CAPÍTULO 1: A FAMÍLIA

No primeiro capítulo, a Cartilha propõe que o estudante entenda sua posição em sua família e de que forma essa posição se constituiu, objetiva que o estudante perceba-se parte daquele que é um de seus patrimônios, a família. Ainda, nesse primeiro capítulo, o exercício mais importante vai ao encontro da sugestão de Evelina Grunberg, que propõe a realização de uma Árvore Genealógica, como forma de uma melhor visualização do conceito de família, como se observa, abaixo:

(...) coloque o nome de todos os seus parentes, até que consiga construir a sua própria árvore genealógica. Pesquise o que for

⁴¹ *Patrimônio, Ambiente e Ensino em Rio Grande: elementos para interpretação e valorização dos bens culturais*. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

⁴² *Rio Grande: cartões postais que contam a História do Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010; *Câmara Municipal do Rio Grande: Berço do Parlamento Gaúcho*. Porto Alegre: Sales Graf, 2001; *Rio Grande: imagens que contam história*: Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

⁴³ *Memórias de um Balneário: Patrimônio Edificado do Cassino*. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

possível a respeito deles: onde nasceram, em que trabalhavam, como se conheceram, como chegaram a este lugar, onde moraram, etc. Esta atividade ajuda na compreensão dos conceitos de geração e da continuidade cultural, já que a cultura é dinâmica e se transmite de geração para geração (GRUNBERG, 2007, p. 8).

Destaca-se, ainda, que o conceito de família utilizado não contempla, exclusivamente, aquele formado por um homem, uma mulher e seus filhos em um casamento legalmente instituído. Na proposta, são valorizadas outras formas de relacionamentos intrafamiliares como a família formada por avós, tios e madrinhas cuidadoras como, também, casais formados por dois homens ou por duas mulheres.

Há que se observar uma das questões que embora pareça de menor importância, muito frequentemente gera dúvidas e receios, as festas do dia das mães e do dia dos pais; ora, quais seriam as razões para que eventos tão singelos gerassem algum tipo de desconforto? Geram pois, o fato de alguns estudantes não desejarem participar de tais eventos, pois suas famílias são “diferentes”.

Uma das situações que pode melhor ilustrar esta situação é a de Andréia⁴⁴ de nove anos, sua mãe partiu de casa, quando os filhos ainda eram bebês, deixando Andreia e seu irmão (que agora tem 7 anos), sendo criados somente pelo pai, que aparenta ser um bom pai; é presente na Escola, participa de todos os eventos, sendo que os filhos estão sempre bem arrumados e com os materiais em dia. Enfim, são crianças felizes e, aparentemente, sem traumas; no entanto, na última festinha do dia das mães, em 2016, aconteceu um episódio delicado: a mãe compareceu, reivindicando seu direito de estar na festa.

Os professores e a direção, cientes da situação familiar de Andréia, tentaram amenizar possíveis choques entre os dois ex-cônjuges, pois o pai sempre disse aos filhos que ela não era sua mãe, que a sua mãe era a avó, aquela que o auxiliava na criação de ambos e que eles deveriam dar os presentinhos para esta avó, que não estava na festinha, pois encontrava-se adoentada.

⁴⁴ Nome fictício da estudante.

Observa-se que um evento “tão comum”, acabou sendo utilizado pelos pais de Andréia, para uma disputa conjugal, onde o papel de mãe estava em jogo. Andréia e seu irmão sofreram por verem os pais nessa disputa, rememoraram o sentimento de abandono e sentiram-se envergonhados diante dos colegas, pois sua família além de diferente de muitos, ainda disputava papéis não definidos claramente. A história de Andreia serve, claramente, para ilustrar como os estereótipos familiares precisam ser discutidos na Escola, pois é nesse ambiente que muitos conflitos pertinentes às vidas dos estudantes acontecem.

Não é possível acabar, nem interferir nas situações que acontecem na vida dos estudantes, não se pode impedir que aconteçam; no entanto, pode-se amenizar, fortalecendo-os com a perspectiva de que eles não são os únicos e que famílias são confusas e conflitantes.

Não tem sentido uma Escola reforçar estereótipos firmados no século passado. A família precisa ser entendida como o lar onde pessoas são amadas e cuidam umas das outras, independente do gênero ou parentesco.

Nesta direção, um dos principais pontos que a Cartilha proposta apresenta sobre o tema “família”, é a superação do modelo tradicional desta, aquele em que o casamento entre um homem e uma mulher era reconhecido como laços familiares, e em torno deste agregava-se o restante dos familiares. Assim, a Cartilha apresenta uma proposta diferenciada de família do conceito abaixo:

A família matrimonializada do início do século passado era tutelada pelo código civil de 1916. Este código tinha uma visão extremamente discriminatória com relação à família. A dissolução do casamento era vetada, havia distinção entre seus membros, a discriminação, às pessoas unidas sem os laços matrimoniais e aos filhos nascidos destas uniões, era positivada (MARIANO, 2009, p. 3).

As famílias eram comandadas pelo marido e os demais membros ocupavam uma posição inferior diante dele. Esta estrutura familiar condicionava a vida da família às vontades do marido. Desse modo, explica-se toda a sociedade ser comandada por uma mentalidade patriarcal e masculina.

Este modelo excluía filhos ditos ilegítimos, ou seja, aqueles que eram concebidos fora do casamento. Outra característica dessa sociedade é a

indissolubilidade do casamento, a separação só seria possível através do divórcio.

Não obstante, o novo modelo familiar tem como ponto central o afeto, independente de questões legais, de gênero ou, até mesmo, de laços sanguíneos. A sociedade moderna, não só aboliu legalmente o conceito de filhos ilegítimos, como passou a organizar-se de várias formas constitutivas. Na Escola de hoje, é possível observar esse tipo de ocorrência com grande frequência, pois os responsáveis pelos estudantes, apresentam inúmeras formas de relacionamento; além disso, em cada sala de aula, a diversidade é sempre muito grande. São avós que criam os netos, tios e madrinhas possuem a guarda legal das crianças, ou são filhos cujos pais estão separados e possuem padrastos e madrastas ou, ainda, crianças que seus pais são do mesmo sexo.

As Escolas estão repletas de estudantes, que possuem famílias formadas por laços afetivos fortes mas, que não correspondem àquele modelo “tradicional” de família. Não só estudantes mas, a sociedade como um todo, apresenta-se com situações familiares muito peculiares.

Em todas as conversas, principalmente, durante os intervalos para o café das professoras (ambiente informal, sem maiores cobranças éticas ou de opinião), uma das falas mais frequentes é sobre as famílias, e o quanto a organização dessa família é relevante para as questões pedagógicas.

São ouvidas expressões como, “João não tem família presente, os pais não se importam com ele, só a dinda cuida dele e vem aqui falar com a gente”, ou, “os pais são incapazes de cuidar, não tão nem aí, a vó que cuida, ‘tadinho’, não ter família é brabo!”, ou ainda, “(...) é, ele vive com a dinda, e a gente nem sabe o que foi feito da família dele”. Também, é comum a fala que reproduz alguns preconceitos, como, “(...) se desmanchou a família, e a mãe se separou e se amigou com outra mulher, mas ele parece bem”. Enfim, os exemplos são bastante extensos.

Existem famílias não parentais, ou não sanguíneas, em que crianças vivem com pessoas que não são seus pais. Nessas situações, existe o sofrimento e todo um conjunto de situações, as quais não serão abordadas nessa Dissertação – por não se constituírem foco de análise – mas, que fazem

parte da comunidade escolar e, portanto, são relevantes quando existe uma proposta de material didático.

A sociedade movimenta-se para uma evolução social/familiar, e esse movimento é tão forte que alterações jurídicas já são inevitáveis. E é nesse mesmo compasso que a Escola necessita incluir estas famílias, pois elas são a realidade da comunidade escolar e, na maioria das vezes, são de fato as únicas famílias que o estudante possui/conhece.

CAPÍTULO 2: RIO GRANDE E SUAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

No segundo capítulo, a Cartilha pretende dar conta dos temas relacionados às estruturas administrativas do município do Rio Grande, contemplando as incumbências dos poderes legislativo e executivos municipais, bem como algumas noções de localização geográfica e as divisões distritais do município do Rio Grande. Estes conteúdos constam no Projeto Político Pedagógico das Escolas e fazem parte dos Conteúdos Programáticos sugeridos pela SMED; constam de:

Objetivos específicos:

Localizar o município do Rio Grande no mapa do RS.

Identificar e nomear limites e distrito do Rio Grande.

Conhecer a história da fundação do Rio Grande.

Diferenciar a zona urbana e rural, enfatizando diferentes tipos de vida.

Identificar e localizar os principais aspectos do relevo e hidrografia do município.

Destacar as principais indústrias do município.

Reconhecer os poderes do município, os símbolos, os serviços públicos e a importância do voto.

Conhecer e identificar os sinais de trânsito.

Identificar as principais datas comemorativas.

A proposta da Cartilha não contempla, exatamente, todos os conteúdos objetivados pela SMED, e que constam no Plano de Ensino do Município, pois

embora sejam a base dos conteúdos a serem trabalhados, estes não têm a obrigatoriedade de serem cumpridos em sua totalidade.

Como salienta Conselho Nacional de Educação, na Câmara de Educação Básica, na Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010⁴⁵, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, a construção dos conteúdos tem uma flexibilidade conforme indica o Art. 20, que permite às Escolas oferecerem um material próprio e com liberdade para abordar assuntos conforme a comunidade escolar entende serem relevantes, desde que não firam a base curricular.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática. § 1º O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 6).

Nesse contexto, integrar à Cartilha algumas questões de localização geográfica, vai ao encontro dos objetivos da proposta de Conteúdos Programáticos, bem como auxilia no entendimento de algumas situações históricas ligadas ao relevo, à hidrografia e ao clima. Além disso, a abordagem sobre as estruturas administrativas do município propicia algumas reflexões junto aos estudantes com relação a temas atuais da cidade, bem como introduz conceitos como cidadania, participação política, as incumbências dos poderes locais, e a localização de órgãos públicos.

Este item apareceu com muita frequência nas conversas com as professoras, como pode ser observado no trecho da entrevista realizada com a professora Cleusa, abaixo:

⁴⁵ Resolução CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acessado em 19 de Julho de 2016.

De acordo com o currículo, e eu concordo, os conteúdos do 4º ano são sobre a cidade do aluno, sua história, pontos turísticos, produção agrícola, pecuária, indústrias, comércio, símbolos, hino e os 3 poderes, história integrada com a geografia caracterizando a disciplina de Estudos Sociais (Professora Cleusa, 2015).

Por sua vez, a professora Stephany Ely salienta o quanto os conteúdos sobre o município são importantes e que desenvolvem o sentimento de pertença nos estudantes, afinal, “conhecer a nossa cidade, como tudo começou, poder evidenciar seu crescimento a partir do estudo das mudanças históricas é essencial”; ela ainda reforça o assunto quando perguntada sobre a relevância dos conteúdos, afirmando que “são fundamentais para o sentimento de pertencimento do aluno na cidade onde vive, para sua localização no espaço, tempo e aprendizagens a partir das mudanças” (Stephany Ley, 2015).

CAPÍTULO 3: ETNIAS FORMADORAS E SUA HERANÇA

O terceiro capítulo aborda, ainda, as três etnias formadoras do município, ou seja, os negros, indígenas e açorianos. Esse capítulo pretende que os estudantes conheçam as suas raízes, não apenas da sua própria família mas, busca indicar que as sociedades são formadas por diversas etnias, isto é, tenta quebrar os arquétipos criados em torno das etnias indígenas e negras como sendo de menor valor, em comparação com o português conquistador. Em síntese, visa salientar que esses povos possuíam cultura e que uma grande parte desta também faz parte dos hábitos e costumes das sociedades atuais.

Nesse capítulo, ainda, é defendida a ideia de que tanto os escravos como os indígenas não foram passivos diante do conquistador, que a resistência aconteceu tanto de forma violenta (guerras, embates entre senhores e escravos, rebeliões, etc.) como, também, de forma sutil (escravos que silenciosamente abortavam seus filhos, fugas, suicídios e até mesmo, o próprio sincretismo).

Este capítulo trata, também, da herança cultural deixada pelas três etnias, tratando da religiosidade, culinária e tradições. Ainda, neste capítulo, apresenta-se um breve comentário sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social

e Cultural da Comunidade Negra (COMDESCCON). Este Conselho municipal é uma grande conquista do movimento negro em Rio Grande, pois destina-se a assegurar à população negra da cidade o efetivo cumprimento da lei de nº 12.288, de 20 de Julho de 2010,⁴⁶ que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que foi criada para proporcionar o processo de equidade entre as etnias mais discriminadas: a etnia negra.

Este Conselho mantém um *site*⁴⁷, à disposição de toda comunidade rio-grandina, para consultas referentes às suas ações desenvolvidas, também disponibiliza inúmeras informações atualizadas sobre cotas, legislação e situações jurídicas. Na parte final desta parte da Cartilha, o trabalho contempla a lembrança de alguns ilustres negros que, desafiando o seu tempo, foram destaques sociais na sua época.

Por outro lado, sobre a cultura açoriana, a Cartilha propõe uma breve contextualização das razões da chegada dos casais à localidade da vila do Rio Grande. Também, apresenta um destaque da influência dos açorianos na cultura local.

Em linhas gerais, este ponto da Cartilha talvez seja o mais complexo, pois ele trata de um assunto muito distante da temporalmente da realidade dos estudantes e isso traz muitas dificuldades de entendimento.

Os estudantes, como já foi analisado anteriormente, na fala das professoras, apresentam grande dificuldade para entenderem eventos muito distantes no tempo. Quando se fala na chegada de Silva Paes, na barra do Rio Grande, o máximo que eles podem imaginar é alguém embarcado, navegando entre os molhes, ou seja, eles não percebem o impacto dessa chegada para a região; portanto, o evento não pode ser trabalhado isoladamente. Nesta perspectiva, a Cartilha proposta oferece esses conteúdos contextualizados e entrelaçados com o impacto da conquista, estabelecendo outras relações.

Tal abordagem é necessária para que o estudante perceba sentido no evento abordado, seja pela herança cultural ou, pelo extermínio de populações

⁴⁶ Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acessado 17 de em Julho de 2016.

⁴⁷ Informações disponíveis em: <http://comdesccon.webnode.com/>. Acessado em 17 de Julho de 2016.

nativas. De outra forma, o conteúdo fica solto e para estes estudantes, falar sobre um conquistador português, do século XVIII, tem tanto sentido em sua vida, quanto saber sobre a guerra contra o Estado Islâmico. Ele não sabe onde fica Portugal, ele não consegue visualizar nada que pertença a esse tempo e, em certa medida, ainda pode pensar que isso é tão velho e antigo, que ele saber ou não, não vai mudar em nada a sua vida. Logo, contextualizar é mais do que necessário.

CAPÍTULO 4: RIO GRANDE, PATRIMÔNIO DE TODOS OS RIO-GRANDINOS

No quarto capítulo da Cartilha, oportuniza-se um destaque para as questões conceituais à respeito do patrimônio e busca-se a partir de alguns exemplos, que os estudantes identifiquem seu patrimônio local. Esta perspectiva de trabalho foi experimentada por esta pesquisadora, no momento em que levou imagens de algumas igrejas para a sala de aula e os estudantes precisavam descrever sua aparência; na ocasião, o fato que mais chamou a atenção foi o comentário de uma das meninas, enquanto observava a imagem da Igreja Nossa Senhora do Carmo, na ocasião, ela disse: “Professora, a gente pode entrar nessa igreja, ela não é só para os ricos?”. Esse comentário permitiu inúmeros desdobramentos com relação ao tema “o que pertence a quem?”. A estudante chegou a uma indagação que permitiu discutir, assuntos como classes sociais, arquitetura como símbolo de poder, ou expressão temporal, e para essa pesquisa, a certeza de que o caminho através da Educação Patrimonial, possui ilimitadas possibilidades pedagógicas.

Neste sentido, a Cartilha oferece exercícios, em que as imagens da cidade – caso não seja possível uma saída de campo – sirvam para o exercício proposto pela metodologia da Educação Patrimonial, destacada por Evelina Grunberg, abaixo:

A atividade poderá ser desenvolvida a partir de uma edificação (bem material) que poderá ser uma casa, um museu, um edifício público ou privado, um mercado, (...). Convide os participantes para fazer um passeio pelo bem escolhido, observando, atentamente, todos os detalhes, (...). Defronte à fachada principal, peça para observarem todos os detalhes e elementos

durante alguns minutos. Solicite que descrevam, através de desenho ou escrita, o que eles se lembram do observado (números de portas, janelas e pavimentos: tipo de material; estado de conservação; cor; decoração; etc.). (...) Promova, a partir dessa experiência, uma reflexão sobre a diferença entre o olhar e o ver e sobre a importância da observação detalhada para a compreensão e a descoberta de outras informações (GRUNBERG, 2007, p. 8).

Esta atividade é melhor aproveitada se for possível uma saída de campo; contudo, mesmo que esta não aconteça organizada pela Escola, o estudante com a experiência em sala de aula, poderá desenvolver o “olhar” necessário para que ele possa em seu cotidiano, “investigar” sua cidade e “visualizar” o patrimônio existente.

Ainda, no quarto capítulo, a religiosidade rio-grandense é representada através das igrejas locais, que apresentam o patrimônio arquitetônico erigido em “pedra e cal”, bem como as festividades e as celebrações religiosas, que são também apresentadas como exemplos de patrimônio imaterial, tal qual é possível entender, a partir das considerações do IPHAN:

Celebrações são eventos coletivos em que se comemora ou rememora algum acontecimento. Geralmente são organizadas com antecedência e envolvem muitas pessoas, às vezes diferentes grupos da sociedade. Em geral, as celebrações se repetem a cada ano, ou de tempos em tempos e são passadas de geração para geração. Podem ter significado religioso, como as festas dos santos padroeiros das cidades, ou as festividades dos terreiros de candomblé; podem ser de caráter cívico, como as comemorações das datas importantes da pátria ou da cidade; ou relacionadas aos ciclos produtivos, como as “festas do milho”, da “uva”, do “peixe”; podem ser formas de marcar momentos especiais da vida de uma pessoa junto à sua comunidade, como acontece nos rituais de passagem para a vida adulta de alguns povos indígenas ou nas festas de casamento. Enfim, são inúmeras as motivações de uma comunidade para se organizar e celebrar (IPHAN, 2016).⁴⁸

A ideia de que o patrimônio cultural precisa ser conhecido para que possa ser valorizado e preservado, é reforçada pela crença de que na vida, os bens

⁴⁸ Informação disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf. Acessado em 20 de Maio de 2016.

são preservados quando possuem algum tipo de valor. Sendo assim, uma comunidade, quando reconhece o valor de seus bens culturais, seu patrimônio, passa a cuidá-lo e preservá-lo.

Na segunda parte do quarto capítulo são trabalhadas as praças e os seus monumentos. As praças escolhidas foram as maiores e, também, de maior circulação de pessoas. A praça Tamandaré de onde saem as principais linhas de ônibus da cidade e a praça Xavier Ferreira, que fica no centro histórico, próxima aos bancos, ao Mercado do Peixe, ao Mercado Público e à Biblioteca Rio-Grandense e Prefeitura.

As praças foram escolhidas como parte da Cartilha pois são locais onde, historicamente, as pessoas se reúnem para as mais diversas finalidades, passear, namorar, caminho para outros locais, manifestações populares, são lugares normalmente aprazíveis mas, que não têm toda a sua dimensão patrimonial observada. As praças são locais públicos que, independente de condições sociais, estão presentes na vida de toda a comunidade.

Considerando a vocação portuária, pesqueira e diretamente ambiental da cidade do Rio Grande, a Cartilha contempla uma parte do quarto capítulo sobre este aspecto. Explicando o significado do patrimônio ambiental e sua importância, ao mesmo tempo que faz um “link”, com as características geográficas locais.

A cidade do Rio Grande, vive várias situações ligadas ao quase esgotamento de inúmeras espécies de pescado em tamanho adulto, devido a disputa travada entre os pescadores artesanais do município e as grandes parrelhas pesqueiras, tanto do Rio Grande do Sul, como de outros Estados que atuam no litoral gaúcho.

Essa competição acaba por desencadear processos de captura do pescado, as quais colocam em risco toda a fauna marinha e, também, a sobrevivência dos pescadores artesanais, pois:

A necessidade de alimento imediato a sua família parece ser um obstáculo às propostas que visam diminuir o esforço de pesca e usar petrechos mais adequados à preservação. Uma situação está intrinsecamente ligada à outra, pois quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e

pegar espécies menores para obter resultados similares aos de uma situação anterior (PEREIRA, 2008, p. 74).

Ainda, nesse mesmo capítulo, o balneário Cassino é abordado, embora seja feita uma referência às questões turísticas, é frisado a importância da preservação desse ecossistema delicado, até porque, conhecer o Cassino significa mais do que perceber os históricos ou os pontos turísticos da praia do Cassino; conhecer o Cassino consistem em compreender o complexo sistema costeiro que essa região representa. É claro, a Cartilha não pretende dar conta de tão grande empreitada mas, busca chamar a atenção dos estudantes quanto à importância de se respeitar este local, que possui uma diversidade ambiental tão rica e expressiva.

O Cassino é hoje um dos maiores bairros do Rio Grande, deixou de ser somente um local de lazer e veraneio para turistas, e tornou-se um bairro que possui uma estrutura bem organizada, oferecendo vários serviços à comunidade local. Hoje, o bairro possui agências bancárias, posto de saúde 24 horas, rodoviária intermunicipal e urbana; abriga grandes eventos anuais, como a Festa de Yemanjá, a FeJunca e a Feira do Livro da FURG. Possui uma consolidada rede de restaurantes e, é claro, vários hotéis e pousadas que funcionam o ano todo.

Já é possível afirmar que o Cassino tem um grande número de moradores rio-grandinos o ano todo, como também abriga centenas de estudantes da FURG, além de trabalhadores sazonais oriundos de outros municípios. Dessa forma, tornou-se relevante a presença do Cassino na Cartilha proposta por esta Dissertação.

O capítulo cinco traz a economia rio-grandina, com ênfase nas questões portuárias e industriais, pois estes são temas palpitantes e muito atuais. A cidade passou pela euforia do polo naval e, hoje, vive um momento delicado e preocupante, tendo em vista:

O ressurgimento da indústria naval brasileira tem como mola propulsora a expansão da produção de petróleo e a exploração do pré-sal, ambas demandando a construção de centenas de novas embarcações no País. O Plano de Negócios 2011-15, da Petrobras, prevê a aplicação de US\$ 213,5 bilhões nas atividades desenvolvidas no Brasil, e as estimativas da empresa

indicam que, até 2020, serão necessários 568 barcos de apoio especiais, 94 plataformas e 65 sondas. A essa demanda direta da estatal agrega-se a de seus prestadores de serviços, que encomendam barcos de apoio marítimo e de outros gêneros. Para atender a essa demanda, os estaleiros vão operar cada vez mais como montadores e vão demandar produtos mais acabados, o que torna indispensável a existência de fornecedores eficientes e capacitados (MACADAR, 2011, p. 2).

A possibilidade de um empreendimento de tamanha perspectiva transformou a cidade. Em seu momento mais produtivo, chegou a empregar cerca de vinte e quatro mil (24 mil) trabalhadores diretos e quase um terço desse número de trabalhadores, na forma indireta. A cidade foi tomada por uma enorme gama de atividades ligadas ao polo naval, como o acréscimo da frota fretada para o transporte de trabalhadores, aumento nos diversos setores da construção civil, inclusive, com a construção de novos hotéis, pousadas e alojamentos para os trabalhadores. Também, o setor de refeições destinadas a estes trabalhadores, haja vista que foram criadas empresas de pequeno, médio e grande porte para atenderem a esta demanda.

Por várias razões políticas, o Polo Naval sofreu uma gigantesca crise. Hoje, especialistas falam em uma “ressaca” vivida por todo o empreendimento e por todas as pessoas envolvidas neste Projeto, como se constata, a seguir:

Os enormes galpões construídos à beira da Lagoa dos Patos, no Polo Naval de Rio Grande, estão praticamente abandonados. Numa área equivalente a 56 campos de futebol, o mato e a ferrugem começam a esconder parte de um passado recente de grandes construções na cidade. Há bem pouco tempo, o local – que abriga o estaleiro QGI, antiga Quip – acolhia milhares de trabalhadores que chegavam de várias partes do Brasil para ajudar a erguer as grandes plataformas de petróleo nacionais.

Hoje, só alguns vigias e técnicos de manutenção perambulam pelo estaleiro para garantir a segurança de equipamentos milionários (Jornal *Estado*, 7 de nov. de 2015).

Esta situação assombra a vida dos estudantes – e de toda a cidade –, pois as questões ligadas ao desemprego e à falta de perspectivas deixadas pelas incertezas políticas, vividas no atual momento do Brasil, enchem a comunidade com o medo das privações em seu padrão de vida, assim como as consequências geradas por este quadro de desemprego. Enfim, este é o quadro

desolador vivido por todos os rio-grandinos, atualmente. Espera-se que seja passageiro, e que a cidade volte a crescer e que todos tenham melhores condições de vida.

No entanto, é sempre importante destacar que todos precisam ter ciência de como a sua cidade está organizada, quem são os responsáveis pelo bem público e, principalmente, qual o seu papel enquanto cidadãos. Neste sentido, esta Dissertação vai chegando ao seu final, e é possível concluir que a investigação iniciada por esta pesquisa, assim como a proposta da Cartilha oferecida, promovem um espaço para novas indagações e estudos no sentido de se compreender melhor os resultados da metodologia apresentada e os desdobramentos de seu uso pela comunidade escolar. Por fim, o ensino da disciplina de Estudos Sociais, ainda pode e deve ser mais explorado e, após serem aprofundadas as pesquisas, talvez seja possível indicar o melhor método de ensino, que deve ser aplicado aos estudantes do 4º ano; por ora, espera-se ter-se apresentado uma possibilidade de renovação nesta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal a elaboração de uma proposta de Cartilha, que possa ser utilizada como ferramenta para o ensino de Estudos Sociais no 4º ano, utilizando a metodologia da Educação Patrimonial.

A presente Dissertação de Mestrado constituiu-se, então, em um projeto que pretendeu dar voz às professoras do 4º ano para que, dessa forma, fosse possível entender sua realidade de trabalho na disciplina de Estudos Sociais, no Município do Rio Grande/RS.

No entanto, durante o processo de pesquisa foram surgindo situações ligadas à prática das professoras, que resultaram em um trabalho extremamente inquietante por um lado e, por outro, mais rico, realista e completo.

Embora já houvesse acontecido um contato anterior ao início desse Mestrado, tanto com as professoras, como também com a Escola; anteriormente, não houve clareza da verdadeira situação da disciplina de Estudos Sociais nas Escolas trabalhadas. Neste sentido, foi o andamento da pesquisa, as conversas informais, as entrevistas e, principalmente, a análise das Cartilhas, que trouxeram uma maior clareza da pedagogia utilizada na disciplina de Estudos Sociais.

Com base nestas considerações, o presente trabalho desenvolveu-se sempre com a preocupação em torno dos dispositivos utilizados junto aos estudantes, que oferecessem situações de aprendizagem prazerosa e que os levassem a uma condição de protagonistas em sua aprendizagem; no entanto, o que foi possível constatar é que além da disciplina ser extremamente negligenciada pelas próprias estruturas escolares – a começar pelo número de horas dedicadas à disciplina de Estudos Sociais (dois períodos de quarenta minutos por semana) –, também, verificou-se que as professoras não se sentem preparadas para ministrar ou trabalharem com esta disciplina. Nas falas das entrevistadas, a defasagem em relação aos conteúdos a serem trabalhados, se mostrou uma constante.

Desse modo, torna-se possível pensar que talvez faltasse um Curso de Pós-Graduação a estas pedagogas, mas, a recíproca não é verdadeira. Na

verdade, foi possível observar que algumas professoras possuem até mais de um Curso de Pós-Graduação; entretanto, o maior problema continua sendo a falta de uma formação mais específica para se trabalhar com a disciplina de Estudos Sociais.

Sendo assim, este trabalho, por meio da fala das professoras, também constatou uma grande dificuldade por parte dos estudantes, no que se refere ao entendimento de algumas questões muito simples sobre o tempo e suas dinâmicas. Segundo as professoras, os estudantes não conseguem dimensionar grandezas de tempo como, por exemplo, um século. Suas noções estão muito ligadas ao ano letivo, à Festa Junina da Escola, às férias de Julho, aos feriados, ao trimestre e/ou bimestre letivo, às férias de verão, ou seja, trabalhar com os conceitos de tempo sempre é muito difícil.

Nesse ponto, verifica-se que a metodologia da Educação Patrimonial pode ser uma estratégia para a melhor compreensão dos estudantes acerca do tempo. Um bom exemplo desta afirmação encontra raízes quando as festividades escolares são contextualizadas em sua dimensão histórica, como sendo uma parte do patrimônio imaterial da comunidade escolar ou, até mesmo, uma festa que é extensão de outras maiores e tradicionais da cidade, como é o caso da Festa Junina, ou a Festa de Nossa Senhora Aparecida.

O estudo também detectou alguns problemas de aprendizagem ligados a questões sociais dos estudantes, pois muitos são desatentos, sem estímulo e/ou convicção da importância da Escola. Algumas dessas situações estão ligadas a distorção na relação idade/série e este é um fator muito significativo para a falta de motivação dos estudantes. Um jovem com idade em torno dos quatorze anos tem muita dificuldade de sentir-se estimulado diante de: conteúdos entediantes, repetitivos e voltados à valorização da capacidade de memorização. Enfim, este estudante não dá valor para atividades pouco desafiadoras, assim como para conteúdos muito distantes de suas realidades.

Para estes estudantes falar sobre um conquistador português do século XVIII, tem tanto sentido em sua vida, quanto saber sobre a guerra contra o Estado Islâmico. Ele não sabe onde fica Portugal, ele não consegue visualizar nada que pertença a esse tempo e, em certa medida, ainda pode pensar que

isso é tão velho e antigo que ele saber ou não, não vai mudar em nada a sua vida.

Dessa forma, esta Dissertação ao contemplar a fala das professoras, identificou certo “cansaço” por parte das educadoras quando questionadas sobre suas metodologias. Enfim, foi percebido que existe um sentimento que as faz utilizar frases como “faço tudo que posso, mas não tive formação para isso, e a secretaria não ajuda em nada”. Este é um aspecto muito preocupante, pois as professoras não se sentem valorizadas, têm poucas perspectivas positivas, levam seus dias acreditando que as aulas que oferecem aos seus alunos são as únicas possíveis diante de tantas adversidades e, de fato o são, pois esse sentimento não é sinônimo de irresponsabilidade com seus alunos; e sim, a incredulidade de saber fazer melhor, sentem-se tão vítimas das circunstâncias, quanto os estudantes.

Para tanto, apresenta-se a metodologia da Educação Patrimonial, não como uma “tábua de salvação”, mas, como uma alternativa, que é capaz de recuperar a autoestima de profissionais capazes, que estão desestimulados quanto aos seus alunos.

Talvez o maior desafio deste trabalho tenha sido a transposição didática necessária para a elaboração da Cartilha, especialmente, por ser necessária uma linguagem própria para a seriação à qual a mesma se destina. Não obstante, outra preocupação constante foi a manutenção de aspectos lúdicos, haja vista que esta deve ser aprimorada com vistas a oferecer um material mais completo e periodicamente atualizado.

O número de atividades, talvez seja uma das maiores fragilidades da Cartilha; no entanto, ela já oferece algumas possibilidades introdutórias a esta metodologia ainda inédita como proposta de ensino de Estudos Sociais no quarto ano, para as Escolas do município do Rio Grande/RS.

A utilização da metodologia da Educação Patrimonial, utilizada na proposta de uma Cartilha, insere o estudante em um universo lúdico, que talvez possa ter sido negligenciado, ou seja, propõe práticas que o estimule a conhecer, valorizar e preservar o patrimônio local.

Cabe aqui destacar a fala de um dos meninos que participou do Projeto de Educação Patrimonial, coordenado pela professora Carmem Schiavon, citado na introdução desta Dissertação, “Sora, eu não sabia que era tão bom estudar História assim, e não sabia que até o meu nome conta uma história” (Walter Costa, 2013).

Por fim, cabe destacar que esta Dissertação, dentro dos seus limites, ofereceu uma possibilidade de metodologia que visa um melhor aproveitamento do tempo tão exíguo oferecido à disciplina de Estudos Sociais, tendo em vista que possibilita aos estudantes que os mesmos se tornem não somente protagonistas de sua aprendizagem, como também oportunize uma ferramenta que pode auxiliar as professoras a superarem alguns, dentre tantos desafios, enfrentados por sua jornada profissional.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2005.
- _____; **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2004.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BUENO, Belmira Oliveira; REBOLO, Flavia Inês. **Desencanto com a Profissão e Abandono do Magistério Cadernos de Pesquisa**, nº 118, março/ 2003.
- CAINELLI, Marlene. **Educação Histórica: perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental**. In: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/viewFile/5548/4061>
- CAINELLI, Marlene. **A Escrita da História e os conteúdos ensinados na disciplina de História no Ensino Fundamental**. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 26, nº 51, p. 163-184, jan./jun. 2012.
- CERRI, Luis Fernando. **Currículos de pedra, patrimônio histórico e ensino de história: notas para a pesquisa e o ensino**. In: Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Patrimônio Histórico do Século XXI”. Jacarezinho, 21 a 24 de maio de 2008.
- SCHÄUFFER, Marareth ; BONETI, Rita V.F. **Noção de espaço e tempo**. IN: CALLAI, Helena Copetti (org.) O Ensino em Estudos Sociais. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2002, p. 22).
- DELGADO, Andréa Ferreira; SILVA, Mônica Martins da. **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis A investigação histórica acerca do Patrimônio Cultural do Sul da Ilha de Santa Catarina e a construção de uma proposta de Educação Patrimonial.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FREITAS, Sonia Maria. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- GAZZÓLA, Lucivani. **A educação patrimonial na escola: um estudo sobre a percepção dos professores acerca do patrimônio cultural de Joaçaba**. Joaçaba: UNOESC, 2007.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília SPHAN, 2007, p.19)
- GUIMARAES, Selva. **História Oral: História local e fontes orais: uma reflexão**. v. 9, nº 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et. al. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

- IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos.**
- JOUTARD, Philippe. **Desafios à História Oral do Século XXI.** Artigo, 2000. Maneta de Moraes Ferreira Tania Maria Fernandes Verena Alberti (Org.). FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2000.
- LEÃO, Marina Soares. **A Representação Social do Patrimônio Cultural para a formação do sentimento de pertença do sujeito social.** Monografia para obtenção do título de Especialista em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural apresentada ao Curso Euro-Brasileiro de Pós-graduação em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural da Universidade Vale do Rio Doce. 2009. p.13
- LEAL, Fernanda de Moura, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- LIPPITZ, W., & Levering, B. (2002). **And now you are getting a teacher with such a long name.** Science, 18(2), 205-213. In: Dezembro2012-Projeção e Docência| vol. 3, nº 2.
- LISITA, Nilda Lopes de Oliveira. **Educação Patrimonial na cidade de Goiás: vinte anos de experiência na escola de ensino fundamental da rede pública estadual.** Em: <http://ppge.fe.ufg.br/up/6/0/Resumo%20Dissert%20%20Nilda.pdf>
- LOPES, Antonia Osima. **Planejamento do Ensino Numa Perspectiva Crítica da Educação.** Texto 6. IN: <http://didaticageraluece.blogspot.com.br/2011/10/texto-06-planejamento-doensino-uma.html>
- LUPORINI, Teresa Jussara. **Educação patrimonial: projetos para a educação básica.** Revista Ciências & Letras. Porto Alegre, nº 31, p.325-338, jan/jun.2002.
- MENESES, Kelle de Cássia Rodrigues; MOURÃO, Mariana Omena; SANTOS, Rodrigo Medeiros; XAVIER, Aldenize Ruela. **Desvio de Função de Professores: Estudo de Caso em Turmas do Parfor e em Duas Escolas Públicas de Santarém.** p. 5028 Atas do CIBEM, Montevideu, Uruguai, 2013
- MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural.** Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf >
- NUNEZ, Deborah Coimbra. **Educação Patrimonial, nos bastidores do processo: a formação de agentes multiplicadores e as metodologias de ensino aplicadas na apreensão dos bens culturais: o caso de São João del Rei, Minas Gerais** ' 01/05/2011 200 f. Mestrado Acadêmico em Memória Social e Patrimônio Cultural Instituição de Ensino: UFPEL. Biblioteca
- PELEGRINI, Sandra C. A. FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PEREIRA, Célia Maria. **Memórias de um Balneário: Patrimônio Edificado do Cassino.** Rio Grande: Editora da FURG, 2004.
- PINTO, Helena. **Interpretação de fontes patrimoniais em Educação Histórica.** In: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2012v18n1p187>.

PRATS, Llorenç. **Concepto Y Gestión Del Patrimonio Local**. Cuadernos de Antropologia Social Nº 21, pp. 117-35, 2005 FFyL – UBA.

SANTOS, Laísa Dias; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Por uma História da Profissão Docente Vista de Baixo: Modos de Educar, Práticas Escolares E Cultura Escolar No Território Sul Sergipano (1930-1950)**. s/d. p. 9.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago. **Patrimônio, Ambiente e Ensino em Rio Grande**: elementos para interpretação e valorização dos bens culturais. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlette, MAGALHÃES, Marcelo (Orgs.). **Ensino de História**. Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2007, p. 187-198.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha; OLIVEIRA, Osvaldo André. **Viabilizando possibilidades**: a educação patrimonial na formação de futuros professores. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/Agora>, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p.51 a 60, jan./jun. 2009> Acesso em 20 de junho de 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande**: cartões postais que contam a História do Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2010.

_____. **Câmara Municipal do Rio Grande: Berço do Parlamento Gaúcho**. Porto Alegre: Sales Graf, 2001; Rio Grande: imagens que contam história: Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. **Educação Patrimonial na Escola**: uma experiência entre o ensino de História e o patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS). 2014. Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática**. Londrina: UniFil, 2009.

ZAGURY, Tania. **O professor refém**: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. São Paulo: Record, 2006.

SITES

<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativosturisticos/detalhes+1810b,praca-xavier-ferreira.html>

<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativosturisticos/detalhes+180ee,praca-tamandare.html>

<http://cpdoc.fgv.br/>

<http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-naeducacao-basica>

<http://www.lages.sc.gov.br/suacidadesuacasa/material/artigo1.pdf>

ANEXOS

RIO GRANDE, PATRIMÔNIO DE TODOS OS RIO-GRANDINOS

ESTUDOS SOCIAIS

4º ANO



2016

PROPOSIÇÃO DE UMA CARTILHA

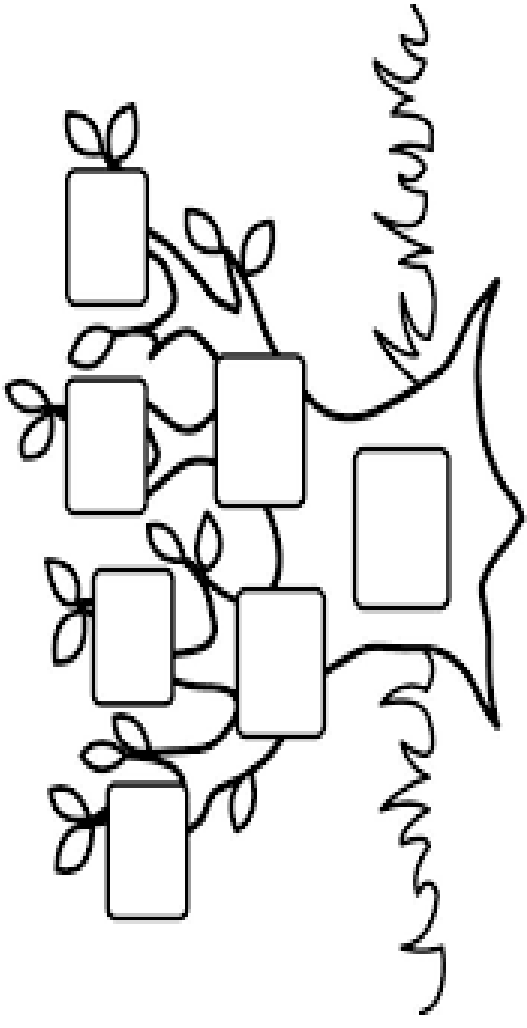
1. QUEM SOU EU? QUAL É A MINHA HISTÓRIA?

Quando pensamos em nossa identidade, a primeira noção que precisamos ter diz respeito à pergunta: qual é a nossa história? Você sabe a sua? Você sabe o nome dos seus familiares mais próximos? Bem, então, vamos descobrir juntos? Seguindo esta linha de pensamento, a primeira pergunta é: quero saber quem eu sou, preciso saber quem é a minha família, ou melhor, o que é uma família?

Família são todas as pessoas que se amam, cuidam umas das outras, transmitem valores, preocupam-se com a educação das mais jovens, e das mais velhas, aconselham, promovem um ambiente de paz, harmonia e amor. As famílias podem ser constituídas por pais e filhos, mas, também por: avós, cuidadoras, tias, madrinhas ou pessoas que sentem vontade de cuidar umas das outras.

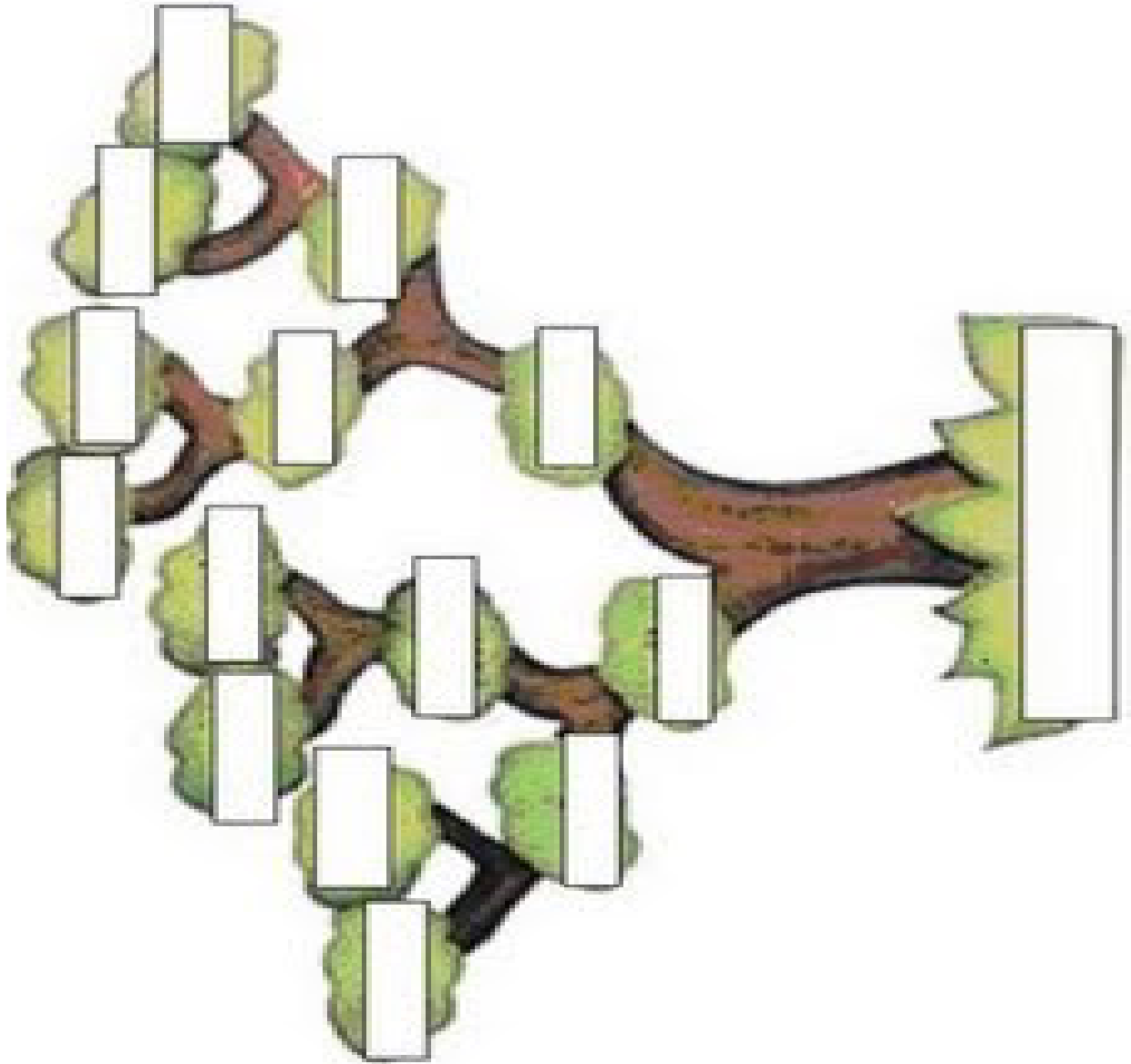
Você sabe o que é uma Árvore Genealógica? Uma **árvore genealógica** é uma representação das pessoas que tiveram participação na existência de uma pessoa ou família, ou seja, é o histórico que levanta dados sobre os ancestrais de forma que fiquem conhecidas as conexões estabelecidas entre estas pessoas.

Como é a sua família? Escreva o nome das pessoas que moram com você, para que possamos conhecê-las. Então, agora vamos completar a sua árvore genealógica!



Bem, agora que conhecemos as pessoas que moram com você, vamos completar uma árvore maior... Converse com seus familiares e tente encontrar o maior número possível de pessoas que façam parte da sua família.

Vamos lá!



2. RIO GRANDE: A SUA CIDADE

A sua cidade chama-se Rio Grande e fica no Estado do Rio Grande do Sul, e seu país é o Brasil. Sua cidade tem uma população de aproximadamente 207.800 pessoas, segundo o **censo** de 2015.

A Secretaria Municipal de Educação possui hoje 72 Escolas Municipais de Ensino Fundamental funcionando, sendo que são 15 de Pré-escolas e 39 **Escolas Urbanas** de Ensino Fundamental, e 18 **Escolas do Campo** de Ensino Fundamental.

Atualmente, são 14.926 alunos matriculados no Ensino Fundamental, e você é um deles. O seu município possui uma história muito interessante, e tudo que existe ao seu redor é resultado desta história.

Você sabe quem administra as Escolas do município? Isso mesmo é a SMED. Mas, o que é a SMED? Para entendermos o que é, precisamos saber um pouco sobre a administração do Município. Então vamos lá!

Escola Urbana: É aquela escola localizada no centro da cidade e em seus bairros.

Escola do Campo ou Rural: Esta escola localiza-se afastada da cidade, em ilhas, ou zonas de lavouras e pecuária.

O **Censo Demográfico** é uma pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos. Através dele, reunimos informações sobre toda a população brasileira.

EXERCÍCIO:

1. Escreva o nome de três elementos de uma cidade, que encontramos somente na zona urbana e três que encontramos somente na zona rural?

.....

.....

.....

Vamos conhecer um pouco das estruturas que administram o seu Município:

2.1. O PREFEITO

O prefeito é a autoridade política mais importante do Município. Ele é responsável pela administração dos serviços públicos do Município. Uma de suas funções mais importantes é a de administrar a aplicação dos recursos (dinheiro, verbas) que seu município recebe. O orçamento municipal, montante desses recursos que o município recebe, é aprovado pela Câmara municipal (composta pelos vereadores).

O prefeito atua na prefeitura, situada no Largo João Fernandes Moreira s/n, local que pode ser visitado por qualquer cidadão do município, e é obrigação do prefeito receber seus cidadãos, pois ele é eleito pelos votos da população, para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por mais quatro.



Prédio da Prefeitura do Rio Grande.

Outra função do prefeito é cuidar para que os aspectos de responsabilidade pública da cidade, como a limpeza de ruas, programas de assistência social, coleta do lixo e outras, sejam executadas de forma eficiente. Para isso, ele nomeia secretários, que cuidam de aspectos específicos através das secretarias municipais. Dentre as secretarias, temos a da fazenda e a de esportes, por exemplo.

Também é função do prefeito **sancionar** e **revogar** leis, vetar projetos institucionais ou que não sejam de interesse público, nomear ou demitir servidores, acompanhar a execução dos programas e fiscalizar a aplicação dos recursos.

O prefeito é auxiliado por vários Secretários, distribuídos em secretarias do município, como a SMED, que é a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, ou seja, a Secretaria que cuida dos interesses de vocês estudantes. Caso tenham reclamações ou sugestões, pode procurar esta Secretaria para tentar satisfazer as suas dúvidas.

Sancionar: é o ato de dar uma sanção, no sentido de confirmar, validar ou aprovar algo.

Revogar: é o ato ou efeito de tornar nulo ou sem efeito.



PRÉDIO DA SMED - MARECHAL FLORIANO PEIXOTO N. 103

2.2. OS VEREADORES

O Vereador é a pessoa eleita pelos cidadãos para representá-los junto à administração pública, ditando as leis necessárias sem, contudo, ter nenhum poder de execução administrativa. Portanto, não pode prometer, já que não tem poderes para cumprir e/ou realizar: obras, resolver problemas da saúde, da educação, do esporte, da cultura, do lazer, do esporte, do meio ambiente, do trânsito, dos loteamentos e das casas populares, etc. Sua atribuição é auxiliar na administração, através de Indicações e/ou Requerimentos.



Câmara de Vereadores – General Vitorino n. 441

Os Vereadores têm quatro funções principais:

1. **Função Legislativa:** consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis, buscando organizar a vida da comunidade;

2. **Função Fiscalizadora:** o Vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do orçamento. Também fiscaliza através do pedido de informações;

3. **Função de Assessoramento ao Executivo:** esta função é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, participação da sociedade e a realização de audiências públicas;

4. **Função Julgadora:** a Câmara de Vereadores tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do Prefeito e dos Vereadores.

Exercícios?

1- Agora que você já sabe quais os deveres dos vereadores, imagine que você tenha um problema que deva ser resolvido por eles, depois invente um nome fictício para um vereador, e faça um bilhete solicitando aquilo que você tem direito. Não esqueça precisa fazer parte das funções dos vereadores.

Começa assim....

Senhor Vereador, escrevo para Vossa Senhoria, para

.....

.....

.....

QUEM SÃO OS VIZINHOS DA NOSSA CIDADE?

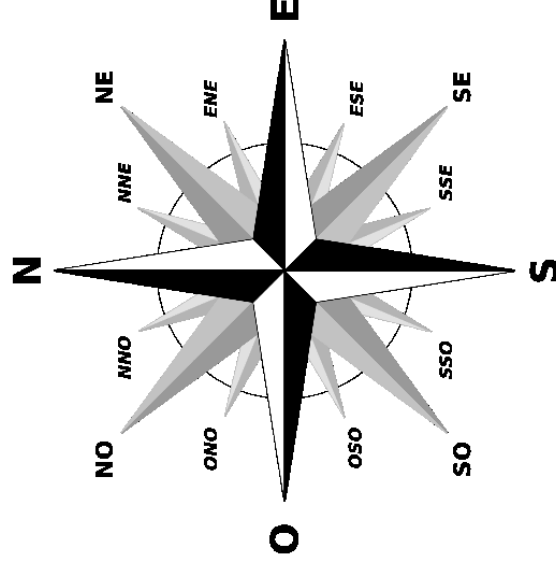
LIMITES

Ao Norte: Município de Pelotas e Laguna dos Patos conhecidos como Lagoa dos Patos;

Ao Sul: Município de Santa Vitória do Palmar;

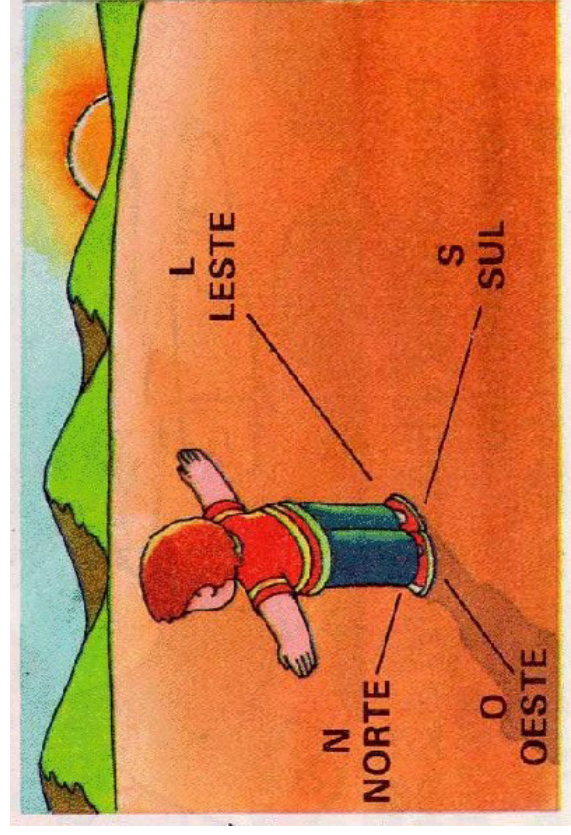
A Leste: Oceano Atlântico e Canal do Rio Grande;

A Oeste: Municípios de Pelotas, Arroio Grande e Lagoa Mirim.



COMO LOCALIZAR-SE UTILIZANDO OS PONTOS CARDEAIS

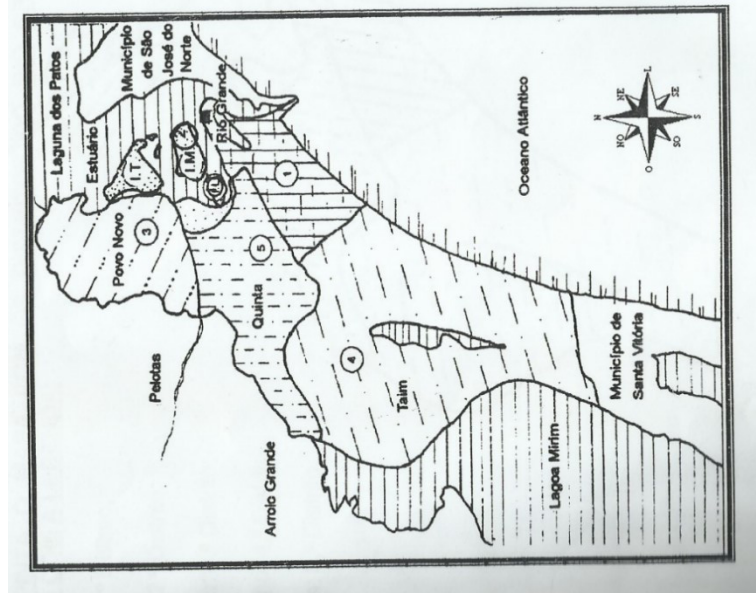
Os Pontos Cardeais: Os pontos cardeais, também conhecidos como pontos de referência, são pontos básicos para determinar a orientação no espaço terrestre, relacionados com a posição do sol durante o dia. O sol nasce todas as manhãs, aproximadamente, no mesmo lado do horizonte e, ao entardecer, se põe no lado oposto. Estes dois lados foram tomados como ponto de referência e, a partir deles, os pontos cardeais foram estabelecidos.



Os quatro pontos cardeais são: Norte (N), também denominado de setentrional ou boreal; Sul (S), também chamado de meridional ou austral; Oeste (O ou W), também conhecido como Ocidente; e Leste (E), chamado de Oriente. Os pontos cardeais dão um sentido, uma direção; no entanto, sozinhos não dão a localização exata de um ponto na superfície terrestre, pois é um instrumento utilizado para trabalhar em pequenas distâncias.

2.3. COMO ESTÁ DIVIDIDO O NOSSO MUNICÍPIO?

Distrito é uma divisão administrativa dentro de um município. Sua criação, desmembramento ou fusão, se faz por lei municipal. O município do Rio Grande tem sua área distrital dividida em cinco distritos.



DIVISÃO DISTRITAL

1º Distrito: denomina-se Rio Grande e tem como sede a cidade do Rio Grande. Está subdividido em 1º Sub-distrito: Cidade do Rio Grande; 2º Subdistrito: Balneário Cassino.

2º Distrito: denomina-se Ilha dos Marinheiros e tem como sede a Vila do Porto do Rei. Abrange além da Ilha dos Marinheiros, as ilhas das Pombas, dos Cavalos, da Pólvora, do Leonídio, Caldeirão, Cabras e Constância.

3º Distrito: denomina-se Povo Novo e tem como sede a Vila do Povo Novo. Abrange também as ilhas da Torotama, Carneiros, Mosquitos e Martin Coelho.

4º Distrito: denomina-se Taim e tem como sede a Vila do Taim. Abrange, ainda, as ilhas Grande e Pequena.

5º Distrito: denomina-se Vila da Quinta e tem como sede a própria Vila da Quinta.

EXERCÍCIO:

1. Os bairros pertencem aos distritos, portanto você mora em um dos distritos do Rio Grande. Você sabe a qual distrito pertence o seu bairro? Então, diga em qual bairro você mora e a qual distrito ele pertence.

.....
.....

3. RIO GRANDE, QUEM SÃO TEUS ANTEPASSADOS?

3.1. OS INDÍGENAS

Todas as cidades têm uma história própria e que está ligada a outros eventos, ou às outras cidades, ou até mesmo ligada a outros países, como a história do Brasil. Alguém sabe, qual seria este país? Isso mesmo, o país é Portugal.

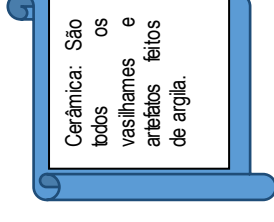
A chegada do brigadeiro português José da Silva Paes em Rio Grande, no ano de 1737, é considerada o marco para o início da cidade do Rio Grande, pois fundou aqui o forte e presídio Jesus Maria José onde, atualmente, é a Praça 7 de Setembro; neste mesmo local, hoje temos o Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller.

Mas, será que a história do Rio Grande começa, realmente, com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes? Se considerarmos como ocupação portuguesa, sim. Contudo, se pensarmos nos primeiros habitantes não, pois a região onde está localizada a cidade, um dia já foi ocupada por grupos indígenas que viveram aqui por milhares de anos.

Antes da colonização, o nosso Estado era habitado por diversas nações indígenas, com uma vasta cultura material (**artefatos de cerâmica, pontas de flechas e de lanças, machados de pedra, moedores, etc.**), a região de Pelotas e Rio Grande era povoada pelas tribos charruas e minuanos, já extintas. Entretanto, restam ainda, no Rio Grande do Sul, alguns remanescentes dos povos Guaranis e Kaingang.

De acordo com as pesquisas do arqueólogo Pedro Mentz Ribeiro, antes da chegada dos portugueses no chamado Período pré-colonial, no Rio Grande do Sul, existiam três grandes nações que ocupavam todo o Estado.

Os povos umbu chegaram há 12 mil anos, passando a se chamar umbu-vieira, quando começaram a produzir **cerâmica** em um estágio mais avançado.



Sabemos que os Charruas e os Minuanos eram povos caçadores, coletores, ou seja, caçavam animais e colhiam alimentos, como folhas e frutas. Fabricavam utensílios de barro, madeira, pedras e couro, como a **boleadeira**, e o laço. Também alimentavam-se de carnes assadas em brasas e faziam uma bebida à base de erva Mate. Eles não cultivavam plantas e utilizavam materiais encontrados na natureza com a finalidade de se defenderem. Conheciam ervas medicinais para diversos tratamentos. Viviam próximo aos rios e lagoas, como a Laguna dos Patos.

Boleadeira é uma espécie de funda, uma arma muito utilizada pelo gaúcho para caçar nas grandes pradarias do pampa.

A boleadeira é composta de bolas metálicas ou pedras arredondadas amarradas



Boleadeira

MAS, ONDE ESTÃO ESTES INDÍGENAS, HOJE?

EXTINÇÃO – Basicamente dois fatores contribuíram para a extinção destes grupos. Um deles foi a ocupação dos colonizadores nesta região, obrigando-os a buscar novos territórios, que não dominavam. Outro fator que contribuiu para a extinção destes povos foi a **Guerra do Prata**. Os charruas lutaram ao lado dos espanhóis e os minuanos junto dos portugueses. Eles não eram um povo preparado para a guerra e acabaram morrendo.

Em torno do Século XVI, ocorreram várias batalhas entre espanhóis e portugueses interessados em dominar o território do Rio Grande do Sul, que denominou-se **Guerra do Prata**.

OS ÍNDIOS CHARRUAS



Os índios Charruas eram considerados habilidosos cavaleiros, os indígenas que não morreram descolocaram-se pelo Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Muitos foram trabalhar nas estâncias de criação de gado e foram sendo assimilados pela sociedade.

Fonte: <http://construindohistoriahoje.blogspot.com.br>



Família de charrúas fotografada no final do século XIX, no Uruguai.

Os grupos indígenas que viveram no Rio Grande do Sul, antes dos conquistadores, viveram aqui por mais de 12 mil anos e possuíam uma sociedade bem desenvolvida com seus próprios deuses, rituais, laços familiares e sociais. Os conquistadores em pouco mais de duzentos anos, acabaram totalmente, não só com o modo de vida dessas pessoas como acabaram extinguindo completamente estas populações. Foi a cobiça e a falta de respeito pela cultura indígena que permitiu que isso acontecesse.

EXERCÍCIO:

1. Você conhece alguém de origem indígena?

.....

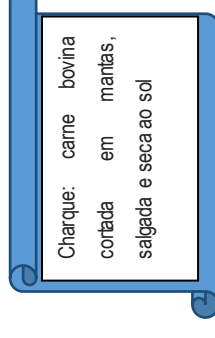
.....

.....

3.2 OS NEGROS

Rio Grande abriga o último porto brasileiro no extremo sul do Brasil antes da fronteira e antes da entrada do Rio da Prata, que separa Uruguai e Argentina ao leste. Em função de sua posição geográfica, o comércio e a segurança militar estão na origem de seu povoamento, sendo possível afirmar que desde a sua fundação, em 1737, a movimentação portuária e comercial fora uma constante, recebendo inúmeras embarcações e com elas pessoas e também mercadorias.

No final do século XVIII, a cidade de Pelotas destacou-se pela grande produção de **charque**, tornando toda região muito movimentada, a vila do Rio Grande, além de manter as atividades de comércio, ainda possuía um território de grandes proporções, contendo muitas propriedades agrícolas. A Vila do Rio Grande possuía negócios de diferentes atividades, tanto rural como urbana. A atividade charqueadora exigia muitos trabalhadores, e nessa época a mão de obra utilizada pelos europeus em suas colônias, era o trabalho escravo.



Relatos de moradores levaram-nos à “chácara da charqueada”, localizada nas imediações da FURG, no Bairro Carreiros. Pesquisadores fizeram visita ao local, em novembro de 2010, e uma inspeção visual da superfície do solo. Este estudo superficial permitiu registrar alguns indícios de estruturas já quase desaparecidas, bem como estruturas ainda presentes. Dessa forma, foi possível confirmar a presença não só de uma casa que teria sido dos donos do local, mas também, vestígios de uma senzala ou algo semelhante.

Os escravos eram pessoas raptadas de sua terra natal, a África, e trazidas contra a sua vontade para serem escravizadas. Esse comércio de seres humanos resultou em uma grande quantidade de africanos e descendentes em nossa região.

Estas pessoas trazidas de suas terras possuíam uma organização social própria, viviam em seus reinos e aldeias, onde possuíam família, amigos, parentes e líderes. Algumas tribos possuíam reis e rainhas, plantavam, tinham cerimônias religiosas, assim como nós, só que formas diferentes.

As pessoas eram vendidas em praças e mercados, eram feitos leilões, onde as pessoas eram chamadas de “peças”. Essa era apenas uma parte dos sofrimentos que aconteciam com eles. Depois de comprados, eles eram levados para as casas, fazendas, sítios e charqueadas, onde eram obrigados a trabalhar sem receber nada por esse trabalho e ainda, poderiam ser castigadas fisicamente, com açoites, chibatadas, e outras tantas crueldades que sofriam.

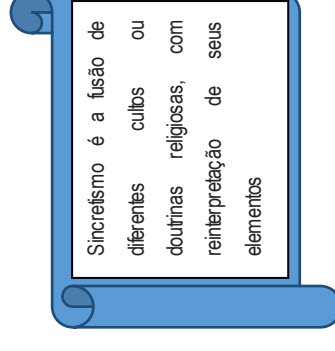
Mas, não pense que os escravos aceitavam facilmente essa situação, eles resistiam de todas as formas que estavam ao seu alcance e foram muito bravos e corajosos. Os escravos resistiam de vários modos aos maus tratos da escravidão e as fugas eram uma das formas mais comuns de resistência à escravidão imposta. Os escravos fugiam e escondiam-se em comunidades chamadas de Quilombos, tanto que existiram vários quilombos na região.

Na cidade do Rio Grande existiu o Quilombo do Negro Lucas, localizado na Ilha dos Marinheiros. Por dez anos esse local abrigou escravos fugitivos. Mesmo quando o negro Lucas, fundador desse quilombo foi morto, as fugas continuaram até o decreto da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888.

Embora tenham sido tratados duramente, e seus hábitos e costumes tenham sido ignorados por seus senhores, esses bravos, de forma muito inteligente, conseguiram preservar a essência de sua religião, principalmente, no Candomblé, ou mesmo na Umbanda que é uma religião brasileira com características católicas através do **sincretismo**, e forte ligação com deuses africanos.

Também, na alimentação, os escravos deixaram alguns dos mais deliciosos pratos da culinária brasileira: a feijoada. Os escravos tinham como base de sua alimentação, o feijão, eles acrescentavam partes do porco que os seus senhores não comiam, como as patas, as orelhas, e os rabinhos. Todos esses ingredientes fazem parte do prato mais conhecido do Brasil. Da mesma maneira, o mocotó; também feito de partes menos nobres da vaca, como as patas, o mondongo, dentro outras.

Os escravos deixaram um maravilhoso patrimônio cultural; no entanto, mesmo com o fim da escravidão, as pessoas negras não foram acolhidas na sociedade de brancos, saíram de sua condição de escravo, mas permaneceram à margem da sociedade



por falta de oportunidades. Estes ex-escravos foram pais de várias gerações de pessoas como poucas oportunidades e que continuaram sofrendo com a discriminação, e racismo.

Ainda hoje, a situação das pessoas negras é debatida e discutida por diversos seguimentos da sociedade, buscando uma maior visibilidade para a realidade do racismo, que não é um fenômeno recente na história da humanidade. Quando o progresso técnico permitiu à Europa dominar o mundo, a partir do século XV, várias teorias surgiram para explicar e justificar esta dominação dos brancos sobre os negros, tanto que até defendiam a ideia de existir, na Europa, uma raça superior às outras, o que, segundo eles, justificava atos bárbaros cometidos, tanto nas metrópoles, quanto nas colônias.

Hoje, um dos focos da discussão consiste nas desigualdades sociais entre negros e brancos, pois os negros ainda ocupam uma situação de desvantagem junto ao restante da sociedade. Podemos citar alguns exemplos aqui, é que embora a população do Brasil seja de mais de 50% de negros, a Câmara de Deputados Federais não passa de 9% de negros ocupando cargos políticos. Outro exemplo de luta é o sistema de cotas para negros nas Universidades que ainda divide opiniões.

No seu município Rio Grande, existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra (COMDESCON), é um órgão de caráter consultivo, normativo, participativo, monitorador, fiscalizador e avaliador das políticas que visam à promoção da igualdade racial, assim como em questões referentes às resoluções das necessidades sociais e culturais do povo negro rio-grandino.

Esse Conselho vem promovendo encontros e reuniões onde são discutidos vários assuntos, com prioridade às questões relacionadas à evasão escolar, saúde, mercado de trabalho e cotas nas universidades. Trabalham também, para obter dados referentes ao que Rio Grande absorve da mão-de-obra operária negra.

Você já ouviu falar sobre os homens e mulheres negras, que foram importantes na história do Brasil? Então, vamos falar sobre alguns:



Fonte: Make Money Online : <http://ow.ly/KNICZ>

- ❖ Francisco José do Nascimento: O Dragão do Mar, Francisco recebeu esse apelido em decorrência de sua luta contra a embarcação de escravizados.



- ❖ Dandara foi uma grande guerreira na luta pela liberdade do povo negro. Ainda, no século XVII, participou das lutas palmarinas (lutas no Quilombo dos Palmares).

Fonte: Make Money Online



- ❖ João Cândido: também conhecido como Almirante Negro, foi militar da Marinha do Brasil e líder da Revolta da Chibata, de 1910. Lutou contra a opressão e maus tratos sofridos pelos marinheiros.



- ❖ José do Patrocínio, farmacêutico e escritor, foi uma das mais importantes figuras do movimento abolicionista e republicano do Brasil.



- ❖ Estátua em Brasília que homenageia Zumbi, último líder do Quilombo dos Palmares. Escravo fugido, ele comandava a comunidade de negros que haviam escapado de fazendas e lutavam contra a escravidão.

O **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, celebrado no dia 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de **Zumbi**, o então líder do **Quilombo dos Palmares**.

3.3 OS AÇORIANOS

O Arquipélago dos Açores é um conjunto de nove ilhas vulcânicas localizadas no Oceano Atlântico que pertenceu politicamente a Portugal; hoje, é um estado autônomo. Foi deste arquipélago que vieram os primeiros colonizadores para o município do Rio Grande. Depois de chegarem a Rio Grande, partiram para outras regiões do Estado, inclusive, fundando a cidade de Porto Alegre.

O Rio Grande do Sul pertenceu a Portugal na primeira metade do século XVIII se restringia a poucos núcleos populacionais, e o centro estava na Comandância do Presídio do Rio Grande de São Pedro, ou seja, a nossa cidade do Rio Grande, que na época era o centro administrativo e militar, marcava definitivamente a presença portuguesa nessa região e garantia o domínio sobre o atual Estado do Rio Grande do Sul.

O governo de Portugal precisava ocupar a região do extremo sul do Rio Grande do Sul, para impedir os espanhóis de tomarem essas terras. Em 31 de agosto de 1746, foi publicado, nas Ilhas dos Açores, um edital que abria inscrições para os casais que almejassem transferirem-se para o Brasil. Desse modo, os primeiros casais de açorianos chegaram ao porto do Rio Grande.



Ilustração de um casal de açorianos



Monumento alusivo à chegada dos açorianos no RS

Os açorianos eram muito religiosos e trouxeram a fé católica para nossa cidade. E também muito festivos, reunindo estas duas características, a nossa cidade sempre foi palco para grandes festas religiosas, como a Festa do Divino Espírito Santo, e a Festa de São Pedro, padroeiro da cidade.

Foram também os açorianos que trouxeram o cultivo da uva para a Ilha dos Marinheiros, a maior ilha do Estado; ainda restam pequenos produtores que mantêm a tradição de elaborar a Jurupiga (também conhecida como Jeropiga). Trata-se de **mosto** de uvas com adição de álcool.

Mosto é o sumo de uvas frescas que não têm passagem pelo processo de fermentação.

O processo de elaboração lembra vinhos antigos da Ilha da Madeira. Ainda, há vinhedos na ilha, porém, das amplas áreas que já existiram, hoje há apenas dois viticultores. Parte das uvas é comprada na serra gaúcha. A venda deste vinho dá-se quase que na

totalidade pelo turismo na ilha ou lojas de artesanato na cidade do Rio Grande. Corre grave risco de desaparecimento em decorrência do êxodo rural e pela consequente perda das tradições.



EXERCÍCIOS:

I- Analise as figuras, abaixo, e identifique de qual etnia herdamos estes hábitos, danças e alimentos:
(1) INDÍGENAS (2) PORTUGUESES (3) NEGROS



()



()



()



()



()



()

II. Pesquise entre seus vizinhos, amigos e familiares qual a origem dos seus antepassados?

.....
.....
.....

4. VOCÊ SABE O QUE É PATRIMÔNIO?

Bem, vamos começar pensando sobre todas as coisas que são seu patrimônio e você não sabia.

Vamos lá!

Já estudamos que a sua cidade é cheia de ricas histórias e que muitas pessoas construíram tudo que existe hoje, e muitas delas eram pessoas muito parecidas com você, também tinham sonhos, vontades; enfim, eram trabalhadores, donas de casa, estudantes, pescadores, comerciantes, pessoas simples.

Estudamos que a nossa cidade foi fundada por colonos portugueses e que, depois muitos africanos, escravizados foram trazidos, à força, para trabalharem aqui e que muitos indígenas já viveram aqui. Bem, todas estas pessoas, todos estes povos deixaram a sua marca em nossa sociedade, todos viveram, tiveram seus filhos, suas famílias, e as mais diversas atividades foram desenvolvidas. Então, tudo que já foi vivido, construído, faz parte de seu Patrimônio.

Logo, podemos dizer que Patrimônio é o termo utilizado para designar o conjunto de bens de uma coletividade. Então, Patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem, superstições, rituais, festas, entre outros aspectos.

Uma das principais fontes do patrimônio cultural está nos sítios arqueológicos, que revelam a história de civilizações antigas e fazem parte do **PATRIMÔNIO MATERIAL**. Assim como em Rio Grande tem os casarões antigos, antigas fábricas, como a Rheingantz, ou o Pórtico na entrada da cidade, todas estas construções fazem parte do Patrimônio Material da nossa cidade.

Do **PATRIMÔNIO IMATERIAL**, faz parte tudo aquilo que não pode ser tocado, as histórias infantis que foram contadas geração após geração, as brincadeiras, as danças, as lendas, as festividades tradicionais e religiosas, tudo isso é parte de seu Patrimônio Imaterial.

4.1. PATRIMÔNIO MATERIAL DO RIO GRANDE

Vamos entender melhor!

4.1.1. A Religiosidade

A cidade do Rio Grande possui muitas igrejas e templos religiosos, vamos estudar alguns e saber um pouco sobre a sua importância para a cidade. Primeiro, vamos analisar três igrejas católicas da cidade, as quais representam momentos bem interessantes em sua história.

A CATEDRAL DE SÃO PEDRO

A sua construção teve início no ano de 1752, e seu prédio é em estilo Barroco colonial português, sem maiores adornos, devido às dificuldades financeiras enfrentadas na época, pela Real Fazenda.

Foi o General Gomes Freire de Andrada quem mandou construir, a pedido do vigário Padre Manoel Francisco da Silva, a partir do projeto do Ten. Engenheiro Manuel Vieyra Leão, que utilizou o material e os operários que trouxera para a construção da residência do governador.

Eles construíram a capela-mor e a frontaria, e ao povo coube construir o corpo da Igreja. A Catedral de São Pedro está localizada no Largo Dr. Pio, rua Bacelar (Calçadão), e é hoje um dos pontos centrais da



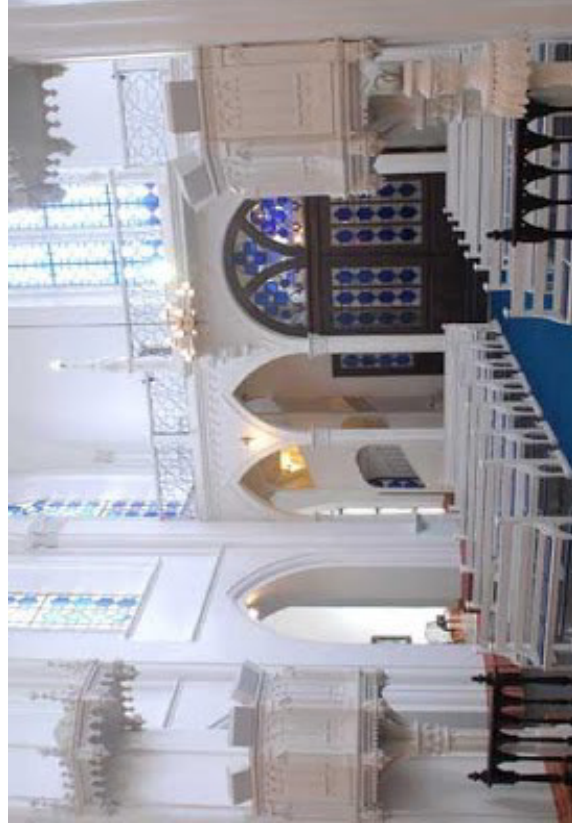
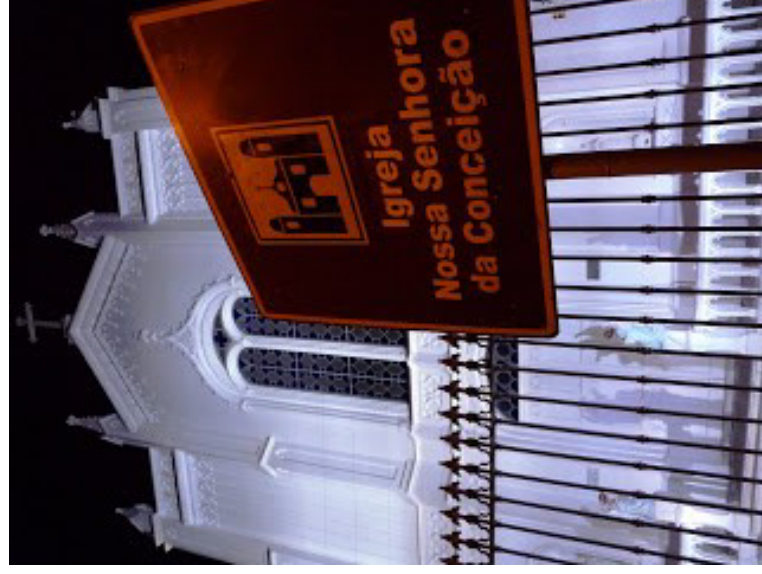
cidade; um local escolhido, não só para manifestações religiosas mas, também, é um espaço que a população utiliza para manifestações, festividades, e apresentações populares.

A IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Está localizada junto à Praça Sete de Setembro. É uma edificação em estilo neogótico, erguida onde existia o forte Jesus, Maria e José. Seu interior abriga imagens belíssimas.

Teve sua construção realizada em duas etapas: a primeira, uma capela, começou a ser erguida em 1872, e concluída em 1874, o que hoje, representa o altar da igreja. A segunda etapa foi uma ampliação que iniciou, em 1888, e terminou em 1890, como se encontra hoje.

Esta igreja tem um aspecto bem especial, embora ela seja uma igreja católica, os umbandistas participam das



festividades dessa comunidade, pois no sincretismo, Nossa Senhora da Conceição representa Oxum, uma entidade feminina da Umbanda e do Candomblé.

IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO

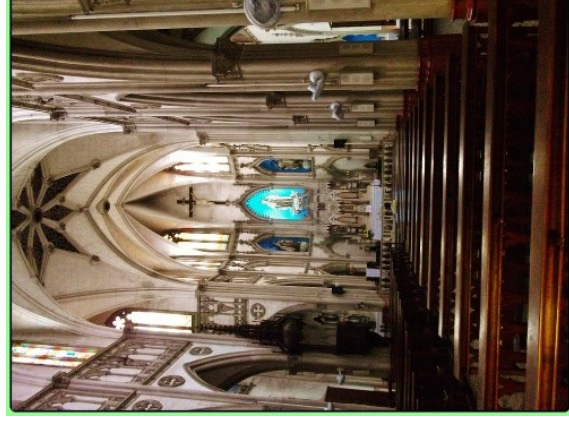


Construída em estilo neogótico, foi inaugurada em 22 de abril de 1938. Pertence à ordem das Carmelitas Descalças. É um dos mais belos templos do Estado.

Em sua fachada podemos admirar vitrais, abóbadas, três portas ogivais, delicados rendilhados e nervuras. Na grande arcada aparece uma rosácea com elementos florais geometrizados.

No topo pode ser vista a estátua de Nossa Senhora do Carmo, enquanto na base dos campanários existem inúmeras gárgulas. O altar da nave central, feito na cidade de Caxias do Sul, é em mármore de carrara e colado com cola de baleia. A pia batismal é esculpida em mármore.

A igreja é projeto arquitetônico de Frei Cyriaco da Virgem do Carmo, religioso carmelita de nacionalidade espanhola. Em 1983, constatou-se a infiltração de salitre e gases poluentes nas agulhas das altas torres. As torres tiveram que ser cortadas. Mas, com apoio da comunidade, foram reconstruídas em 1991.



IGREJA DO BOM FIM



Desde 13 de agosto de 1843, junto ao cemitério do Bom Fim, existia a Capela do Bom Fim. Em 1866, com recursos da Irmandade do Bom Fim, no lugar da antiga Capela começou-se a construção da atual igreja. A conclusão das obras ocorreu no ano de 1887.



CAPELA DO TAIM



Nome pelo qual é conhecida a Capela de Nossa Senhora da Conceição, situada no povoado do Taim, no 4º Distrito do Rio Grande, próximo da Lagoa Mirim.

Foi construída em 1785, sendo chamada pelos espanhóis de "Capela de São Pedro", por estar no continente de São Pedro. Em 1844, foi reconstruída tendo entre seus patrocinadores o famoso Capitão Faustino Corrêa, fazendeiro da região. Foi concluída dois anos depois, quando foi criada a Freguesia do Taim.

Embora o aspecto arquitetônico singelo represente a hegemonia da igreja durante o império; em seu frontispício, encontra-se um "Relógio de Sol", que constitui motivo de curiosidade para os turistas. Recentemente, uma equipe de técnicos da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), realizou estudos e trabalhos arqueológicos nesta Capela e encontrou vestígios da existência de outra Capela no mesmo local, que pode ter sido construída por volta do ano de 1700.

Não foi o primeiro prédio religioso construído no local, pelo menos duas outras já haviam sido erguidas ali. Uma delas de madeira, a qual teve uma das paredes queimada. Conforme os estudos cogita-se que a primeira Capela tenha sido erguida para acompanhar um corpo da guarda de fronteira. A estrutura pode ter sido abandonada durante os 13 anos de ocupação espanhola.

IGREJA ANGLICANA DO SALVADOR



É o único prédio religioso da cidade construído com pedra em estilo neogótico inglês. O prédio apresenta-se conservado, mantendo os detalhes da fachada.

Neste tempo da Igreja Episcopal Brasileira, com origem anglicana, observa-se belíssimos vitrais e um painel de azulejos pintados à mão onde se destacam a figura de Cristo caminhando sobre as águas, em grande proporção. Em seu jardim encontra-se o busto do Bispo Kinsolwing.



Igreja Anglicana do Salvador

IGREJA BATISTA

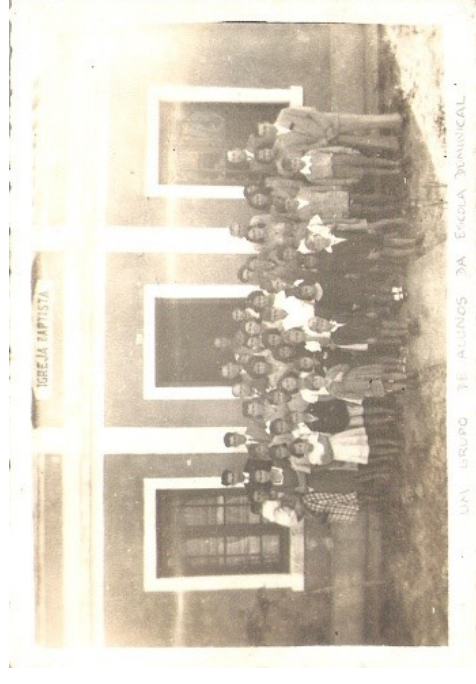


A chegada dos Batistas Brasileiros na cidade de Rio Grande aconteceu com um ponto de pregação da Primeira Igreja Batista de Pelotas. O Missionário Alberto Laffayett Dunstan, responsável pelo campo Pelotas/Rio Grande, juntamente aos demais membros da Igreja Batista de Pelotas, resolveram abrir um ponto de pregação na cidade marítima, num prédio junto à Avenida Rheingantz, número 726, hoje Av. Presidente Vargas.

A evangelização progrediu e muitas pessoas foram batizadas. A congregação organizou-se em Igreja, no dia 23 de abril de 1936. Segue a relação dos primeiros membros da igreja que receberam as suas cartas “demissionárias” da

Primeira Igreja Batista de Pelotas: Felisberto A. da Silva, Eugênia M. da Silva, João Braunstein, Judith Braunstein, Miguel Braunstein, Nahir F. Braunstein, Napoleão Caldeira, Marieta Mello Caldeira, Luiz Antiqueira, Antônio Paula, Irene Figueira, Arnaldo R. Louzada, Anna Correia Simões, Lourdes Correa Simões e Dorildes Martins.

Em 1956, o lugar dos cultos passou a ser na rua Aquidaban, nº 664, onde mais tarde seria construído o novo templo, que permanece até os dias atuais.



FESTA DE YEMANJÁ



A cidade do Rio Grande tem uma grande tradição ligada às religiões de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé, sendo a Festa de Yemanjá, uma das maiores festas religiosas do Estado, atraindo mais de 120 mil pessoas à praia do Cassino.

São centros religiosos de todo o Estado e também de países vizinhos como Uruguai e Argentina, que prestigiam a festa.

Os Terreiros de Umbanda apresentam uma riqueza patrimonial histórica e cultural única. Estas são reveladas através da sua relação com a dança, com a

musicalidade e a devoção, repletas de simbolismos e interligações de matrizes culturais tanto africanas, como indígenas e portuguesas.



Exercícios:

1. Escreva ao lado da palavra se é um Patrimônio Material ou Patrimônio Imaterial:

- a) Igreja Nossa Senhora do Carmo:
- b) Festa de Yemanjá:
- c) Estátua de Yemanjá:
- d) Festa do Divino Espírito Santo:
- e) Jurupiga:

Exercícios:

1- Quais outros eventos acontecem em Rio Grande que podem ser considerados como patrimônio de sua cidade?

.....

.....

2- Você conhece alguém que benze? A Benzedura é um patrimônio material ou imaterial?

.....

.....

.....

.....

.....

4.1.2. Rio Grande: A Cidade conta histórias através de seus prédios, monumentos e praças

A cidade do Rio Grande possui inúmeros prédios históricos, com uma arquitetura rica, e que preserva a história de um tempo que já passou, mas que deixou suas marcas na paisagem rio-grandina.

Vamos, então, fazer uma viagem pelos prédios, monumentos, casarões e casas antigas da cidade. Você conhece algum destes lugares? Vamos entrar em sua cidade e visitar primeiro as praças e monumentos!

Pórtico do Rio Grande

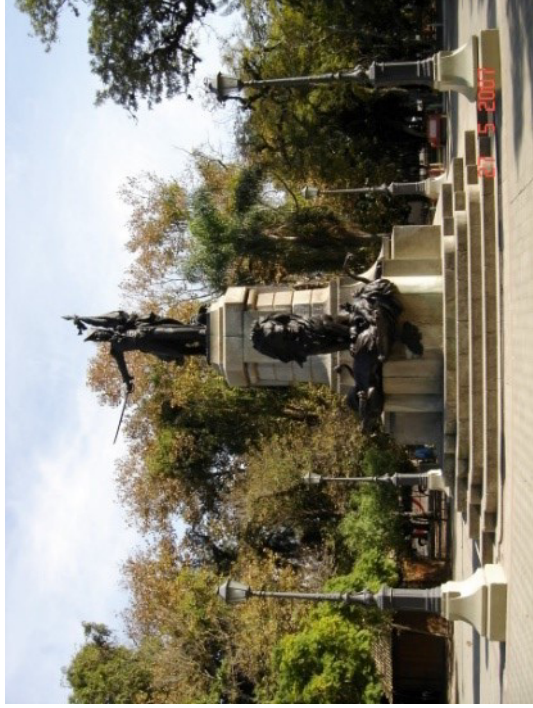


O pórtico da cidade do Rio Grande foi construído, em 1950, no formato de uma máquina de costura, representando as grandes indústrias têxteis do Rio Grande, em décadas passadas. Sua localização é a mesma onde, no século XVII, existia um portão de entrada na cidade.

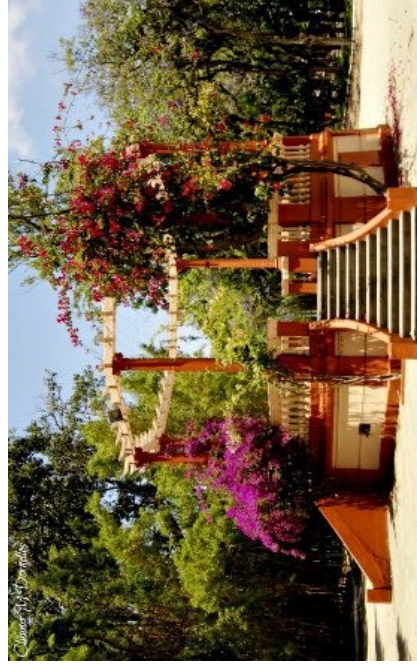
Praça Tamandaré

É considerada a maior praça do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesta praça de recantos de grande beleza, lagos e diversas pontes, o visitante poderá apreciar um chafariz em estilo inglês e várias obras de arte como a escultura do jornalista e a imagem de Jesus no lago, ambas do artista rio-grandino Érico Gobi; a escultura da mulher com o jarro, e de Napoleão Bonaparte. Poderá conhecer o monumento túmulo de Bento Gonçalves, líder da Revolução Farroupilha, de autoria do escultor português Teixeira Lopes, inaugurada no ano de 1909. Poderá, ainda, visitar o monumento a Tamandaré e o mini-zoo.



Lões da Praça representam luta entre irmãos, na qual não houve vencedores nem vencidos.

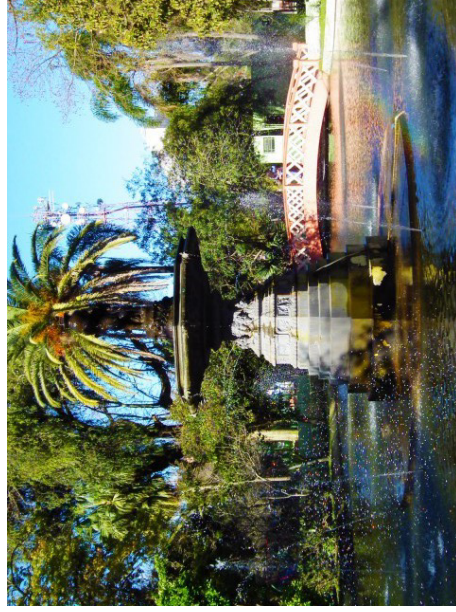


Coreto da Praça Tamandaré

Estátua de Erico Gobbi



- ❖ Este Jesus foi uma aparição em maio de 1976, ao escultor Érico Gobbi, e foi dada à cidade pelo escultor.



Chafariz dos Anjinhos

Lago da Garças

PRAÇA XAVIER FERREIRA

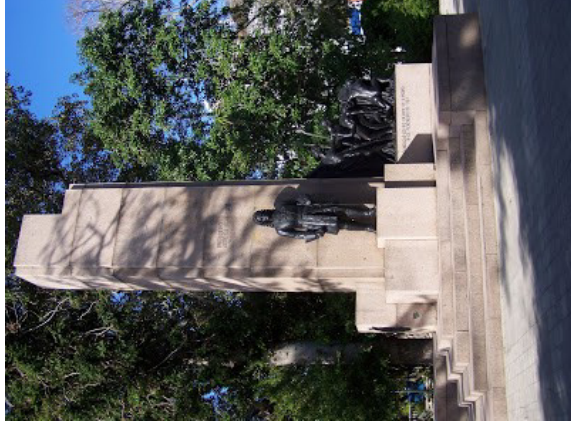


A Praça Xavier Ferreira, localizada no centro da cidade do Rio Grande, recebeu esse nome em homenagem ao jornalista Francisco Xavier Ferreira, durante as comemorações do primeiro centenário de elevação da vila do Rio Grande à cidade, em 26 de junho de 1935. Possui uma beleza singular por seus arbustos transformados em figuras diversas, trabalho paciente dos jardineiros. Considerada uma das praças mais bonitas e bem conservadas, tem jardins floridos e lixeiras bem distribuídas, embora alguns de seus monumentos estejam pichados. Um diferencial é que as árvores possuem plaquinhas de identificação das espécies. No horário do almoço, muitos trabalhadores das redondezas fazem desta praça o seu lugar de descanso.

Além disso, é na Praça Xavier Ferreira que está o monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, fundador da cidade. A praça é sede também de outras obras de arte, como o busto a Alfredo Ferreira Rodrigues, a carta-testamento do presidente Getúlio Vargas (próxima do chafariz, de 1955) e a Pira da Pátria. Também, é local de diversos eventos culturais e em seu entorno estão alguns dos prédios mais antigos e mais importantes da cidade, como o da Alfândega, o da Câmara de Comércio, o do Mercado Público, o da Biblioteca Rio-Grandense e o da Prefeitura Municipal.



Na esquina entre as Ruas Marechal Floriano Peixoto e a Rua Andradas, ou no centro da praça, em torno do chafariz, acontece o “Bailinho da Melhor Idade”. Durante a tarde de um sábado por mês, casais dançam ao ar livre ao som da tradicional Banda Rossini.



Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes

O monumento, localizado na Praça Xavier Ferreira, no centro histórico, ostenta uma coluna de pedra com oito metros de altura, frente da qual se vê a figura do brigadeiro em uniforme de gala. Ao seu lado, um grupo de personagens representa os construtores da nova pátria: soldados, escravos, índios e obreiros brancos em homenagem às três raças, que forjaram a grandeza do Brasil.

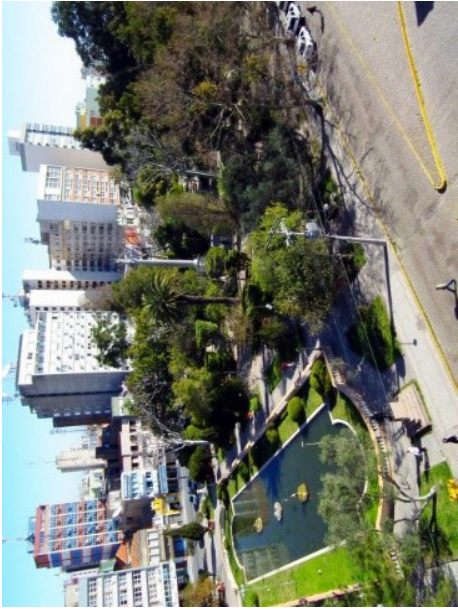


Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+1822d,,monumento-ao-brigadeiro-jose-da-silva-paes.html>



Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+1822d,,monumento-ao-brigadeiro-jose-da-silva-paes.html>

Monumento à Mãe: instalado em 1948, na Praça Xavier Ferreira, foi o primeiro monumento do Brasil em homenagem à Mãe. A obra é de autoria do escultor Matteo Tonietti, com a participação do escultor rio-grandino Érico Gobbi.



Visão Superior



Escultura



Monumento à Liberdade



CHAFARIZ CENTRAL



CAMINHOS E PASSEIOS DA PRAÇA



Estátua

As belezas das praças de sua cidade são muitas. Aqui, você conheceu as duas maiores praças urbanas de sua cidade; contudo, existem outras que também trazem beleza, frescor e um lugar agradável para se passear.

Comente com seus colegas de aula, sobre outras praças que você conhece ou, outros detalhes das praças que acabamos de estudar.

EXERCÍCIOS:

1- Você já visitou a Praça Xavier Ferreira? Então, faça um pequeno texto e um desenho contando o que mais chamou a sua atenção? Se você nunca esteve nesta praça, faça um desenho reproduzindo um dos monumentos citados acima e peça para seus familiares, quando forem até o centro de sua cidade, levarem você até lá para conferir se o seu desenho está parecido.

.....

.....

.....

.....



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Entre os muitos portugueses que cruzaram o Atlântico, tivemos a figura deste apóstolo da cultura João Barbosa Coelho, fundador, na data de 15 de agosto de 1846, da Bibliotheca Rio-Grandense.

Busto de Barbosa Coelho

João Barbosa Coelho nasceu na cidade do Porto, em 1819, e morreu provavelmente com a idade de 90 anos em Lisboa, no ano de 1909. Chegou ao Brasil em 20 de novembro 1820. Exercendo a profissão de guarda-livros, permaneceu alguns anos na Bahia e, depois, no Rio de Janeiro.

Aportou no Rio Grande, em 21 de outubro de 1845, e torna-se sócio do estabelecimento mercantil de Manuel Marques das Neves Lobo, com a razão social Lobo & Cia. No ano seguinte, em 1846, reúne vinte e um idealistas, apreciadores das letras, e juntos fundam um Gabinete de Leitura.

Anos mais tarde, essa instituição passa a denominar-se Bibliotheca Rio-Grandense. É uma das mais antigas instituições culturais do Rio Grande do Sul. Seu acervo é riquíssimo, conta com mais de 450.000 volumes. Guarda peças significativas referentes à Guerra do Paraguai e à história do nosso Estado.

Mais de 2.000 obras raras podem ser encontradas nesta biblioteca, que ocupa um prédio em estilo neoclássico.



4.2. PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Você percebe que tudo que existe ao seu redor faz parte da vida de todas as pessoas que vivem ou já viveram na sua região? Certo.



E você percebeu que tudo isso acontece em um ambiente natural? As pessoas modificam a natureza conforme vão construindo suas casas, suas fábricas; derrubam florestas para plantar seus alimentos e criar seus animais, desviam o rumo dos rios, constroem pontes que ligam lugares que antes eram separados e assim organizam e adaptam a natureza da maneira que melhor lhes convém.

Por essa razão precisamos conversar sobre o Patrimônio Ambiental.

Precisamos refletir sobre o Patrimônio Ambiental, que são todos os bens relacionados ao meio ambiente natural. Toda a natureza existente em uma comunidade, e que lhe dá valor, às vezes podendo atrair turistas, ou possibilitar que pessoas vivam e desenvolvam algum setor econômico.

RIO GRANDE POSSUI UM GRANDE PATRIMÔNIO AMBIENTAL

A cidade do Rio Grande se caracteriza por uma natureza exuberante em sua diversidade. Observe o mapa ao lado. A cidade é rodeada por águas, temos a Laguna dos Patos, a Lagoa Verde, o Canal da barra e o Oceano Atlântico.

Rio Grande tem um relevo que se caracteriza também, por uma planície costeira, que apresenta um solo arenoso, onde em várias áreas podemos encontrar um lençol freático baixo (se você cavar cerca de 3 metros

poderá encontrar água doce no subsolo. Chamamos de Poços Artesianos). O município possui muitos banhados e animais típicos desse tipo de área. Temos a Capivara, o ratão do banhado, a garça branca.

Observe as imagens, abaixo:



turisticos/detalhes+8603,,estaca-ecologica-a-do-taim.html



Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos->

Garça Branca



Existem banhados não só na Reserva Ecológica do Taim, mas também na zona urbana da cidade do Rio Grande, podemos encontrar banhados nos bairros Bolacha, Cassino, na Quinta e também em alguns lugares como bairro Carreiros e Senandes (No Senandes encontramos a Lagoa Verde, uma APA (Área de Proteção Ambiental)).

EXERCÍCIOS:

1. Você conhece algum banhado? Já viu algum desses animais? Em seu caderno conte essa história para nós, caso você nunca tenha visto um banhado ou nenhum desses animais, desenhe animais de sua cidade que você já viu.

.....
.....

O clima da região é Subtropical marítimo, com temperatura mínima de 2°C e média normal de inverno de 13,4°C. No verão, a temperatura mínima é de 18°C e a média normal é de 22,6°C, com uma umidade relativa do ar variando entre 77% e 90%.

A água doce da Laguna recebe a água salgada do Oceano Atlântico, formando um estuário. Nesse local, o ambiente formado proporciona um canal natural, que se presta à navegação de grandes e pequenas embarcações, que representam uma importante fonte de renda para o município, tanto para o transporte de mercadorias do porto como, também, a pesca. Circundando a cidade, existem várias enseadas rasas formadas por águas da Laguna, denominadas Sacos:

- Saco da Mangueira;
- Saco do Justino;
- Saco do Silveira;
- Saco do Arraial.

Temos, também, a presença de ilhas:

- Ilha dos Marinheiros (de formação arenosa com grandes dunas centrais, e no seu entorno um solo rico que tem grande utilização em produção de hortaliças, que já foi considerada o celeiro do Rio Grande do Sul).
- A Ilha da Torotama, que é caracterizada por imensos banhados e com uma ligação tênue entre a ilha e o continente tendo como atividade econômica a pesca.

Além destas ilhas, temos várias outras, de pequeno porte, como:

- Ilha da Pólvora;
- Ilha do Machadinho;
- Ilha dos Cavalos.

Essa natureza propicia aos rio-grandinos várias formas de subsistência, onde toda essa diversidade hidrográfica oferece diversas espécies de pescado em toda a laguna e, também, no entorno das ilhas. O camarão é uma das espécies que muito movimentam todo estuário, e muitos pescadores artesanais durante o verão, dedicam-se à captura desse crustáceo.

O CASSINO

Na zona Costeira do município do Rio Grande situa-se a praia do Cassino, que vai do Molhe Oeste e se estende até o Chuí, por essa razão é chamada de **MAIOR PRAIA DO MUNDO EM EXTENSÃO**, sendo um ambiente de areias finas com declive suave, limitada por dunas de areias que constantemente são carregadas por fortes ventos dos mares gelados do Sul. O vento é um fator de grande importância nas feições das praias do Rio Grande.

Uma das características importantes da beira da praia do Cassino é o trânsito de carros, proporcionado por sua largura e uma extensão de mais ou menos 240 km sem barreiras. Atrás das dunas, percebemos um ambiente formado por grandes banhados, que cortam os campos e formam arroios e pequenos riachos, que deságuam no mar.

Esse delicado ecossistema precisa ser cuidado, alguns dos grandes problemas de nossa cidade é a poluição desse estuário. Ainda, temos grandes quantidades de esgoto sem tratamento sendo lançado, tanto no estuário da Laguna dos Patos como, também, na praia do Cassino e no Canal de acesso.

O TAIM

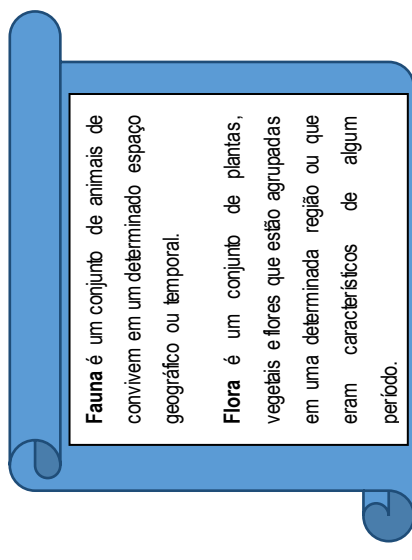
A Estação Ecológica do Taim está localizada no extremo sul do Brasil, foi criada em junho de 1979, ocupando uma área de 34.000 hectares (70% no município de Santa Vitória do Palmar e 30% em Rio Grande). Sua finalidade consiste na preservação de um grande viveiro natural de animais e vegetais distribuídos em banhados, campos, lagoas, praias arenosas e dunas litorâneas. Naquela região são encontradas **flora** e **fauna** nativas abundantes.

O Taim é um importante berçário das aves migratórias. Algumas viajam milhares de quilômetros, provenientes da região Ártica ou Antártida. Além das aves, este ambiente favorável abriga a maior variação de mamíferos do Brasil.

Encontramos, na Estação Ecológica do Taim, várias espécies de animais como: capivaras, ratões, jacarés, tartarugas, tachá, garça vaqueira, entre outras. Conhecer e ajudar a preservar o Taim garante a sobrevivência desse Patrimônio Ambiental, e das espécies que podem ser conhecidas pelas gerações futuras: um ecossistema de imenso valor científico, econômico e social.

O Taim sofre com alguns perigos como as áreas com grandes lavouras de soja e os campos ocupados com o gado. A lavoura canaliza a água dos banhados, da Lagoa Mirim e da Mangueira, para irrigar suas plantações e o gado pisoteia

os pastos e os ninhos de diversas espécies de aves. Outros problemas enfrentados pela unidade são: as queimadas, e os atropelamentos de animais na BR-471, que corta a reserva, a pesca e a caça ilegais, que são praticadas dentro da reserva também representam um problema.



5. A ECONOMIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

A economia de uma cidade, Estado ou país é distribuída em diferentes setores, sendo eles: **Setor Primário**, **Setor Secundário** e **Setor Terciário**. Você sabe o que são os Setores Produtivos?

Setor primário: esse ramo de atividade produtiva está vinculado ao desenvolvimento da agricultura (plantações), pecuária (criação de animais) e ao extrativismo (retirar da natureza: vegetais, animais e minerais). Esse setor produz matéria-prima (por exemplo, a lã ou a seda para produzir tecidos) para o abastecimento das indústrias.

Setor secundário: atua no sistema industrial, enquadrando a produção de máquinas e equipamentos, produção de bens de consumo, construção civil e geração de energia. Nesse caso, este setor atua no processamento da produção do setor primário, além de promover a distribuição dos produtos na forma de atacado.

Setor terciário: está diretamente ligado à prestação de serviços, neste estão: professores, advogados e profissionais liberais, e o comércio em geral. O setor terciário está diretamente ligado ao comércio varejista.

A economia da cidade do Rio Grande é caracterizada por uma predominância do setor secundário, numa grande interação com o **sistema viário**, liderado pelas instalações portuárias. No entanto, outros setores tiveram grande influência no desenrolar das atividades econômicas, contribuindo com etapas para o desenvolvimento integrado do Município. Fonte: FEE/IBGE.

Sistema viário é o conjunto de rodovias, ferrovias e/ou de outras formas de transportes. A partir desta definição, estabeleceu-se que: "**Sistema Viário**" é o conjunto de vias numa determinada região.

5.1 SETORES DA ECONOMIA RIOGRANDINA

5.1.1 Setor Portuário

Em apenas 10 anos, o Porto do Rio Grande cresceu em importância. Sua Superintendência ainda possui uma área de 200 hectares para instalação de novos terminais, na margem oeste do canal de acesso à Barra do Rio Grande. Dispõe de completa infraestrutura: abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações, acesso pavimentado às principais rodovias e linhas férreas.

Dos três portos organizados do Estado, o Porto do Rio Grande é o mais importante. Dotado de características naturais privilegiadas, capaz de ser desenvolvido racionalmente, em condições de atender à navegação de longo curso, que exige boas profundidades. Estes fatores o credenciaram a se tornar o "Porto do Mercosul".



5.1.2 Distrito Industrial

O Distrito Industrial do Rio Grande, com 2.500 hectares, está localizado na chamada Área do Retro Porto. Neste local, já se instalaram indústrias de fertilizantes, terminais de grãos agrícolas (soja, milho, farelos), óleos vegetais, terminais de petróleo, terminal de produtos petroquímicos (são produtos derivados do petróleo).

A cidade do Rio Grande possui o maior polo de produção de fertilizantes do sul do país. Tem 4 (quatro) indústrias que suprem o mercado do nosso Estado e região sul do Brasil, empregando cerca de 1.000 funcionários diretos.



A REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA

Inaugurada em 1937, na cidade do Rio Grande, a Refinaria de Petróleo Ipiranga marcou o início das atividades do Grupo Ipiranga e foi pioneira, no Brasil, na industrialização do Petróleo e produção de solventes para borracha.

Hoje, a Refinaria Ipiranga processa 9.300 barris/dia de Petróleo produzindo uma extensa linha de derivados: gasolina, óleo diesel, querosene, óleos combustíveis, GLP, solventes e óleos especiais. A área abastecida pela Refinaria Ipiranga abrange 21 municípios da região sul do Rio Grande do Sul, o que corresponde a 11% da demanda de combustíveis do Estado. Seus produtos especiais, solventes e óleos de processo destinam-se, principalmente, para as indústrias do Estado de São Paulo.

5.2 SETOR PESQUEIRO

A pesca, por representar o setor mais tradicional e constituir a atividade típica do Rio Grande, merece destaque no contexto econômico do Município. O pescadão industrializado no município é comercializado em três tipos de mercado, intermunicipal (entre os municípios), interestadual (entre os estados) e exterior (para outros países). Os principais produtos são constituídos de: pescadão congelado; pescadão salgado; farinha de peixe e óleo de peixe.

As espécies mais comercializadas são: camarão, miragaia, anchova, merluza, namorado, sardinha, castanha, tainha, linguado, peixe anjo, cação, savelha e outros.

5.3 A INDÚSTRIA NAVAL

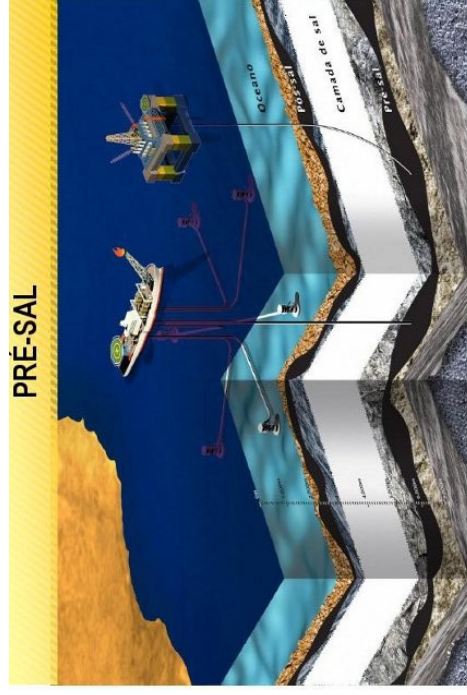
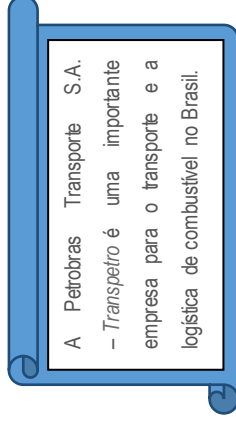
O nosso município viveu um momento social, político e econômico de grande euforia, devido à implantação de um Polo Naval e **Offshore** na área de seu porto.

A cidade do Rio Grande aspirou e acreditou em todo potencial de crescimento econômico, que um empreendimento desta magnitude significa para a economia local e regional.

Diferentemente de outros polos industriais no país, a distância do Polo Naval do Rio Grande, do centro econômico que ofereceu suas necessidades de bens industriais e de serviços, impactou fortemente não só a nossa cidade como, também, outras cidades da região, do Estado e até mesmo de outros Estados.

Offshore: A palavra é de origem inglesa que, em português, significa “afastado da costa” e é utilizada por empresas que trabalham com perfuração e exploração petrolífera em torno de uma costa litorânea

O Polo Naval é fruto de uma política nacional de renascimento da indústria naval brasileira, que antes localizava-se no centro do país. Esse renascimento é motivado pelos altos custos com afretados por parte da Petrobras, a renovação da frota da **Transpetro**, a descoberta de campos de petróleo em águas profundas (**PRÉ-SAL**).



Rio Grande preparou-se para ser um Polo Naval onde seriam construídas várias plataformas para a exploração de petróleo; e até o ano de 2015, foram construídas três gigantescas plataformas.

No entanto, a maior parte dos empreendimentos ligados ao Polo Naval do Rio Grande encontra-se em compasso de espera, em virtude dos desacertos políticos vividos pelo Brasil, durante esse ano de 2016, a perspectiva até a segunda metade do ano de 2016, é que venham para o Estaleiro Rio Grande, somente plataformas para manutenção.

Agora, o tão sonhado Polo Naval, que chegou a empregar cerca de vinte mil (20 mil) pessoas, está praticamente parado, e tem na melhor das hipóteses, em torno de 4 mil empregos diretos prometidos para o trabalho de manutenção para a PETROBRAS.

6. SÍMBOLOS DA CIDADE DO RIO GRANDE

Bandeira, brasão de armas, e hino, são símbolos cívicos que retratam a história e as características de cada município. Cada município tem sua própria história, como já vimos. Os símbolos municipais são as formas de representação destas histórias. O brasão de armas, assim como a bandeira municipal, são figuras simbólicas, insígnias que representam a identidade do município, a sua evolução política, administrativa e econômica, bem como os seus costumes, tradições, arte e religião; enfim, é a representatividade de cada município.

Além de grande parte da população desconhecer os símbolos cívicos do seu município, muitas vezes, estes foram elaborados por artistas que não possuíam nenhuma noção do que estabelece a Heráldica e a vexilologia, que são ciências que estudam os brasões e as bandeiras.

A cidade do Rio Grande tem com seus símbolos: a Bandeira, o Brasão e o Hino.



BANDEIRA



BRASÃO DE ARMAS

HINO DO RIO GRANDE

Composição: Frederico Carlos de Andrade

Sobre a areia, sempre hostil

à semente, ao fruto, à flor
tu, num ingente labor

mais louros dando ao Brasil
te ergueste, simples, mas boa
provocando em toda a gente
dos aplausos o mais quente
e a mais impulsiva loa.

Terra de Tamandaré

Porto Alegre, Netto e Dias

Tens valor, tens rija fé

tens fecundas energias Terra de Tamandaré

Porto Alegre, Netto e Dias

Tens valor, tens rija fé

tens fecundas energias

Sempre entregue ao teu afã

sempre afeita ao teu dever

tiveste a sorte, o prazer

de dar vida suave e sã

ao povo bom, cuja história

se alindou bem no teu seio

esse farto e puro veio

de tudo o que importa em glória.

Terra de Tamandaré

Porto Alegre, Netto e Dias

Tens valor, tens rija fé

tens fecundas energias

Terra de Tamandaré

Porto Alegre, Netto e Dias

Tens valor, tens rija fé

tens fecundas energias

Seja sempre o teu porvir

todo paz, e luz, e amor

sem que lhe falte o calor

que nas almas faz surgir

afeto ardente ao Direito

aos preceitos da Igualdade

aos ditames da Verdade

e de tudo o que é perfeito

Terra de Tamandaré

Porto Alegre, Netto e Dias

Tens valor, tens rija fé

tens fecundas energias

PALAVRAS FINAIS

Estudantes do Quarto Ano, professoras e professores, esta Cartilha, não pretendeu esgotar os assuntos referentes à história da nossa cidade – muito pelo contrário – mas, visa aguçá-la sua curiosidade com relação ao lindo lugar onde vivemos. Seja você rio-grandino ou não, saiba que esta cidade não tem sua importância somente por ser a cidade mais antiga de colonização portuguesa do Estado do Rio Grande do Sul ou, pelo seu famoso Polo Naval; sua importância reside no fato de que os rio-grandinos, de nascimento ou por adoção, como eu, têm o privilégio de viver em um cidade hospitaleira e acolhedora. Rio Grande possui um povo generoso, alegre, religioso e feliz.

Costumo dizer que esta é uma cidade de “estrangeiros”, afinal, Rio Grande acolhe pessoas de inúmeros lugares do Brasil, que vem para cá em busca de uma vida melhor, de oportunidades, seja para estudar e/ou trabalhar na FURG, ou os sazonais, como é o caso dos militares da Marinha do Brasil (recrutados, ou não), ou os portuários (Empresas nacionais e multinacionais, com seus funcionários), sejam pescadores e companhias pesqueiras e, como se não bastasse, temos ainda, uma praia linda e gigante, que atrai milhares de turistas no verão. Todos acolhidos, todos com o Rio Grande em seus corações, mesmo que venham a partir, posteriormente.

Rio Grande, que embora tenha dois “shopping centers”, tem ainda um dos calçadões comerciais mais movimentados do interior do Estado.

A cidade que tem seus pés fincados em suas tradições como a Festa do Mar e a Festa de Yemanjá e, ainda assim, tem um olhar para o futuro, aceitando e prestigiando o visionário Polo Naval.

Grande Rio Grande, obrigada!

REFERÊNCIAS

- BARRIOS PINTOS, Aníbal. **Caciques charruas en Territorio Oriental**. Almanaque de Seguros del Estado: 86 a 89. Montevideo, Uruguai. 1981. p.87-88
- BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. Pesquisas, Antropologia 29. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1976.
- _____. O índio Kaingáng e a colonização alemã. In: **Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**, 2, 1976. São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: Rotermond, 1976a, p. 45-71.
- _____. **Os índios Charrua e Minuano na antiga banda oriental do Uruguai**. Porto Alegre: PUCRS. 1982. 314 p. Dissertação (Mestrado em História Íbero-Americana). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1982.
- _____. **O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul**. Pré-história do Rio Grande do Sul, Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991. p. 133-159.
- _____. **Lideranças Indígenas no Começo das Reduções Jesuíticas da Província do Paraguay**. Pesquisas, Antropologia 47. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1992.Pg 17

- BRASIL, João Pacheco de Oliveira; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil Brasília**, novembro de 2006. Edições MEC/Unesco
- BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos guaranis**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: EST/Sulina, 1978.
- CARELI, Sandra da Silva. KNIERIM Luiz Claudio. Org. **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011.
- JACHEMET, Célia Silva. **Simbologia e Representações nas Festas do Divino Espírito Santo em Comunidades Católicas do Rio Grande do Sul**. Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo Winnipeg/Canadá 11 a 15 de junho 2014.UNISINOS
- PEREIRA, RS Rogério Amaral. **Um Estudo Sobre o Lugar Sagrado na cidade do Rio Grande**. Universidade Federal do Paraná CAD. Est. Pes. Tur. Curitiba, v. 1, p. 105-122, jan./dez. 2012
- THIESEN, Beatriz Valladão, MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Marcia Naomi. **Charqueada e escravidão em Rio Grande**. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 11 a 13 de maio/2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20ovaladao_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf>. Acesso em 24/07/2016.
- TORRES, Luiz Henrique. **A Cidade do Rio Grande: Escravidão e presença negra**. Revista Biblos, Rio Grande, 16: 177-189, 2004.

_____. **A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)**. Revista Biblos, Rio Grande, 16: 177-189, 2004

SANTOS José Francisco. **A Produção Agroecológica do Município do Rio Grande/RS**. Universidade Federal do Rio Grande. Dissertação de Mestrado em Geografia - ARCA, 2011

SITES:

<http://www.casadosacores-rs.org.br/portal/index.php/povoamento.html>

<http://f1colombohistoriando.blogspot.com.br/2012/07/indios-os-primeiros-habitantes-do-rio.html>

<http://observatorioborussia.org.br/projeto/index.php/onde-quando-quem-comeca-o-rio-grande-do-sul>

<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/pagina-inicial>

http://srv-net.diariopopular.com.br/19_04_02/1180402.html

<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+1841a,,igreja-nossa-senhora-da-conceicao.html>

<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-movimento-negro-brasil-lutas-e-conquistas-em-prol-de-uma-sociedade-equanime>

<https://pt.scribd.com/doc/8835282/Aspectos-Fisicos-Rio-Grande-Versao-Scribd>

[https://uc.socioambiental.org/uc/596725polo naval e desenvolvimento regional na metade sul do rio grande do sul área temática: estudos setoriais, cadeias produtivas e slp diogo sá carvalho1 andrea bento carvalho2 marcelo viničius de la rocha domingos. Acesso em 07/2016](https://uc.socioambiental.org/uc/596725polo%20naval%20e%20desenvolvimento%20regional%20na%20metade%20sul%20do%20rio%20grande%20do%20sul%20%C3%A0%20%C3%A0%20tem%C3%A1tica%20estudos%20setoriais%20cadeias%20produtivas%20e%20slp%20diogo%20s%C3%A1%20carvalho1%20andrea%20bento%20carvalho2%20marcelo%20v%C3%ADn%C3%ADcius%20de%20la%20rocha%20dom%C3%ADngues)

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/10/plataforma-de-petroleo-p-55-deixa-o-polo-naval-de-rio-grande-rs.html>

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande>

